

JULIANA SARDÁ

NA CONTRA-MÃO DA LEI
A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis
nas primeiras décadas do século XX

FLORIANÓPOLIS
2005

JULIANA SARDÁ

NA CONTRA-MÃO DA LEI
A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis
nas primeiras décadas do século XX

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a Renata
Palandri Sigolo

FLORIANÓPOLIS
2005

JULIANA SARDÁ

**NA CONTRA-MÃO DA LEI
A Repressão Policial e os Desviantes da Ordem em Florianópolis
nas primeiras décadas do século XX**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de
MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Profª Drª Renata Palandri Sigolo – Orientadora (HST/UFSC)

Prof. Dr. Norberto Dallabrida (HST/UDESC)

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (HST/UFSC)

Prof. Dr. Henrique Pereira Oliveira – Suplente (HST/UFSC)

Profª Drª Cynthia Machado Campos
Coordenadora do PPGH/HST

Florianópolis, 14 de março de 2005.

Para Marcos,
pela vida compartilhada...

AGRADECIMENTOS

Ao produzir este trabalho, muitas foram as pessoas com as quais dialoguei. Os autores dos livros lidos, os escritores das fontes pesquisadas, os professores das disciplinas cursadas durante a graduação e o mestrado, os colegas, a professora orientadora, amigos e familiares. São a essas pessoas a quem agradeço, seja pelas mediações intelectuais ou afetivas.

Inicialmente gostaria de agradecer a meu companheiro Marcos, a quem dedico esse trabalho. Estando ao meu lado desde a seleção para o ingresso no curso de mestrado até a conclusão da dissertação, compartilhou comigo as alegrias, descobertas, dúvidas, ansiedades e frustrações. Te amo muito!

Aos meus pais, Mauri e Valdete, pelo incentivo aos estudos e por terem contribuído para que eu chegasse até aqui e à minha sogra Teresinha pelo apoio e disponibilidade em ajudar.

Aos professores que cruzaram meu caminho durante essa trajetória, em especial a minha orientadora Renata Palandri Sigolo pelo respeito às minhas idéias e pela atenção dedicada. Também agradeço aos professores Adriano Luiz Duarte e Henrique Pereira Oliveira pelas contribuições feitas na banca de qualificação.

Aos funcionários dos arquivos consultados: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis, assim como da secretaria do Programa de Pós-Graduação em História.

Por fim, agradeço à CAPES pelo financiamento fornecido no segundo ano da pesquisa.

“Não é em nenhum refúgio que nos descobriremos: é na rua, na cidade, no meio da multidão, coisa entre as coisas, homem entre os homens”.

Jean Paul Sartre (Situações I, p.31)

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	ix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – EM BUSCA DA MODERNIDADE	13
1.1 Modernidade e Ciência	20
1.2 Medicina Social e Reformas Urbanas	28
1.3 Trabalhar é preciso	41
CAPÍTULO II – POLÍCIA PARA QUEM PRECISA	52
2.1 Disciplinarização do Comportamento Urbano	56
2.2 A desordem dos estrangeiros	62
2.3 Vigiar para prevenir	66
2.4 As contravenções	70
2.5 O outro lado da ordem: os policiais infratores	80
CAPÍTULO III – MÃOS AO ALTO!	87
3.1 Jogos e Brincadeiras	91
3.2 O Saneamento Moral	98
3.3 A Prostituição	107
3.4 Os recolhidos ao xadrez	111
3.5 Os Alcoólatras	116
3.6 Os Jogadores	121

3.7 O Caos na Ordem.....	125
3.8 Reações contra policiais.....	128
CAPÍTULO IV – OS ASILOS DA EXCLUSÃO.....	130
4.1 O caso da mendicância.....	132
4.2 Os Alienados.....	140
4.3 Os menores.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
FONTES.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
ANEXO.....	157

RESUMO

NA CONTRA-MÃO DA LEI: A REPRESSÃO POLICIAL E OS DESVIANTES DA ORDEM EM FLORIANÓPOLIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

A passagem do século XIX para o XX esteve marcada no Brasil por profundas transformações políticas, sociais e econômicas, motivadas por uma série de fatores como a abolição da escravatura, a Proclamação da República, a imigração, o crescimento urbano. Essa nova configuração urbana suscitou uma série de reformulações não só na paisagem urbana, como também numa nova forma de pensar um país recentemente saído da escravidão. Assim surgiu o ideário de uma modernidade a ser alcançada e que colocaria a nação nos rumos do “progresso” e da “civilização”. Tendo o Rio de Janeiro como modelo, muitos desses anseios chegaram a Santa Catarina, especialmente em sua capital, Florianópolis. Diante disso, a presente pesquisa buscou investigar de que forma os habitantes da cidade foram reconstruindo seu cotidiano, especialmente aqueles considerados os desviantes da ordem que se tentava impor, como, por exemplo, prostitutas, presos, alcoólatras ou bebedores eventuais, jogadores, mendigos, alienados, menores, estrangeiros e pessoas que praticavam jogos e brincadeiras pelas ruas. A presença dessas pessoas na cidade se faz sentir, principalmente, através das constantes queixas e reclamações publicadas na imprensa exigindo a intervenção policial e do poder público. A atuação policial é então, freqüentemente solicitada na resolução das mais diversas questões urbanas, embora tivesse sua ação limitada em decorrência de um reduzido número de praças. Isso nos leva a crer que havia uma certa margem para que a população mantivesse seus modos de vida, resistisse ou recriasse seu cotidiano.

Palavras-chave: Florianópolis, Primeira República, repressão policial, desviantes da ordem.

ABSTRACT

GOING AGAINST THE LAW: POLICE REPRESSION AND THE ORDER TRANSGRESSORS IN FLORIANÓPOLIS IN THE FIRST DECADES OF THE TWENTIETH CENTURY

The turn of the nineteenth century in Brazil was marked by deep political, social and economic changes motivated by a series of factors such as the end of slavery, the Proclamation of the Brazilian Republic, immigration, and urban growth. This new urban configuration provoked a series of reformulations not only in the urban landscape but also in the way Brazilians thought about their country. Thus, there appeared the idea of a modern nation which aimed at pushing Brazil toward 'progress' and 'civilization'. Having Rio de Janeiro as a model, many of these ideas reached Santa Catarina and, specially, its capital, Florianópolis. This research investigates in which way the inhabitants of the city had to reconstruct their routines, especially those considered as transgressors of the public order such as prostitutes, inmates, drunkards, gamblers, homeless and mentally challenged people, street children, foreigners, and peddlers. The presence of these people in the city can be observed through the regular complaints published in newspapers and demanding some kind of action by police authorities and the local government. Therefore, police action was frequently demanded to solve several urban issues although its action was limited due to a reduced number of squares. For this reason, we are led to believe that the population could keep and recreate its ways of life.

Keywords: Florianópolis, First Republic, police repression, public order transgressors.

INTRODUÇÃO

Vista do mar, a cidade não impressiona bem aos que a visitam pela primeira vez, apesar do seu encanto paisagista, porquanto uma parte de sua frente, do lado do norte, onde correm os cais da Figueira, compõe-se ainda de antigas casinhas antigas, com os fundos voltados para fora, exibindo quintalejos murados ou de tábuas e ripas, com uma multidão de embarcações miúdas em roda, como botes, batelões e canoas, puxados em terra ou em fabrico, para o serviço de seus habitantes, que são em totalidade marítimos, pois a Figueira foi e é, nas ruas mais próximas ao mar, o bairro dos embarcadiços.¹

A passagem acima, escrita por Virgílio Várzea no ano de 1900, descreve a primeira impressão que poderia causar a cidade de Florianópolis aos visitantes que nela aportavam. Com um certo tom de decepção perante essa imagem, o autor pode ser considerado exemplo do eco da voz de muitas pessoas que almejavam tornar a capital de Santa Catarina moderna e civilizada, ao encontro de idéias provenientes da Europa e que estavam chegando ao Brasil, principalmente através do Rio de Janeiro, então capital do país.

Tem-se, portanto, as primeiras décadas do século XX como ponto de partida para a transformação de Florianópolis, então pacata e provinciana, na capital de fato do Estado e num espelho das idéias modernistas vindas de outras cidades do país.

Partindo da contextualização deste período, a presente pesquisa buscou investigar um pouco do cotidiano dos habitantes da cidade, especialmente daqueles sobre os quais a imprensa e o poder público denominavam como causadores de desordens e possuidores de hábitos incompatíveis com idéias emergentes na época como as de “progresso”, “modernidade” e “civilização”. Tendo como pressuposto de que todos os sujeitos são construtores da história, pode-se perceber a existência de algumas “estratégias” utilizadas pelos habitantes de Florianópolis do início do século

¹ VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A Ilha**. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

XX, no sentido de recriação do cotidiano, contrárias às tentativas de normatização por parte de governantes e elites locais.

Buscando perceber de que forma essas pessoas se movimentavam no contexto urbano, constata-se diversas tentativas de intervenção sobre as mesmas, destacando-se os vários modos de repressão policial, solicitada na resolução não só de infrações à lei, mas também de outras questões urbanas, como veremos no decorrer do trabalho.

Pode-se verificar que discursos e medidas abordando ou buscando controlar os movimentos da população e manter uma ordem pré-estabelecida eram recorrentes, mas que traziam, em contrapartida, a reação de alguns grupos e/ou indivíduos, que “burlavam” as leis e normas estabelecidas por governantes e elites, recriando e reinventando o cotidiano, ou mantendo suas práticas e modos de vida.

Cabe ressaltar que nas últimas décadas do século XIX, o Brasil começa a apresentar um intenso processo de crescimento urbano, o que suscita uma série de reformas no sentido de transformar e adequar as cidades para esta nova realidade. Além das medidas sanitaristas e higienistas, surge uma readequação e redistribuição dos espaços visando inclusive excluir do convívio social aqueles que não se adaptassem às normas estabelecidas.

A criação de diversas instituições (penitenciárias, hospitais, asilos, entre outras) tinham, além do objetivo de retirar pessoas consideradas indesejáveis do convívio social, ajustar o sujeito ao trabalho e aos interesses do mercado. Segundo Sidney Chalhoub, esse ajustamento ao trabalho torna-se meta da ideologia dominante e, revestido de uma roupagem dignificadora e civilizadora, o trabalho erige-se como princípio regulador da sociedade, ganhando uma valoração positiva e articulado a

conceitos como os de “ordem” e “progresso”, “para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da ‘civilização’, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa”.²

Em Santa Catarina ficou clara a idéia de exclusão a partir das reformas realizadas desde as últimas décadas do século XIX e que atingiu vários setores da sociedade. Trata-se da emergência de uma série de práticas e discursos que acarretaram na remodelação da cidade e de seus habitantes através de reformas sanitárias e urbanas³.

Tem-se no Estado a construção da Penitenciária de Florianópolis, concluída em 1930⁴, a construção do Hospital Colônia Santana, que apesar de começar a funcionar em 1941, teve sua pedra fundamental inaugurada anos antes. Ambas as instituições pensadas e construídas de acordo com o que de mais moderno havia em instituições deste tipo no Brasil e na Europa e com o objetivo de recuperar ou tratar o indivíduo para novamente inseri-lo na sociedade. Outras instituições construídas no período como o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim, o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, entre outras, também denotam o caráter normatizador das instituições criadas.

No entanto, a exclusão não se dava somente através de instituições, mas também de outros tipos de medidas como a readequação dos espaços. A construção da Avenida Hercílio Luz (inicialmente denominada Avenida do Saneamento), por exemplo, implicou na demolição de cortiços existentes na região central e conseqüentemente na retirada da população existente nesses locais que em grande parte passou a habitar os

² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim:** O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p.48.

³ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral:** Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴ Sobre a fundação e os primeiros anos do complexo penitenciário de Santa Catarina, ver a dissertação de MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis:** de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal de Santa Catarina.

bairros pobres como o da Figueira, da Toca, da Pedreira e da Tronqueira, constantemente motivos de críticas por parte dos jornais e críticos da época que não cansavam de discorrer sobre os péssimos hábitos dos moradores desses bairros. (Ver mapa em anexo).

A dissertação de Hermetes Araújo trata dessas várias medidas tomadas no sentido de reformular a paisagem urbana e reajustar sua população a essas mudanças. O autor relata uma série de discursos proferidos por governantes discorrendo sobre as principais “necessidades” da cidade e as medidas a serem tomadas no sentido de manter uma ordem pré-estabelecida no centro da cidade e nos bairros próximos.

A recorrência a esse tipo de discurso nos leva a crer que as medidas que estavam sendo tomadas não eram suficientes e que mais e mais aparatos de controle se tornavam necessários para que tal ordem fosse mantida ou alcançada.

Um aspecto peculiar de Florianópolis levantado por Hermetes Araújo é que, diferente de outras cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a capital catarinense apesar de ser uma das mais populosas do estado não apresentou um grande crescimento populacional, mostrando um desenvolvimento econômico muito pequeno, pouca concentração industrial e conseqüentemente pouco número de operários e de camadas populares pauperizadas capazes de ameaçar à ordem burguesa que aqui se consolidava.⁵

Observa-se, todavia, que mudanças de cunho semelhante as que vinham ocorrendo em grandes cidades do país também foram realizadas em Florianópolis, refletindo sem dúvida no dia a dia de toda população e exigindo desta uma “resposta” às mudanças. Apesar das tentativas de limitar e controlar a movimentação de algumas

⁵ O autor aponta que em 1902 havia 13.474 habitantes na zona urbana em capital, passando para 15.000 em 1910, 18.000 em 1914, chegando a 20.000 em 1916, mesmo número de 1920. Op. Cit., p.11.

pessoas pela região central da cidade, eram constantes as reivindicações para que houvesse cada vez mais fiscalização no sentido de controlar certos “elementos indesejáveis”.

Sidney Chalhoub, em sua pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro do início do século, fala sobre a questão do trabalho no período e do quanto o crescimento populacional fez com que as pessoas buscassem alternativas de sobrevivência em decorrência da escassez de trabalho e de moradia, já que a cidade também passou por reformas que demoliram as casas de muitos moradores, que mudaram-se para cortiços e quartos que serviam de dormitório e cozinha ao mesmo tempo. O autor também discorre sobre as relações familiares e afetivas da classe trabalhadora e dos conflitos decorrentes de mudanças vindas “de cima para baixo”, partindo da hipótese de que muitos deles foram causados por uma resistência à mesma. Uma mudança advinda de um projeto burguês que não encontrou representação nas ditas classes populares. Para Chalhoub na época havia uma

cultura popular relativamente autônoma, vigorosa e criativa na cidade e que, apesar de o projeto de sociedade das classes dominantes cariocas querer se implantar de cima para baixo independentemente da natureza da resposta social a este projeto, o fato é que na prática política real estas classes dominantes não puderam escapar às contingências impostas por uma classe trabalhadora que resistiu tenazmente à tentativa de destruição de seus valores tradicionais.⁶

Apesar de, como já foi citado, Florianópolis não ter apresentado um intenso crescimento populacional, o fato é que mudanças de cunho muito semelhante as que ocorreram em outras cidades também aqui ocorreram, provocando reações por parte da população local. Trata-se das operações dos usuários supostamente entregues à passividade e à disciplina citadas por Michel de Certeau, ou seja, das “mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sócio-

⁶ Op. Cit., p.255.

cultural, ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano, formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da vigilância”⁷.

Para Certeau, esta constante invenção do cotidiano constitui uma espécie de bricolagem com e na economia cultural dominante através da utilização de metamorfoses da lei, como procedimentos populares (minúsculos e cotidianos), que “jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los”⁸ de acordo com os interesses de determinados grupos ou indivíduos.

Robert Pechman falando do processo de urbanização ocorrido em várias partes do mundo, diz que este age,

Limpando a rua da presença popular e elevando a vida privada a uma conquista da humanidade, o urbanismo quer ter, com suas práticas de intervenções e suas representações legitimadoras da ordem urbana, organizando cientificamente a cidade, colocando cada coisa em seu lugar e em cada lugar uma coisa, evitando os aglomerados por um lado e os perigos do vazio por outro⁹.

Para este autor, a intenção seria passar a apresentar a rua, sem movimentos parasitas, sem superfícies rugosas, sem inércias, como puro espaço de circulação que remete apenas para as esferas de consumo e do trabalho.¹⁰ Trata-se de destruir os “perigos” que as práticas e a presença popular trazem para a manutenção de uma ordem pré-estabelecida, através da contínua reinvasão dos espaços públicos, constantemente repossuídos e reinventados a cada dia.

⁷ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p.41. Cabe Ressaltar que para Certeau, o cotidiano é tudo aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha) nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. CERTEAU, Michel de et al. **A Invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 31.

⁸ Idem, p.41.

⁹ PECHMAN, Robert Moses. Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da Cidade: séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1993. p. 33.

¹⁰ Idem, p. 33.

A partir deste olhar é possível buscar perceber de que formas os habitantes da capital catarinense do início do século XX inventavam e reinventavam seu cotidiano, indo muitas vezes de encontro às medidas tomadas pela classe dominante e apropriando-se da realidade de diferentes maneiras¹¹.

A apropriação da realidade e as adequações/readequações (a invenção/reinvenção do cotidiano) feitas diante da mesma podem ser percebidas quando nos reportamos a vários aspectos do modo de vida destes habitantes que vão desde adaptações no sentido de “morar”, conseguir moradia, passando pelas relações entre vizinhos, formas de “ganhar a vida”, lazer, até as infrações diretas as leis, sejam estas escritas – regulamentadas – ou simplesmente presentes através de outras formas menos veladas de poder.

As infrações diretas ou indiretas da lei, sejam veladas ou não, também podem representar uma reação à medidas vindas de cima e através delas é possível perceber de que forma estas iam de encontro aos interesses da elite local e das tentativas de reformas por elas empreendidas no sentido de inculcar nas populações de baixa renda uma série de valores e um “modo de viver” condizente com elas.

Remeto-me mais uma vez a Sidney Chalhoub quando este discorre acerca da possibilidade de construir explicações válidas do social a partir de versões conflitantes apresentadas por diversos agentes sociais, salientando que “só porque existem versões ou leituras divergentes sobre as ‘coisas’ ou ‘fatos’ é que se torna possível ao historiador ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade social”¹². Desta forma,

¹¹ Utilizo-me aqui do conceito de apropriação de Roger Chartier que diz que cada sujeito apropria-se da realidade de forma diferente, ou seja, que a “aceitação das mensagens e dos modelos opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares (...)”. CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1988. p.27.

¹² Op. Cit., p. 40.

cabe ao historiador desbravar o seu caminho em direção aos atos e as representações que expressam e que produzem as diversas lutas e contradições sociais e entendendo como as determinações históricas mais amplas interferem, ao mesmo tempo em que se forjam, nas situações micro-históricas concretas.¹³

Um aspecto metodológico central considerado nesta pesquisa, está relacionado ao questionamento feito por Certeau sobre o que se pode apreender do discurso do ausente¹⁴. Qual a melhor forma de fazer a leitura das fontes escolhidas, que nunca são neutras, através de um olhar – o olhar do historiador – que também de forma alguma alcançará a neutralidade? Como resgatar a história de pessoas que dificilmente deixavam registros de seu cotidiano, seu modo de pensar, de ver o mundo, enfim, de sobreviver diante de uma realidade que por vezes opressora e ditadora?

O historiador Carlo Ginzburg nos encaminha para um rigor flexível na leitura e análise das fontes, onde entram em jogo elementos imponderáveis, como o faro, golpe de vista, intuição, imaginação como limite, e que remetem a formas de discernimento e sagacidade que são racionais (porque humanas) e mostram o gosto pelo detalhe revelador. Trata-se da importância de “examinar os pormenores mais negligenciáveis”,¹⁵ buscando através de um método interpretativo, no qual detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade, desvendar as redes de significados sociais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos.

Na mesma direção de Ginzburg, Maria Odila Silva Dias recomenda que as fontes sejam lidas olhando para suas entrelinhas, a fim de captar por meio de indícios,

¹³ Idem, p.89.

¹⁴ Idem, p. 243.

¹⁵ GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.144.

traços vestígios, “não a representação de valores, mas sua singularidade em relação a uma totalidade sempre evasiva e ausente”¹⁶. A autora ainda chama a atenção para a necessidade de darmos voz a sujeitos emudecidos através da demolição do pensamento normativo, fundante, já que nem sempre é possível dar voz nítida aos sujeitos que se pronunciaram.

Pesquisar sobre a história das classes populares é um desafio, na medida em que estes na maioria das vezes não deixaram fontes capazes de nos fazer compreender como eram suas vidas em determinados períodos. Eric Hobsbawm, fala de uma “história de baixo para cima”, ou seja, de uma história vista a partir de baixo ou a história da gente comum. Apesar de salientar uma série de problemas técnicos pelos quais passa a escrita deste tipo de história, o autor acredita que os historiadores dos movimentos populares devem considerar que “aquilo que as pessoas queriam e necessitavam nem sempre foi aquilo que seus superiores, ou aqueles que eram mais espertos e mais influentes achavam que deveriam querer. (...) É importante nos lembrarmos de vez em quando que não sabemos todas as respostas e que o processo de descobri-las não é simples”.¹⁷

A partir destes princípios metodológicos é possível buscar ouvir a voz destes sujeitos, já que os documentos aos quais tem-se acesso são produzidos por uma classe dominante e é a partir deles que se pode buscar os indícios denunciadores dos movimentos e dos desejos das camadas mais pobres da população. A utilização destes

¹⁶ DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, v. 17, nov. 1998, p. 244.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric. A História de baixo para cima. In: **Sobre História: Ensaio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 231.

discursos se faz necessária, na medida em que constituem a única maneira de construir uma história que teve pouco espaço nas fontes ainda acessíveis nos dias de hoje.¹⁸

Dentre as fontes disponíveis para pesquisa em Florianópolis e que foram utilizadas na pesquisa os documentos oficiais, por exemplo, - mensagens e relatórios de governantes e chefes de polícia – trazem medidas e reivindicações realizadas pelos mesmos, mas que tornam possível a percepção de um modo de vida de uma classe dita dominada.

Uma leitura semelhante foi feita dos jornais em circulação na época. É importante salientar que a comunicação na época limitava-se praticamente à mídia impressa, de circulação restrita e objetivos editoriais definidos. Soma-se a isto o fato levantado por Hermetes Araújo de que no período em questão o jornal passou a ser o veículo de comunicação privilegiado das novas forças sociais em jogo, tornando o cronista e o jornalista prescritores de hábitos, ditadores de novas modas e comportamentos, orientadores da opinião pública.¹⁹ Ainda assim deve-se questionar um pouco a abrangência atingida pelas idéias contidas nos jornais, pois, “o público no qual penetrava não se constituía, certamente, pelo conjunto total das pessoas alfabetizadas, o que implicava que sua circulação em relação à massa da população fosse limitada”²⁰.

De qualquer forma, os jornais constituem uma fonte importantíssima de informações, trazendo elementos riquíssimos do cotidiano da população e dando uma clara noção de suas movimentações pela cidade e arranjos feitos cotidianamente.

¹⁸ Cabe aqui a ressalva feita por Certeau que diz que “os discursos enquanto falam da história, estão sempre situados na história”, entendendo o discurso como objeto produzido. CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Op. Cit., p. 32.

¹⁹ Op. Cit., p. 140.

²⁰ Idem, p. 80.

A utilização de processos criminais, segundo Sidney Chalhoub excelente fonte para estudos de história social, que apesar de também produzidos por uma classe dominante, sustentada por todo um aparato judicial, tomados alguns cuidados metodológicos, trazem aspectos por vezes contraditórios, mas contendo informações não presentes em outros tipos de fontes,²¹ como as movimentações das pessoas pela cidade, seus hábitos, suas formas de ganhar a vida, suas relações familiares, entre outros aspectos.

Tendo como base os documentos oficiais encontrados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e os jornais editados em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX, o primeiro capítulo, “Em Busca da Modernidade”, discorre sobre os diversos discursos e práticas presentes no contexto brasileiro a partir do final do século XIX, como a questão da modernidade, ciência, medicina social, do trabalho. Parte-se então para uma reflexão sobre como essas idéias chegaram a Santa Catarina, especialmente, em Florianópolis, gerando diversas tentativas de intervenção sobre a população.

O segundo capítulo, “Polícia para quem precisa”, trata da organização do aparato policial e de como este era solicitado a intervir nas mais diversas questões urbanas. Através das estatísticas retiradas dos relatórios de chefes de polícia, busca-se um mapeamento, mesmo que parcial em decorrência da precariedade dos dados, das contravenções cometidas na cidade. Ressalta-se ainda os crimes cometidos pelos próprios policiais. Observa-se, entretanto, que o serviço policial era insuficiente e ineficiente e que sua reformulação se deu de forma desorganizada e esparsa.

²¹ Op. Cit., 39-42.

O cotidiano da cidade e como este era afetado pelos considerados desviantes da ordem é o assunto do terceiro capítulo denominado “Mãos ao alto”. Essas pessoas, alvo de controle e reclamações, iam desde prostitutas, vadios, jogadores, bêbados, até aos habitantes que praticavam jogos e brincadeiras, os que agiam contra os preceitos da moral. Entretanto, elas encontravam seu espaço no interior da cidade.

Por fim, o quarto capítulo, “Os Asilos da Exclusão”, discute sobre categorias também consideradas como alvo de intervenção por prejudicarem a manutenção da ordem na cidade, mas que recebiam um tratamento caracterizado por uma política assistencialista que revestia a intenção de impedir a movimentação dessas pessoas pela cidade. Trata-se de mendigos, alienados e menores que vitimizados por suas condições precisavam ser excluídos, principalmente, por irem contra os padrões de homem trabalhador que se queriam impor.

CAPÍTULO I

EM BUSCA DA MODERNIDADE

As primeiras décadas do século XX vieram marcadas por uma série de transformações na paisagem urbana de Florianópolis. Em 1915, por exemplo, o então Inspetor de Higiene de Santa Catarina, Joaquim David Ferreira Lima, discorre em seu relatório sobre algumas vantagens possuídas pelo estado em relação ao restante do país. Segundo ele, o diferencial estaria na regularidade, método e adiantamento de sua instrução, no admirável desenvolvimento de sua viação, enfim, em tudo que pode recomendar as boas e bem orientadas administrações. Entretanto, logo em seguida o inspetor afirma que, apesar disso, Santa Catarina permanece estacionária quanto à Higiene, sendo que esses serviços precisam ser reorganizados e a sua reforma é uma inadiável necessidade.²²

A fala de Ferreira Lima demonstra uma das grandes questões colocadas não só no estado catarinense, mas em grande parte do país que é a preocupação com a higiene. Apesar desta temática não ter surgido somente a partir desta data, foi a partir do início do século XX que esta se tornou mais recorrente trazendo consigo uma série de medidas como veremos no decorrer do capítulo.

Em âmbito nacional, a virada do século XIX para o século XX foi um período marcado por profundas transformações econômicas, políticas e sociais. Fim da escravidão, proclamação da República, imigração, enfim, acontecimentos interligados entre si e que apesar de não poderem ser colocados numa relação de causalidade foram

²² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo Sr. Dr. Fulvio Aducci, Secretário Geral do Estado, pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Higiene em maio de 1915.

cruciais para a construção de uma nova forma de pensar e de fazer o país, ou seja, de discursos e práticas preocupados em explicar e intervir nesta realidade.

Tendo isso em vista, o objetivo deste primeiro capítulo é levantar alguns aspectos deste contexto, quais os discursos presentes e determinantes dessas transformações, assim como de que forma esses eram incorporados e modificados ao cenário brasileiro, já que muitos deles eram provenientes da Europa. Enfim, não se pretende elucidar todo esse complexo e dinâmico momento histórico, mas apontar fatores fundamentais para que se compreenda como foram possíveis essas novas configurações especialmente em Florianópolis.

A partir da década de 1850, a então cidade de Desterro²³, embora não tenha apresentado um significativo crescimento urbano, passou por um importante crescimento econômico, sendo que seu porto se destacava como exportador dos alimentos produzidos na Ilha, assim como na reexportação de produtos de várias regiões da Província. O aumento da importância do porto propiciou o surgimento de uma classe de comerciantes, armadores, agenciadores e construtores de navios, levando ao surgimento de uma elite ligada às atividades comerciais e ao transporte de mercadorias. E foi essa elite que, em sua constituição, impulsionou a reformulação do espaço urbano da cidade e concomitantemente, procurou delimitar espaços sociais.²⁴ Mesmo que a participação no comércio geral brasileiro fosse diminuído²⁵, a movimentação ocasionada pelo porto era significativa para o tamanho da cidade, fazendo com que surgissem casas comerciais, hotéis, estalagens, pensões, restaurantes e um comércio ambulante de comidas.

²³ Forma como era chamada a cidade de Florianópolis até 1894.

²⁴ PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p. 24.

²⁵ Joana Maria Pedro fala em 0,62% como sendo a participação do estado no comércio brasileiro no período de 1840-41 a 1862-63. Idem, p.26.

Apesar dessa nova configuração iniciada em meados do século XIX, o crescimento da cidade foi relativamente lento e não foi acompanhado por uma intensa atividade comercial e manufatureira. Nesse sentido, de acordo com Henrique Pereira Oliveira, “não se desenvolveu na Ilha de Santa Catarina, uma atividade capaz de dinamizar a acumulação de capital e realizar uma separação entre os produtores e os meios de obtenção da existência”²⁶, possibilitando a grande parte da população uma maneira informal de adquirir os meios necessários à sobrevivência e a persistência de determinados modos de vida.

Esse processo, que se iniciou a passos lentos na segunda metade do século XIX, acelerou-se a partir das primeiras décadas do século XX, mesmo com a forte crise política, econômica e social que se delineou em Desterro na época da Proclamação da República. Este período coincide com a decadência do porto e de seu principal produto exportador, a farinha-de-mandioca, que teve sua exportação paulatinamente reduzida a partir de 1886.²⁷

É importante destacar que a instalação do novo regime não trouxe necessariamente consigo o desenvolvimento e a prosperidade social, mas que as mudanças aqui ocorridas acompanharam as tendências de outras partes do país, ocorrendo a República simultaneamente à integração do país na ordem econômica capitalista mundial.²⁸

Com relação à Proclamação da República, vale destacar que este acontecimento, isoladamente, parece não ter ocasionado grande repercussão entre a maioria da

²⁶ OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os Filhos da Falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p.128.

²⁷ PEDRO, Joana Maria. Op. cit., p.51.

²⁸ NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p.57.

população, assim como ocorreu no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Como aponta José Murilo de Carvalho, no final do século XIX alguns viajantes estrangeiros e até brasileiros como Aristides Lobo e Raul Pompéia apontaram o povo carioca como alheio aos fatos políticos da Proclamação da República, criando a idéia de que a população encontrava-se “bestializada” diante dos novos acontecimentos.²⁹ O autor observa que “embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação”³⁰, mesmo que esse mundo de participação popular passasse ao largo do mundo oficial da política.

Entretanto, a República trouxe reordenamentos nos grupos que compunham a elite de Desterro, levando a lutas que desembocaram na Revolução Federalista³¹, agravando ainda mais a crise econômica que já atingia a cidade. Esta elite que no último quartel do século XIX, era formada por comerciantes e armadores, além de suas atividades passou a desempenhar cargos administrativos, que por sua vez, passaram a ser disputados por políticos vindos da região do planalto catarinense, em ascensão a partir de 1910.³²

O que nos interessa pensar aqui não é a Proclamação da República como um acontecimento isolado, mas como parte de um turbilhão de mudanças de cunho social,

²⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.9.

³⁰ Idem, p.12.

³¹ Movimento político iniciado em 1893 em oposição ao governo do Presidente Floriano Peixoto, cuja eclosão ocorreu no Rio Grande do Sul, atingindo posteriormente Santa Catarina e Paraná. Em Santa Catarina houve uma série de conflitos entre os republicanos que apoiavam Floriano e os federalistas, até que em abril de 1894, a cidade do Desterro foi ocupada pelas tropas do governo, que colocou na chefia estadual o Coronel Antonio Moreira César, que teve sua ação norteadada pela repressão e punição sobre os federalistas ou simpatizantes da monarquia. Em 1894 o Partido Republicano Catarinense lança a candidatura de Hercílio Luz ao governo do estado, que eleito, é empossado em setembro, tendo sido o responsável pela mudança no nome da cidade para Florianópolis, em homenagem ao presidente Floriano Peixoto. (Sobre este assunto ver NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

³² Idem.

econômico e político pelos quais o Brasil como um todo vinha enfrentando. A abolição da escravatura e a transição para uma nova ordem econômica trouxe à tona uma série de questionamentos acerca da viabilidade do país, assim como o crescimento populacional, o êxodo para a cidade, a imigração estrangeira, que traziam consigo um grande contingente de subempregados e desempregados, problemas de habitação e de saneamento.

Politicamente, ocorria uma grande movimentação no mundo das idéias e das mentalidades na medida em que se misturavam várias vertentes do pensamento europeu como o liberalismo, o positivismo, o socialismo e o anarquismo. Se num primeiro momento, o movimento republicano era constituído de uma frente ampla de interesses, como escravocratas e abolicionistas, militares e civis, fazendeiros, estudantes, profissionais liberais e pequenos comerciantes³³, aos poucos “a rigidez do sistema republicano, sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro da lógica liberal, fez com que o encanto inicial com a República rapidamente se esvaísse e desse origem à decepção e ao desânimo”,³⁴ num regime que teoricamente pregava a democracia e a participação popular.

Diferente de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo que tiveram grande crescimento populacional, imigração e industrialização que justificaram a realização de reformas urbanas, Florianópolis, apesar de ser uma das maiores cidades do estado, não apresentou um grande crescimento populacional, mostrando um desenvolvimento econômico muito pequeno, pouca concentração industrial e conseqüentemente pouco contingente de operários da indústria e a manutenção das camadas populares já pauperizadas.

³³ CARVALHO, José Murilo. Op. cit., p.48.

³⁴ Idem, p.56.

No entanto, mesmo sem multidões ameaçadoras, discursos e práticas intervencionistas fizeram-se sentir. Segundo Kupka, observa-se aqui as mesmas pretensões dos grandes centros no sentido de regenerar costumes, na medida em que “a problematização das questões urbanas em direção a uma determinada ordem social não se desenvolve em razão de maciças concentrações populacionais, mas de relações de poder no sentido de dividir, definir e hierarquizar os espaços sociais”.³⁵ Essas pretensões apresentadas tiveram então, algumas peculiaridades em relação a outras cidades em decorrência justamente desses fatores que caracterizavam a capital catarinense.

É imprescindível pensar então, quais eram esses discursos e de que forma estes estavam se refletindo em práticas nos maiores centros do país para que se tenha uma melhor compreensão do que ocorreu no contexto catarinense. A utilização de referências de outras cidades, especialmente do Rio de Janeiro, faz-se necessária, na medida em que a capital do país constituía na época uma espécie de modelo para o restante da federação. Isso pode ser confirmado com as constantes menções nas fontes utilizadas na pesquisa ao que lá ocorria e as sugestões para que medidas tomadas naquela também o fossem em Florianópolis. Assim, é fundamental que se analise de que forma alguns discursos foram se constituindo neste contexto e se transformando, ou não, em práticas, moldando uma nova sociedade e uma nova forma de pensar o Brasil.

Inicialmente, é importante refletir de que maneira a idéia de “moderno” passou a interferir e a determinar a forma de conceber as cidades e o agir de seus habitantes, onde o dinamismo e o movimento incessante surgem como características essenciais da vida

³⁵ KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e Imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p.32.

urbana moderna³⁶, assim como, a ciência que supõe-se neutra, traz à tona uma nova racionalidade de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.

Associada à idéia de cientificidade, a partir do século XIX há o reconhecimento de que a medicina em tudo intervém, propiciando o que se tem chamado de medicalização da sociedade. Assim, esta seria capaz de realizar uma sociedade sadia, ligada ao projeto de transformação do desviante, desempenhando uma função política e exigindo a instituição da figura normalizada do médico.³⁷

Por fim, tem-se a construção de uma nova ideologia do trabalho carregada de valorização positiva e articulada aos conceitos de “ordem” e “progresso”. O conceito de trabalho erige-se então como o princípio regulador e reveste-se de uma roupagem dignificadora e civilizadora e como o valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação do trabalhador que devia prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho.

³⁶ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

³⁷ MACHADO, Roberto et. al. **Danação da Norma**: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

1.1 Modernidade e Ciência

No século XIX, as grandes obras sanitárias e os bulevares implementados em Paris, sob a diligência de Hausmann, rapidamente tornaram-se, na Europa e posteriormente no Brasil, o verdadeiro modelo de urbanismo moderno. Os projetos urbanos e as obras realizadas na capital francesa fizeram da cidade um ambiente “moderno” e higienizado relacionando-se à crença no progresso científico e tecnológico. Assim, “a modernidade consubstancia-se no movimento, na agitação, no dinamismo, nas largas avenidas, no fluxo intenso de veículos nas ruas das grandes cidades, sobretudo em Paris, palco de vanguarda da modernidade no século XIX”.³⁸

A construção da idéia de modernidade no Brasil, especialmente nos anos 20/30, esteve marcada, segundo Herschmann, “tanto por uma preocupação de implementar novas formas de atuação social quanto por uma perspectiva fortemente autoritária”.³⁹ Este ideário modernizante teve início principalmente a partir da abolição da escravatura, na medida em que a partir dela ingressava-se num processo de construção de uma sociedade de tipo capitalista urbano-industrial, evidenciando-se “ondas de institucionalização que visavam à implantação de um universo cognitivo modernizante que libertaria o Brasil de seus resquícios rurais-coloniais”.⁴⁰ Desta forma, moderno, modernidade, modernismo ou mesmo modernização são categorias específicas, que vão ocupando amplo espaço no campo intelectual, constituindo-se em palavras de ordem significativas no começo do século XX, chegando a ganhar um uso quase obrigatório no ambiente intelectual de então.

³⁸ BERMAN, Marshall. Op. cit.

³⁹ HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 7.

⁴⁰ Idem, p.12.

Tendo em vista esses preceitos, foram realizadas várias transformações e interferências do poder público no espaço urbano, tendo especialmente a área central da Ilha como foco, como a instalação das primeiras redes de água encanada em 1909, a construção de uma rede de esgotos entre 1913 e 1917, a instalação da iluminação pública com energia elétrica em 1919, além da inauguração da primeira avenida da cidade, a Avenida Hercílio Luz, em 1922 e da ponte de ligação entre a ilha e o continente, também chamada Hercílio Luz, em 1926.⁴¹

Essas obras eram noticiadas e exaltadas pela imprensa, principalmente pelo jornal “República”, como quando noticia a concessão para o estabelecimento de uma rede de esgotos e materiais fecais e águas servidas na capital e que além de ressaltar a importância da obra para a cidade, denota a necessidade de melhoramentos do tipo para que Florianópolis se enquadre nos padrões de modernidade vigentes no período:

Inútil é encarecer a utilidade desse melhoramento com que vai ser dotada a nossa capital, graças a fecunda administração do sr. Coronel Gustavo Richard, que cada vez mais vai se impondo a estima de seus cidadãos.

Com melhoramentos dessa ordem, muito em breve nossa capital, - que já possui tantos encantos naturais, dos quais sobressaem as suas duas belas baías, - se rivalizará com as mais importantes capitais dos demais estados do nosso país.⁴²

A execução de obras na cidade constituía assim uma das formas de intervenção no espaço urbano, que se de um lado trariam benefícios diretos a população como no caso das melhorias na rede de esgotos e materiais fecais, em outros tinham como alvo não somente a resolução de questões de higiene pública, mas também a destruição de hábitos que fossem contra os preceitos de modernidade e civilidade almejados. Um

⁴¹ ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral**: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴² Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4433, 09/01/1910. Em todas as citações retiradas das fontes pesquisadas foi realizada a correção ortográfica, mas não a gramatical que foi mantida conforme o original.

exemplo disso consta num artigo de jornal de 1915 que discorre sobre a falta de mictórios públicos:

A falta de “mictórios” públicos, imprescindivelmente necessários às cidades onde se cuide, ainda que rudimentarmente, da higiene da rua, faz-se sentir em nossa civilizada “urbs”.

A higiene pública deve achar bem pouco asseado e estético estas avantajadas “corcovas de camelo” que se vê, rebrilhando nas calçadas, porejando nas paredes e esquinas mais escuras. Não raro é a noite, se nos deparar no dobrar das ruas, vultos pretos, a fazer necessidades, braços fincado à parede, perna ligeiramente dobrada, corpo arqueado, em atitude de quem se desfaz de um imenso peso – num grande alívio consolador e reconfortante.

Nós, genuínos catarinenses, quase desconhecedores da vida moderna nas cidades modernas, mal sentimos estranheza com estas irregularidades facilmente sanáveis, mas o viajante, que aporta aqui deve levar bem triste impressão da nossa rua.

Aí fica o reparo e Deus queira que ele merca a atenção de quem de direito.⁴³

O que é interessante notar na citação acima é a afirmação de desconhecimento do que seja uma vida moderna, algo que precisa ser adquirido pelos habitantes de Florianópolis, assim como a preocupação com a imagem que a cidade estava passando para quem vinha de fora. Ao mesmo tempo que se constatava que a capital não se encaixava nos padrões de modernidade almejados, havia a intenção de mostrá-la como tal a quem a visitasse.

Assim, “idéias como novo, progresso, ruptura, revolução e outras nessa linha passam a fazer parte não apenas do cotidiano dos agentes sociais, mas principalmente, a caracterizar o imaginário, o discurso intelectual e os projetos de intervenção junto à sociedade”⁴⁴, tendo os saberes médico, educacional e da engenharia como essenciais na construção desse paradigma. No entanto, a preocupação em implementar novas formas de atuação social esteve marcada por uma perspectiva fortemente autoritária, em que a medicina atua como normatizadora de corpos, a educação conformando as “mentalidades” e a engenharia organizando os espaços.

⁴³ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.13, 07/02/1915.

⁴⁴ HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). Op. cit., p.14.

A Avenida Hercílio Luz, o marco das reformas realizadas, produziu o traçado de uma linha que estabelecia uma fronteira entre a zona central e as encostas dos morros, sendo elevada nos discursos veiculados na época como a “pedra angular” do saneamento na cidade. Sua construção implicou na demolição de cortiços existentes na região central e conseqüentemente na retirada da população existente nesses locais que em grande parte passou a habitar os bairros pobres como o da Figueira, da Toca, da Pedreira e da Tronqueira, constantemente motivos de críticas por parte dos jornais e críticos da época que não cansavam de discorrer sobre os “péssimos hábitos” dos moradores dessas localidades.

Ao discorrer sobre a construção da avenida, o vice-governador em exercício, Hercílio Luz, idealizador da obra, a destaca como um problema de saneamento, sem deixar de admitir a necessidade de embelezamento da cidade, outra preocupação comum aos governantes do período.

Procurei resolver este problema, traçando uma avenida que, muito antes de constituir uma obra de embelezamento para a cidade, é a solução de um problema de saneamento. Para a abertura dessa nova artéria, que acompanha o curso sinuosos de um dos córregos mais extensos da cidade, foram feitas algumas desapropriações, que recaíram, na sua maior parte, em prédios que, pelas suas condições de higiene, atentavam contra a saúde de seus moradores. O desejo de contribuir para o embelezamento de alguns recantos de nossa capital levou-me a contratar pessoa habilitada no preparo e ajardinamento das praças.⁴⁵

A construção dessa avenida passa a significar então, um dos ícones do ideal modernizador da cidade. Sua construção foi acompanhada pela imprensa que discorria sobre as inúmeras vantagens de sua realização:

Avenida Hercílio Luz

Os trabalhos da Avenida Hercílio Luz, prosseguem incessantemente. Aqueles escombros de fealdade e ruína desaparecem. Aberta e ampla, higiênica e saudável, a avenida mais linda que esta capital vai ter, será, dias breves, uma das mais famosas

⁴⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentado ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-governador no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina. p.36.

artérias do coração de Florianópolis. É para lá que devem ir os estabelecimentos ‘chics’ da cidade, os cafés, os cinemas, os escritórios luxuosos. A área para edificação, que é vasta, comporta magníficos prédios. O eminente dr. Hercílio Luz, quer dar essa útil obra de sua fecunda gestão administrativa, um cunho de obra moderna. De fato, a antiga Avenida Saneamento que tão justamente o povo batizou de Avenida Hercílio Luz é uma obra boa, de grande embelezamento para esta Capital. Estávamos a precisar de uma rua ‘chic’ para o passeio da tarde como a “Rio Branco” da metrópole.

A Avenida Hercílio Luz será um ponto onde as famílias possam vir pelo correr do dia derramar o olhar, procurando um pouco de desafogo e distração.

Duas filas de combustores elétricos margearão o centro da avenida, que será ajardinada, provida ainda de uma arborização magnífica e linda, de oitizeiros.

Um espaço bom, um local da capital onde o “footing” não seja restritivo como no “Oliveira Belo”, circunscrito aquele círculo só. Uma avenida onde passem as “carrosseries” elegantes, onde se ouça o “fonfonar” das sirenes dos automóveis movimentando a vida, lojas luxuosas, etc., com o fulgor das grandes capitais. Essa avenida, dada a beleza que vai ganhando, além de muito querida e muito confortável, será muito preferida. É para ali, pois, que devem ser transferidas as casas “chics” da cidade.

Adquirir lotes de terras ali, quanto antes será melhor.⁴⁶

A fala acima coloca a construção da avenida como uma obra necessária para que a capital adquira o status de cidade “moderna” e “civilizada”. Sua conclusão traria ainda a possibilidade de propiciar às pessoas mais ricas da cidade a apresentação de hábitos como os que já se praticavam no Rio de Janeiro como os passeios ao final da tarde.

Entretanto, como já foi dito a avenida provocou desapropriações, que apesar de justificadas pelo governador como um bem para as pessoas que eram retiradas dos locais onde moravam, só vinham a aumentar o problema de habitação enfrentado pelos mais pobres, que sofriam com a escassez de casas e com os altos preços cobrados pelos aluguéis.

Alguns anos depois, o jornal “O Estado” constata que “dia-a-dia mais sensível se torna a falta de casas que possam ser ocupadas por gente de condição mediana, por gente pobre”. Reclamando a intervenção dos poderes públicos para que tal problema seja resolvido, o articulista chama a atenção para as construções irregulares que estavam

⁴⁶ CAVALCANTI, Hollanda. Avenida Hercílio Luz. Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano V, n.1450, 03/03/1920.

sendo realizadas nos morros que circundam a cidade, que por sua vez constituem “um verdadeiro atentado à estética e à higiene”.⁴⁷

Os jornais agiam não só no sentido de chamar a atenção para os problemas vivenciados pela cidade, como também desempenhavam o papel de informar sobre, por exemplo, a prorrogação de prazo e intimação para a pintura, caiação e consertos diversos em prédios públicos e privados, ressaltando é claro que sejam “embelezados tanto quanto possível, sem todavia, irem de encontro às disposições de Posturas Municipais relativas ao assunto”⁴⁸.

Ainda sobre a questão habitacional levantada anteriormente, como contraponto às habitações das pessoas mais pobres, a partir do final do século XIX, governantes e uma elite de comerciantes iniciaram a construção de sobrados de usos público e privado na região da Praça da Matriz e ruas do Príncipe e Augusta. Buscando a criação de um centro da cidade que aos seus olhos fosse agradável e higienizado, passaram a proferir discursos que reivindicavam o fim da presença de animais soltos nas ruas, da sujeira da cidade, assim como de mendigos, “menores vadios” e prostitutas dos bairros e zona central.

Outro aspecto a ser ressaltado é que na mesma época – final do século XIX e início do século XX – o Brasil era visto como um país miscigenado, mestiço. Além de atribuir a esse fator o atraso em que se encontrava o país, viajantes europeus e críticos como Silvio Romero supunham que por causa da miscigenação, em cem anos a população seria totalmente branca, criando-se assim, um modelo racial de análise em que o cruzamento de raças era entendido como uma “questão central para a

⁴⁷ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano XII, n.3505, 12/02/1926.

⁴⁸ Jornal **República**, Florianópolis, ano XV, n.382, 14/01/1920.

compreensão dos destinos dessa nação”.⁴⁹ Segundo Schwarcz, nos anos 1870 as teorias raciais chegam ao Brasil, trazendo consigo um ideário positivo-evolucionista, sendo que ao mesmo tempo que justificavam cientificamente organizações e hierarquias, inviabilizavam um projeto nacional de desenvolvimento em decorrência de sua interpretação pessimista da mestiçagem. Uma saída original segundo a autora, foi buscar em teorias formalmente excludentes, usos e decorrências inusitadas e paralelas. Tratou-se da adaptação de teorias a um povo já muito miscigenado, atualizando o que combinava e descartando o que de certa forma era problemático para a construção de um argumento racial no país.⁵⁰

Desta forma, muitos intelectuais brasileiros tenderam a adotar os modelos evolucionistas e em especial o social-darwinismo⁵¹, já bastante desacreditados no contexto europeu. No entanto, não se tratava de uma cópia literal do modelo, mas de uma adaptação que descartava de “alguma maneira o que soava estranho, principalmente quando essas mesmas teorias tomavam como tema os infortúnios da miscigenação”.⁵² Essa preocupação torna-se cada vez mais aguçada, tendo-se em vista a abolição da escravidão e a necessidade de viabilizar um país com uma expectativa tão pessimista de futuro.

Assim, especialmente entre os anos 1870-1930, a introdução de um novo ideário científico, ao mesmo tempo que expõe as fragilidades e especificidades de um país já tão miscigenado, propicia uma nova forma de leitura do contexto brasileiro na medida

⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.11-13.

⁵⁰ Idem, p.18-19.

⁵¹ O social-darwinismo surgiu após a publicação do livro “A Origem das Espécies” em 1859 por Charles Darwin. A obra que tem como mote a teoria da evolução biológica das espécies em que os seres mais fortes e aptos sobrevivem enquanto os mais fracos não, forneceu, segundo Schwarcz, uma nova relação com a natureza e foi aplicada a várias disciplinas sociais como a antropologia, a sociologia, a história, a política e a economia. Assim, “conceitos como ‘competição’, ‘seleção do mais forte’, ‘evolução’ e ‘hereditariedade’ passavam a ser aplicados nos mais variados ramos do conhecimento”. Idem, p.54-56.

⁵² SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p.41.

em que não se tratou simplesmente de uma importação de idéias, mas da formação de uma “ciência brasileira”, produzida, principalmente a partir das Faculdades de Medicina e Direito.⁵³

Nas grandes cidades a entrada desse ideário científico difuso se fez sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento, além da implementação de projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença e separar a loucura e a pobreza.

Trata-se da idéia, recorrente na época, de que haveria uma forma “científica” e neutra de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes, na medida em que existiria uma “racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas”⁵⁴. E se uma cidade pode ser gerida de acordo com critérios unicamente científicos, não se faz necessária a participação das classes pobres. Desta forma, a alegação de “cientificidade”, de neutralidade nas decisões administrativas, traz sempre em seu cerne a violência contra a cidadania, já que, “se os administradores, os governantes, são eles próprios governados por imperativos ditos ‘científicos’ (...), não há o que negociar com os cidadãos, essa massa de ignorantes portadores de todos os vícios ou inoculados pelo vírus da ‘cultura inflacionária’”⁵⁵.

A ciência torna-se então critério de análise e intervenção, fazendo com que em diversos setores houvesse uma reformulação de concepções científicas arraigadas e servindo de pretexto para a realização de pesquisas, experimentações e procedimentos em contestação à antigas concepções.

⁵³ Idem, p.35.

⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.19.

⁵⁵ Idem, p.58.

1.2 Medicina Social e Reformas Urbanas

Associada à ascensão da ciência como um modelo de gestão das cidades encontra-se a medicina que passa a atuar não só nos aspectos referentes a cura de doenças, mas em vários aspectos do cotidiano da população, caracterizando o que Roberto Machado descreve como o nascimento de um tipo de medicina típico da sociedade capitalista. Trata-se de um projeto de medicalização da sociedade, em que “a medicina investe sobre a cidade, disputando um lugar entre as instâncias de controle da vida social” e quando a “presença do médico aparece como uma autoridade que intervém na vida social, decidindo, planejando e executando medidas ao mesmo tempo médicas e políticas.”⁵⁶

O surgimento dessa perspectiva em relação a essa disciplina surgiu no Brasil a partir do final do século XVIII e principalmente início do XIX – marcado pela mudança da família real para o Brasil em 1808 – quando aparece uma nova percepção da cidade e de seus habitantes como objeto específico de uma observação que produz saber e controle político. O Rio de Janeiro, “com o crescimento de suas funções administrativas, comerciais e militares e o aumento populacional”, vem se transformando em lugar perigoso, em local de crime e agitação.⁵⁷

Novas concepções começam a surgir, como a do hospital, que por constituir local de internamento de soldados, necessários para a proteção do território, passa a ser percebido como instrumento político e de governo. Ao médico passa a ser atribuída uma importância crescente em detrimento ao de curandeiros e religiosos, na medida em que

⁵⁶ MACHADO, Roberto et. al. Op. cit., p.18.

⁵⁷ Idem, p.114.

este não possui qualificação dentro dos moldes institucionais e científicos que aqueles queriam implantar no período.

As mudanças de cunho político e econômico ocorridas no século XIX, marcam uma descontinuidade na história da medicina, que vem assinalada pelo deslocamento da doença para a saúde e pela “penetração da medicina na sociedade, que incorpora o meio urbano, como alvo da reflexão e da prática médica, e a situação da medicina como apoio científico indispensável ao exercício de poder do Estado.”⁵⁸ O médico torna-se um cientista social, criando um tipo específico de medicina – a medicina social – advinda da idéia de que “se a sociedade, por sua desorganização e mau funcionamento, é causa de doença, esta deve refletir e atuar sobre seus componentes naturais, urbanísticos e institucionais visando a neutralizar todo perigo possível.”⁵⁹ Trata-se de um novo tipo de Estado do qual a medicina social é parte integrante.

O aspecto fundamental propiciador desta transformação da medicina se dá através da criação de instituições e do ensino desta disciplina no Brasil, que anteriormente era proibido. A população, agora, torna-se objeto do conhecimento e da prática de uma medicina ligada a administração central que ganha poderes de uma “polícia médica”, alargando a função deste profissional na sociedade, que deve não só tratar os doentes, mas também supervisionar a saúde da população.

Assim, é a partir do século XIX que a ligação entre medicina e Estado estreita-se, não só no sentido de que dele depende fundamentalmente, mas também de que cada vez mais o apoio do saber médico lhe é indispensável. Entretanto, esta relação ainda está mais presente em nível de discurso do que na prática social, e a almejada

⁵⁸ Idem, p.155.

⁵⁹ Idem, p.155.

medicalização da vida social e do controle da higiene pública ainda precisará de alguns passos para ser alcançada.

O aumento da demanda pela intervenção médica passa a ser buscada pelos médicos através da inserção de seu saber na administração municipal, que realizam assessorias às Câmaras Municipais emitindo pareceres sobre febres e epidemias, e até relativos ao estabelecimento de fábricas de tabaco, curtume, cemitérios. Além disso, ocorre a presença de médicos na Câmara como vereadores. Ambos, assessores e vereadores, atuam com o objetivo de tornar a “administração dependente do saber médico e de sua proposta de organização da cidade em tudo que diz respeito à saúde.”⁶⁰

Penetrar na Câmara não é o suficiente. Outras instituições como a “Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” e o “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” adquirem importância estratégica visando demonstrar a importância de lutar em diversas frentes para que haja a transformação de um projeto em realidade.

Um fato decisivo para que o projeto de medicalização da sociedade seja posto em prática ocorre em 1851 com a criação da “Junta Central de Higiene Pública”. Ela não resolve os problemas de saúde pública no Brasil, mas por sua vez,

A higiene será um tipo de intervenção característica de uma medicina que coloca em primeiro plano a questão de sua função social; que produz conceitos e programas de ação através de que a sociedade aparece como o novo objeto de suas atribuições e a saúde dos indivíduos e das populações deixa de significar unicamente a luta contra a doença para se tornar o correlato de um modelo médico-político de controle contínuo. A higiene pública é uma face da medicina social.⁶¹

Como discurso, a higiene aparece de modo freqüente através de falas que tratam das vantagens de se aderir a essa nova forma de pensar a realidade social e de gerir as mais diversas questões urbanas. Além disso, a utilização desses preceitos passa a

⁶⁰ Idem, p.221.

⁶¹ Idem, p.53.

constituir um dos itens através dos quais se denota a “modernidade” e a “civildade” de uma cidade.

Em seu relatório de 1914 o inspetor de higiene de Santa Catarina, Joaquim Ferreira Lima, afirma a higiene como a “pedra de toque por onde se pode bem ajuizar o grau de adiantamento de um povo”. Para ele, a questão seria inclusive mais importante que os prédios bonitos e vistosos, as ruas bem cuidadas, o comércio ativo, o serviço de automóveis, pois nada disso é importante se um povo continua mercê das epidemias, “definindo sob seu jugo, deprimente e aniquilador, se mantêm-se os riscos e a ameaça sem defesa das invasões epidêmicas, na ignorância completa dos princípios rudimentares da higiene domiciliar”.⁶²

Ao longo das primeiras décadas do século XX a higiene assume uma conotação de extremo valor. Se de um lado haviam de fato o risco de epidemias, e estas freqüentemente ocorriam, o que exigia que medidas fossem tomadas para preveni-las e combatê-las, os higienistas também pregavam um modo de viver que abrangia diversas esferas da vida dos sujeitos.

O valor da higiene

A higiene é condição da saúde – disse-o alguém alhures. O nosso povo desconhece a higiene e o seu imenso valor. Há quem chegue a pensar mesmo, que higiene é o que percentua o médico ao doente. Outros acham que a higiene se resume no banho e na limpeza da casa.

Mas esta palavra pode, porque deve, ser dilatada a princípios importantes que levam a compreensão que ela não é só condição de saúde do corpo ou do lar, mas também da felicidade completa no mundo. Aqui vão os dez mandamentos do lar que realçam o valor admirável da higiene:

1. Higiene geral – Levantar cedo, deitar cedo e trabalhar durante o dia.
2. Higiene respiratória – A água e o pão sustentam a vida, mas o ar puro e o sol são indispensáveis à saúde.
3. Higiene digestiva – A frugalidade e a sobriedade são o melhor elixir de longa vida.
4. Higiene da pele – A limpeza preserva da ferrugem; as máquinas mais limpas duram mais tempo.

⁶² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado, ao Exmo Sr. Dr. Gustavo Lebon Regis, Secretário Geral do Estado em junho de 1914.

5. Higiene do sono – Um repouso suficiente repara e fortifica, um repouso longo amolece e enfraquece.
 6. Higiene do vestuário – Vestir-se bem é conservar ao corpo com a liberdade dos movimentos, o calor necessário, é preservá-lo de todas as mudanças repentinas de temperatura.
 7. Higiene da habitação – A casa asseada e alegre traz o lar doméstico atraente e confortável.
 8. Higiene intelectual – A alegria faz amar a vida e o amor à vida é uma grande parte da saúde. A tristeza e o desânimo antecipam a velhice.
 9. Higiene moral – O espírito descansa e aprimora-se nas distrações; mas o abuso arrasta-o para as paixões e para os vícios.
 10. Higiene profissional – Se o teu cérebro não te sustenta, não deixeis paralisar os teus braços nem as tuas pernas. Se pelo contrário é com os teus braços que ganhas a vida, não esqueças de cultivar a tua inteligência.
- No homem tudo começa do cérebro, do pensamento. O pensamento é, no homem, diz Wagne, a centelha que faz arder a pólvora da ação. Diante disso, a higiene mais preciosa e mais necessária é a do pensamento e da alma.
- Finalmente, irmãos, diz Paulo de Tarso, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é venerável, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude e se há algum louvor, seja isso o que ocupe os vossos pensamentos. Benemérita, admirável receita para a higiene do pensamento.⁶³

Assim, uma vida dentro dos padrões higienistas abrangia não só hábitos que visassem a prevenção de doenças, mas também, o combate ao ócio, aos vícios, como o do álcool, além do que o artigo chama de uma higiene moral. Jurandir Freire Costa faz uma observação importante de ser ressaltada ao dizer que os benefícios do progresso científico da higiene são inegáveis, porém, esta “funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado”.⁶⁴

No campo de uma intervenção mais direta pode-se citar a organização dos serviços de higiene, responsáveis, por exemplo, pelas desinfecções domiciliares. O desejo do inspetor de higiene de Santa Catarina era que sua repartição tivesse “existência verdadeira e autônoma dentro de moldes modernos” e que não figurasse como uma mera decoração. Dentre suas incumbências estaria a regularização e o melhoramento no tipo das edificações particulares e nas condições em que poderiam ser

⁶³ O valor da higiene. *Jornal A Semana*, Florianópolis, ano I, n.22, 14/03/1928.

⁶⁴ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.32.

elas habitadas, o que seria possível através das desinfecções sistemáticas de todas as casas que fossem desocupadas.⁶⁵

A preocupação em relação às desinfecções domiciliares era tema freqüente nos relatórios apresentados pelo inspetor. Já no ano anterior, tendo as epidemias como principal preocupação sanitária, ele chama a atenção para a necessidade de realização de inspeções sanitárias nas moradias. No entanto, parece haver uma discordância em relação a quem seria o responsável por arcar com as despesas de tal operação, inquilinos, proprietário ou a própria inspetoria de higiene. Uma contradição verificada em sua fala refere-se ao número de desinfecções realizadas, apenas treze no período de um ano, e o apoio do povo para executá-las. Será que se o povo estivesse tão disposto ou ciente da necessidade de execução dessas desinfecções o número das mesmas seria tão baixo?

Infelizmente poucas notificações recebi, de modo que durante todo o período de minha gestão, só realizei treze desinfecções domiciliares (...). Apraz-me consignar aqui que, empregando estas medidas, encontrei da parte do povo a maior docilidade e até apoio para executá-las. Seria de toda vantagem que se pudessem fazer sistematicamente essas desinfecções, não só em casas contaminadas por habitantes que tenham sofrido de moléstia contagiosa, como, indistintamente, em todas que fossem desocupadas e que tivessem de ser alugadas. Para esse fim deveria ser criada uma taxa sanitária.⁶⁶

Também os jornais, freqüentemente insistiam nos benefícios das desinfecções das casas, dando a entender que apesar da medida tomada pela Diretoria de Higiene do Estado dizendo que nenhuma casa que vagasse ou fosse reparada poderia ser ocupada sem o exame prévio por uma autoridade sanitária que indicasse as modificações higiênicas a serem feitas para sua habitabilidade, isso não estava ocorrendo. Esse descumprimento da medida normalmente ocorria em decorrência da falta de solicitação

⁶⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado pelo Dr. Joaquim David Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado, ao Exmo Sr. Dr. Gustavo Lebon Regis, Secretário Geral do Estado em junho de 1914.

⁶⁶ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Ilmo Sr. Secretário Geral pelo Dr. Joaquim Ferreira Lima, Inspetor de Saúde do Estado de 1913.

dos proprietários pela inspeção que não queriam arcar com os custos além de terem pressa em instalar um novo inquilino em suas propriedades. Apesar da multa a ser aplicada a quem descumprisse a medida, o jornal “República” de 10 de janeiro de 1920, denuncia que diversas casas foram desocupadas sem que os proprietários tivessem pedido à Higiene a visita e sugere que os futuros interessados em alugar o imóvel exijam o documento de inspeção alegando que “o fato do proprietário não apresentar esse documento, é motivo para a casa se tornar suspeita e razão bastante para que o interessado, que é em tal caso o pretendente à casa desocupada, comunicar o fato à Diretoria de Higiene para esta agir convenientemente”⁶⁷.

A prevenção como característica básica da medicina social, tem a sociedade como lugar privilegiado de exercício de seu saber e a incumbência de visar não só o bem-estar dos indivíduos, mas também à prosperidade e à segurança do Estado. A intervenção se dá através do policiamento de tudo o que pode ser causador de doença, da destruição de componentes do espaço social que são perigosos, porque causadores de desordem, da transformação da ordem em desordem, através de um trabalho contínuo e planejado de vigilância e controle da vida social. Esta intervenção social se duplica em “uma ação transformadora da própria organização interna da medicina, visando à formação padronizada, coordenada e qualificada dos médicos.”⁶⁸ Trata-se portanto, de um duplo projeto de normalização: da sociedade e da própria medicina.

A cidade como objeto privilegiado de intervenção médica, por reunir em sua desordem as causas de doença da população, passa por um processo de transformação do espaço com o objetivo de eliminar focos de moléstias, necessário para que haja a construção de uma cidade produtora e propiciadora de saúde dos habitantes. A

⁶⁷ Jornal **República**, Florianópolis, ano XV, n.379, 10/01/1920.

⁶⁸ MACHADO, Roberto et. al. Op. cit., p.258.

intervenção agora é anterior à doença, abrangendo toda a sociedade e não somente os doentes. Entretanto, o que se almejava era muito mais a proteção das classes mais favorecidas, do que trazer benefícios para a população de modo geral.

O objetivo é proteger o Estado e não o indivíduo, já que a saúde física e moral destes, quando comprometida, “os torna uma ameaça ao Estado e que para ser conservada ou produzida exige uma polícia médica urbana capaz de proteger o homem contra o perigo que ele mesmo representa e, portanto, a constituição da medicina como uma instância de controle da vida social.”⁶⁹

O combate às epidemias demonstra como não se tratava de cuidar apenas de uma questão individual, mas coletiva, especialmente porque o risco se estendia a todas as camadas sociais. As tentativas de obrigarem todas as pessoas a se vacinarem é um exemplo de como nem todos sucumbiam aos ideais higienistas:

Continua o povo desta Capital e do interior a manter-se indiferente ao dever que a todos assiste de procurar na vacinação um meio de eficácia indiscutível contra o contágio da varíola. Seria de toda conveniência que se pudesse criar um serviço sistemático de vacinação obrigatória em todo o Estado. (...) Deste modo poderia Santa Catarina dar o belo exemplo de imitar os povos mais cultos, no seio dos quais, simplesmente pela obrigatoriedade e sistematização da vacina jeneriana, de há muito foi varrido o triste flagelo da varíola.⁷⁰

Após a reorganização da Inspetoria de Higiene em 1919 quando esta passou a ser chamada Diretoria de Higiene do Estado, uma medida tomada pelas autoridades catarinenses para resolver os problemas sanitários no estado foi a instalação da Comissão Rockefeller cujos trabalhos foram acompanhados e noticiados pelos jornais. Tendo como principal objetivo o combate às epidemias, a comissão instalou um

⁶⁹ Idem, p.263.

⁷⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Movimento da Inspetoria de Saúde do Estado correspondente ao ano de 1915 apresentado pelo D. J. D. Ferreira Lima, Inspetor de Saúde ao Exmo Sr. Dr. Fulvio Coriolano Aducci, Secretário Geral em 19/04/1916.

escritório e um laboratório na capital para trabalhar de acordo com a Diretoria de Higiene do Estado que segundo o jornal República facilitaria “todos os meios para o importante serviço de saneamento, esse incomparável elemento de progresso com que em boa hora o benemérito Dr. Hercílio Luz, Governador do Estado, veio enriquecer Santa Catarina”.⁷¹

A comissão constituiu uma tentativa de suprir uma reivindicação antiga de organização dos serviços de Higiene no Estado, que apesar de levar vantagem sob vários aspectos em relação a outros estados brasileiros se encontrava atrasada neste sentido.

A partir de então e durante o decorrer da década de 1920, a Diretoria de Higiene passou por uma reformulação, como pode ser demonstrado através da seguinte nota:

Pipocas da “Praça Quinze”

O sistema ou feição “militar a que a Diretoria de Higiene vem adaptando as coisas da sua administração está tomando, já, um caráter verdadeiramente miliciano. Tudo que diz respeito àquele departamento público vai sendo rigorosamente militarizado.

Desde os barbeiros ao mais humilde “garçom” é obrigatório o “branco” como sinal-da-cruz, diante do qual o micróbio foge como o diabo... Entretanto, há, nesse observar de “métodos”, um caso digno de reparo.

Assim, não pode passar em “brancas nuvens” o que serve de assunto às presentes linhas. Como se sabe, existe na Diretoria de Higiene uma turma de trabalhadores a que está afeto o serviço de saneamento de perímetro urbano. Pela manhã, saem os denodados homens à faina.

E, ao vê-los, na rua, a gente tem uma impressão desagradabilíssima. São cinco ou seis homens, “rigorosamente”, fardados de mescla, enxadas, pás e vassouras às costas e... completamente descalços. Esse “número” do uniforme – pés nus – tem um tanto de grotesco, ao mesmo tempo que causa tristeza, tanto assim, que, por mais de uma vez, tem sido os pobres “mata-mosquitos” confundidos com os asilados do Asilo Irmão Joaquim, que, antes de se entregarem aos trabalhos nas hortas e canteiros daquela casa, se dispusessem, primeiro, a dar uma volta pela cidade. Um forasteiro já os tomou como “indesejáveis” que iam a caminho do porto de embarque, talvez rumo a cayenna...

Conta-se que certo cavalheiro, há dias, vendo passar aqueles homens, assim equipados, fardados e descalços, comentava contristado: - Por que é que a polícia faz passear, pelas ruas da cidade, esses pobres sentenciados?⁷²

⁷¹ Comissão Rockfeller. Jornal **República**, Florianópolis, ano XV, n.375, 06/01/1920.

⁷² BICUIRA. Pipocas da “Praça Quinze”. Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano XIV, n.4237, 04/07/1928.

E assim, apesar do “estado” dos trabalhadores da Diretoria observado pelo cronista, pode-se perceber que esta intervia na organização da cidade tomando algumas medidas saneadoras, como a exigência de utilização de roupas brancas por alguns profissionais, o trabalho nos canteiros e hortas de alguns estabelecimentos e na prevenção de doenças.

Diante da proposta de transformação e adequação da cidade, Roberto Machado afirma que é com a medicina social do século XIX que nasce o planejamento urbano. Caracterizada por uma forma de controle constante, por uma vigilância contínua sobre o espaço e o tempo sociais, esta age sobre a cidade, dividindo, distinguindo, isolando, expulsando, ampliando, esquadrinhando e transformando, antes mesmo da presença do mal.

A organização da cidade passa também, pela medicalização das instituições nela contidas, expulsando-as do centro da cidade e organizando seus espaços internos. O hospital, por exemplo, “disciplinado em sua estrutura e em seu funcionamento, revestido de uma operacionalidade que percorre e classifica o corpo do doente até sua redução a peça científica, nasce, com a medicina social, como instrumento de cura e de conhecimento.”⁷³

Da mesma forma, surge o projeto de um cemitério ordenado, salubre e moralizante; de uma escola perfeitamente medicalizada capaz de exercer um controle positivo da vida da criança através de uma instituição para ela voltada; de uma prisão modelo, higiênica e disciplinada e que proporcione os operadores fundamentais da recuperação que são educação e trabalho.

⁷³ MACHADO, Roberto et. al. Op. cit., p.288.

Já a reflexão sobre as fábricas está guiada pela idéia de que ela é um agente poluente e o trabalhador, neste caso, aparece individualmente como sujeito a um perigo e não como sujeito perigoso como são os casos do doente, do louco, do criminoso, da prostituta, entre outros.

Em Santa Catarina eram recorrentes as reivindicações para a criação de instituições providas deste caráter. Tem-se em 1910 a inauguração do Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo e o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim. Em 1926 foi iniciada a construção de Penitenciária do estado, inaugurada em 1930 e que passou por ampliações em 1936 e 1940. Além disso, são constantes as reivindicações pela construção de uma “Colônia de Psicopatas”, de um Leprosário e de um Abrigo de Menores, o que foi realizado na década de 1940.

Pensando a ciência como parte do Estado, Madel Luz afirma que dos anos setenta do século XIX aos anos vinte do século XX,

os discursos médicos sobre a saúde revelaram ser tanto ‘modelos de conhecimento’ sobre a estrutura das doenças e suas causas, como propostas de práticas de ‘intervenção’ saneadora e reorganizadora do espaço físico das cidades brasileiras – sobretudo nos centros urbanos portuários – e na vida das populações, no sentido de higienizá-las, discipliná-las e organizá-las para o tipo de relações sociais ascendentes na formação social brasileira”.⁷⁴

Assim, nas relações entre medicina e Estado as propostas geradas pelos médicos abrangem regras de higiene, normas de moral e costumes prescritos, sexuais, alimentares, de habitação e de comportamentos sociais.⁷⁵

Através das instituições de saúde pública, a medicina torna-se um dos setores mais importantes do Estado Nacional, contribuindo para a instituição de políticas

⁷⁴ LUZ, Madel. **Medicina e Ordem Política Brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982, p.16.

⁷⁵ Idem, p.13.

sociais, tendo como um dos eixos discursivos predominantes o de “higienização da sociedade”, com propostas ora assistencialistas, ora sanitaristas envolvendo a estrutura física da sociedade, prescrevendo, não só regras de saúde, mas também de conduta pessoal e social.

Os freqüentes surtos epidêmicos nas grandes cidades exige que grande ênfase seja dada às campanhas de vacinação para conter seus avanços, mas também traz à tona a criação de práticas preventivas, estabelecendo a perspectiva de um “Estado sanitarista”. Uma dose de autoritarismo faz-se necessária, já que o projeto sanitarista necessita de medidas de força do aparelho do Estado para se impor, assim como busca atingir os aparelhos burocrático-administrativos como uma forma de ampliar o seu controle sobre o conjunto da sociedade. Assim, as transformações do saber e das práticas de medicina tomam como objeto não só o indivíduo enfermo, mas todo o corpo social, enquanto espaço de promoção de saúde.

Surge assim, uma forma peculiar de lidar com a diversidade urbana no final do século XIX e início do XX, calcada na “idéia de que uma cidade pode ser apenas ‘administrada’, isto é, gerida de acordo com critérios unicamente técnicos ou científicos: trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, ‘competente’, ‘eficiente’, das políticas públicas”.⁷⁶

Longe de ser um processo linear e sem conflitos, a afirmação da Higiene como a ideologia das transformações urbanas da virada do século, traz em seu cerne, não só a luta da medicina para tornar-se forte e representativa na sociedade brasileira, mas

⁷⁶ Idem, p.19.

também, toda uma gama de interesses de uma burguesia em fase de constituição diante das transformações pelas quais o país vinha passando.

Segundo Chalhoub, a organização do espaço urbano numa sociedade capitalista ou em transição para o capitalismo seria um mecanismo de controle social e econômico, utilizado pela burguesia, fazendo-se necessária para que se conseguisse organizar e disciplinar a força de trabalho. A política de planejamento urbano visando ao “saneamento” e “embelezamento” da cidade serviria como pretexto para a coordenação de um processo de urbanização que visava orientar a ocupação do espaço urbano de acordo com os imperativos da acumulação capitalista.⁷⁷

⁷⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.133-135.

1.3 Trabalhar é preciso...

Outro aspecto a ser compreendido neste contexto de transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre – embora uma não tenha necessariamente substituído a outra – e do Império para a República, é como o trabalho surgiu como um dos princípios reguladores da vida social, moldado pelas classes dirigentes e por uma elite em fase de formação.

Para Nicolau Sevcenko, o início da fase republicana e a constituição de uma sociedade predominantemente urbanizada e de forte teor burguês, “foi acompanhada de movimentos convulsivos e crises traumáticas, cuja solução convergiu insistentemente para um sacrifício crucial dos grupos populares”.⁷⁸

Tomando a cidade do Rio de Janeiro da virada do século como exemplo, constata-se que a então capital do Brasil passava por intenso crescimento populacional em decorrência da migração de escravos e libertos das zonas rurais para a urbana, da intensificação da imigração européia e da melhoria nas condições de saneamento. É nessa cidade, que no alvorecer da República inicia-se um processo de imposição de uma ordem capitalista que exigia profundas transformações socioeconômicas, associadas à transição de relações sociais do tipo senhorial-escravista para relações sociais do tipo burguês-capitalista. Segundo Chalhoub, “delineia-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação da dominação social dos proprietários dos meios de produção”.⁷⁹

⁷⁸ SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.8.

⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim...**, Op. cit, p.46.

Este momento de transição exige a construção de uma nova ideologia do trabalho carregada de valorização positiva e articulada aos conceitos de “ordem” e “progresso”. O Positivismo⁸⁰, surgido na Europa no século XIX e com grande repercussão no Brasil, constituiu por sua vez uma das correntes ideológicas de justificação do triunfo da sociedade burguesa e do modo capitalista de produção.

Segundo Sandra Pesavento,

Por um lado, seus princípios norteadores – Ordem e Progresso – estão diretamente relacionados com o processo em curso na sociedade: a ordem burguesa era o elemento a conservar; o progresso econômico o objetivo a atingir. Daí, pois, os lemas positivistas: ‘a ordem por base, o progresso por fim’ e ‘o progresso é a continuidade da ordem’.⁸¹

O conceito de trabalho erige-se então como o princípio regulador e reveste-se de uma roupagem dignificadora e civilizadora e como o valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação do trabalhador que devia prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho. Desta forma, a proclamação da República foi feita sobre a figura do homem livre pobre porque tinha para ele um projeto amplo, que era o de transformá-lo em trabalhador, ou seja, em fonte de acumulação de capital.

Assim, a ociosidade passou a ser considerada um estado de depravação de costumes que acabava levando o indivíduo a cometer crimes contra a propriedade e a segurança individual. Associada à ociosidade, vinha a vadiagem e sua relação com o mito da preguiça inata do trabalhador nacional. Chalhoub observa que segundo a visão

⁸⁰ Segundo Herschmann & Pereira, o positivismo foi introduzido no Brasil na década de 1840 pelo médico Luís Pereira Barreto tornando-se “a principal coqueluche da elite intelectual”. A ruptura proposta por essa doutrina em relação à imaginação e à argumentação, que deveriam ser submetidas à observação e à experimentação, proporcionou um “método” e transformou a ciência “no único caminho para se atingir a saúde plena do ‘corpo social’, a ‘civilização’”. HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). **A Invenção do Brasil Moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Op. cit, p.56.

⁸¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989, p.61.

das classes dirigentes do período, “todos os predicados associados ao mundo do trabalho são negados quando o objeto de reflexão é a vadiagem”.⁸²

Por outro lado, o autor aponta que é fundamental pensar a ociosidade e o crime como elementos fundamentais para a reprodução de um determinado tipo de sociedade, já que estes, quando interpretados do ponto de vista da racionalidade do sistema justificam os mecanismos de controle e sujeição da população mais pobre.

Um projeto de lei de repressão à ociosidade surge como “questão de salvação nacional”. A lógica era de que o indivíduo que não consegue acumular, vive na pobreza, tornando-se conseqüentemente suspeito de não ser um bom trabalhador e portador do maior vício possível em um ser humano que é o não trabalho e a ociosidade. Surge assim, um conceito fundamental para entender a visão estereotipada que as classes dominantes tinham dos pobres, que é o de classes perigosas: “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”.⁸³

E este perigo se estendia a toda a sociedade na medida em que o perigo de contágio aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa que dizia que as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais.⁸⁴

Segundo Alberto Passos Guimarães, a expressão classes perigosas, no sentido de um conjunto social formado à margem da sociedade, surgiu na primeira metade do

⁸² CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim...**, Op. cit, p.73.

⁸³ CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril...**, Op. cit., p.22.

⁸⁴ Idem, p.29.

século XIX, num período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingia proporções extremas na Inglaterra, quando esse país vivia a fase “juvenil” da Revolução Industrial. Uma das conseqüências do excesso de mão-de-obra disponível acaba sendo o aumento da criminalidade e a recorrência a outras formas de sobrevivência que não através do mercado formal, como, por exemplo, o comércio ambulante.⁸⁵

No Brasil, segundo o autor, “a abundância de mão-de-obra ociosa, a quase ausência da capacidade de negociação por parte do trabalhador nacional não-escravo permitiram o recrutamento desse trabalhador a níveis de remuneração tão baixos que os colocavam praticamente no mesmo pé de igualdade dos custos de manutenção do escravo”.⁸⁶

Essa questão pode ser associada a um “problema” a ser resolvido que era o concernente aos libertos, que saídos da escravidão tinham uma visão do trabalho diferente da preconizada pelos novos conceitos que estavam sendo construídos. Desta forma, surgiram tentativas para “obrigar” o indivíduo ao trabalho, mas sob uma nova ética, através da qual era necessário educar o sujeito para amar o trabalho em si, transmitindo a noção de que este é o valor supremo da vida em sociedade.

Cabe mais uma vez ressaltar as teorias científicas que atribuíam à miscigenação a situação de atraso em que se encontrava o país. As teorias raciais ao mesmo tempo em que justificavam cientificamente organizações e hierarquias inviabilizavam um projeto nacional em decorrência de sua interpretação pessimista da mestiçagem, reforçando a

⁸⁵ GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas**: banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

⁸⁶ Idem, p.94.

idéia de estimular a imigração para colocar o país nos trilhos do desenvolvimento e do progresso.⁸⁷

Voltando à questão da medicina social, esta também preconiza que o perigo urbano não pode ser destruído unicamente pela promulgação de leis ou por uma ação lacunar, fragmentária, de repressão de abusos, mas exige a criação de uma nova tecnologia de poder capaz de controlar os indivíduos e as populações tornando-os produtivos ao mesmo tempo que inofensivos. Assim, o desejo de realização de uma sociedade sadia vem associado a uma função política em que a “produção de um novo tipo de indivíduo e de população necessário à existência da sociedade capitalista, antes mesmo do aparecimento de grandes transformações industriais, está, portanto, intrinsecamente ligada ao novo tipo de medicina que pela primeira vez equaciona uma relação de causalidade entre os termos saúde e sociedade”.⁸⁸

Surgem então teorias de médicos que pregam a ocupação do tempo como meio eficaz de combate à ociosidade e sua relação com o trabalho. A ociosidade é apresentada como um fator de perigo urbano, pois cria interstícios por onde penetram a vadiagem, o descontrole e a desordem, podendo ser solucionada através do exercício de uma atividade produtiva como o serviço de guarda, o ensino ou o trabalho no comércio.

A doença agora está inscrita numa perspectiva social mais ampla, na medida em que acompanha a pobreza, o ócio, o vício e o crime, características de uma cidade sem trabalho. Surge então, um projeto de reformulação da função hospitalar, que agora não

⁸⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit.

⁸⁸ MACHADO, Roberto et al. Op. cit., p.156.

tem mais uma exclusiva função humanitária e religiosa, mas será percebido como instrumento político e de governo.⁸⁹

Assim se dá a criação de um imaginário referente ao trabalho que busca “naturalizá-lo” aos olhos da população que deveria assimilá-lo dentro da lógica de produção capitalista. Seja através de discursos, de propagandas ou de medidas amparadas por leis e por ações governamentais foi sendo construída intencionalmente uma ética do trabalho que visava normatizar os sujeitos e manter a ordem das cidades.

Em Florianópolis essa nova “ideologia do trabalho” faz sentir na relação feita entre colonização açoriana e atraso, marcante nos primeiros decênios do século XX, quando literatura, jornalismo, historiografia e crítica literária produzem discursos e passam a veicular uma caracterização negativista do habitante do litoral como um homem decadente e responsável pelo marasmo e pelo atraso que segundo esses críticos reinavam na costa catarinense. Segundo Neckel, esses discursos estavam sintonizados “com os anseios dos reformistas postos em circulação com a afirmação das forças políticas republicanas e seus desejos de modernização da economia”⁹⁰, que viam nos modos de vida de muitos habitantes, como os pescadores, um contraponto ao ritmo agitado dos grandes centros urbanos, para eles, exemplos de modernidade. Diante disso, surgiram discursos que pregavam o “reerguimento do homem do litoral”, que “assim como a higienização e a modernização de Florianópolis estavam pautadas no cientificismo e no racionalismo das concepções médico-higienistas”⁹¹.

Acrescenta-se ainda a importância delegada ao trabalho, apresentando-o inclusive como um instrumento de repressão à vadiagem, nas palavras de Antero de

⁸⁹ Idem, p.133.

⁹⁰ Neckel, Op. cit., p. 45.

⁹¹ Idem, p.46.

Assis, chefe de polícia do Estado em 1922, a ociosidade, contrário do trabalho, “é incontestavelmente uma causa geradora de crimes, é a fonte de todos os males, é o tûmulo do homem vivo; o ocioso é um mal em começo, que não merecia nascer”.⁹²

Como já foi citado, nem todas as pessoas eram ou queriam ser incorporadas ao mercado formal. Algumas pesquisas realizadas sobre a cidade em relação a este período apontam que as estratégias de sobrevivência no centro da cidade e no interior da Ilha eram constantes e variadas. Kupka afirma, por exemplo, que as atividades pesqueiras e de lavouras sazonais garantiam formas de subsistência próprias, permitindo que muitos vivessem conforme seus valores, necessidades físicas e sócio-culturais. Em decorrência disso, “estas parcelas da população, diante dos valores e concepções reformistas, foram desqualificadas”, sendo definidas muitas vezes como ociosas e não afeitas ao trabalho, denotando o quanto o discurso higienista foi secundado por um saneamento moral.⁹³

Outro grupo alvo dos olhares e intervenções de governantes e elites foi o dos negros, que apesar de livres da condição de escravos tinham que inventar e recriar formas de sobrevivência que na maioria das vezes se enquadravam dentre aquelas desqualificadas pelo poder público e comerciantes, exercendo atividades como a de quitandeiras, cozinheiras, amas-de-leite, iluminação pública, transporte marítimo, mestre de embarcação, jornaleiro, carregadores de mercadoria de dia e à noite de excrementos das casas. Segundo Mortari & Cardoso, para controlar a circulação dessas pessoas, foram criados mecanismos de controle e fiscalização, ou seja, os Códigos de Posturas, cujo conteúdo revela a preocupação básica de proibir o ajuntamento de negros, seja no jogo nas ruas e praças ou nas reuniões para as danças. Entretanto, os autores

⁹² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Luiz M. Collaço, Secretário do Interior e Justiça pelo Desembargador Antero de Assis, Chefe de Polícia em 31 de dezembro de 1922.

⁹³ KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e Imagens do viver urbano em Florianópolis**. Op. cit., p.55.

apontam que além de se manterem trabalhando cotidianamente nas ruas da cidade, “estes trabalhadores desenvolveram uma série de atitudes e comportamentos para escapar justamente do controle e da vigilância que as elites brancas lhes impunham”.⁹⁴

Também presentes nas ruas da cidade era a de mulheres trabalhadoras e que também tiveram suas vidas dificultadas com as reformas urbanas das primeiras décadas do século XX. Dois tipos de trabalho merecem a atenção, o de lavagem de roupas e a prostituição. A canalização de cursos d’água, como o da Bulha, onde foi construída a Avenida Hercílio Luz, impediu que as lavadeiras continuassem exercendo seus trabalhos nos córregos que cortavam o centro da cidade, gerando por sua vez dificuldades tanto em relação a distância das casas das freguesas e das próprias lavadeiras, quanto sendo motivo de divergências e brigas entre as próprias trabalhadoras que a partir de então tiveram que disputar um reduzido espaço para a realização de seus trabalhos.⁹⁵

Nessa linha, os “Códigos de Postura”, na tentativa de “moldar” os hábitos e costumes da população, exigiam que todos se comportassem dentro das normas de assepsia pública, assim como almejava produzir “novos hábitos, representações e comportamentos em consideráveis segmentos de sua população que lentamente crescia”⁹⁶. Esses regulamentos utilizados, segundo Hermetes Araújo, como “práticas de poder de uma política de racionalização das posturas e dos costumes que procurava, por meio de procedimentos médico-higienistas, classificar e organizar os encontros e atitudes no centro da cidade”⁹⁷, nada mais eram do que uma tentativa de conter os

⁹⁴ MORTARI, Claudia & CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

⁹⁵ PEDRO, Joana Maria. Op. cit., p.157.

⁹⁶ ARAÚJO, Hermetes Reis de. Op. cit., p.45.

⁹⁷ Idem, p.51.

movimentos de toda uma população, controlando seus acessos e normatizando seus hábitos, para desta forma manter o controle da cidade e de seus habitantes.

O novo Mercado Público construído em 1898, por exemplo, contava com um regulamento detalhado no sentido de disciplinar o seu espaço e os circulação no seu interior e arredores incluindo a proibição de haver jogos, tocatas, danças e quaisquer outros divertimentos, a presença de ébrios e mendigos ou que seus frequentadores demorassem mais tempo que o necessário para fazerem suas compras.

No entanto, as autoridades parecem que nem sempre agiam de acordo com o Código de Posturas e com as reivindicações da imprensa, como denota a denúncia do crítico Estevão Simões no jornal O Estado:

Desleixo Municipal

Venho hoje tratar do estado em que se acham algumas ruas da nossa capital, entregue pela digna administração municipal aos cuidados do senhor fiscal-geral da municipalidade e seus auxiliares.

(...)

O tal amigo do sr fiscal-geral, quando alguém o ameaça com a municipalidade escarnece, dizendo que o “fiscal-geral é quem consente que seus animais pastem soltos à rua”.

(...)

É preciso que o sr. Superintendente encha-se de coragem para punir esses atos do fiscal e pois assim sua excelência terá os aplausos do povo.

Mas enfim ele sente-se amparado pela politicagem...⁹⁸

Dirigindo o olhar para a população da cidade o principal questionamento é em relação a forma como esta se adaptou ou recriou seu cotidiano diante das medidas tomadas no sentido de reformulação da paisagem urbana. Mesmo não tendo fontes capazes de trazer a tona o discurso dessas pessoas, pode-se perceber parte de suas movimentações, de seus anseios, necessidades, enfim, de seu cotidiano, através da falas de governantes e jornalistas, por exemplo, que constantemente se manifestavam acerca

⁹⁸ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano II, n.372, 02/08/1916.

das principais “necessidades” da cidade e das medidas a serem tomadas no sentido de manter uma ordem pré-estabelecida no centro da cidade e nos bairros próximos.

Apesar das tentativas de limitar e controlar a movimentação de algumas pessoas pela região central da cidade, eram constantes as reivindicações para que houvesse cada vez mais fiscalização no sentido de controlar certos “elementos indesejáveis”. Esses seriam, por exemplo, como cita Hermetes Araújo, alguns habitantes que sem possibilidade de ascensão social

viviam através de ambientes improvisados como biscateiros, ambulantes diversos, carregadores, prestadores de serviços ocasionais, covoqueiros etc. E nesta convivência pelas ruas da cidade vinham juntar-se os colonos da zona rural que convergiam para o centro, marinheiros, lavadeiras, mendigos, menores vadios e pescadores, transitando por todo o espaço da área central, movendo o cotidiano e o corpo a corpo das ruas, praças, praias e trapiches.⁹⁹

Entendia-se por região central a Praça da Matriz (que concentrava toda a administração pública), as ruas próximas desta: Rua Augusta (atual João Pinto), Rua da Cadeia (atual Tiradentes), Rua do Príncipe (atual Conselheiro Mafra), Rua do Livramento (atual Trajano), Rua do Ouvidor (atual Deodoro), Rua Bela do Senado (atual Felipe Schmidt), incluindo o Mercado Público e o Prédio da Alfândega. Delimitando essas áreas de ocupação da elite local, havia os bairros habitados pela população pobre, compondo a maior parte da paisagem urbana da capital (ver mapa em anexo).

Esses lugares ocupados pela população mais pobre e onde existiam alguns cortiços situavam-se a leste da praça onde localizavam-se os bairros da Tronqueira e da Pedreira; à margem do rio da Fonte Grande, próximo ao Campo do Manejo e em direção às encostas do morro; no bairro da Toca, bairro de pescadores situava-se na passagem para quem se dirigia para o Saco dos Limões (direção sul da Ilha); a oeste da

⁹⁹ ARAÚJO, Hermetes. Op. cit., p.93.

praça, algumas quadras mais distantes, situava-se o bairro da Figueira, bairro de pescadores, marinheiros e área de prostituição.¹⁰⁰ (Ver mapa em anexo).

Constata-se portanto, segundo Neckel que,

À medida que cresciam e multiplicavam-se demandas pró-saneamento de seu espaço e relações urbanas, percebe-se que as maneiras de pensá-lo estavam profundamente relacionadas à perspectiva de que os cuidados com a saúde seriam compensados com o aumento da ‘produtividade’ dos indivíduos. Eram os habitantes da cidade a preocupação primeira e acima de tudo. Aliados deste discurso urbanizador que se abateu sobre Florianópolis, vai ficando inegável que os moradores da cidade constituíram seu alvo.¹⁰¹

No entanto, se de um lado havia discursos e práticas por parte de governantes e elites, calcados grande parte das vezes no autoritarismo e na premissa de submissão da maioria da população, de outro haviam pessoas que reagiam tornando a transição para a ordem burguesa no Brasil, um processo de luta, de imposições e resistências e não um caminhar harmônico, linear e tranqüilo.

E foi justamente essas reações e/ou a não adesão da população em relação a algo que estava sendo imposto de cima para baixo e que insistia em regulamentar seus modos de viver que fez com que no início do século XX ocorressem várias mudanças no aparato policial-judiciário, no sentido de aprimorar formas de vigilância e de intervenções sobre a cidade e seus habitantes, para não só abolir condutas indesejáveis, como produzir indivíduos adaptados aos padrões de conduta urbana então em circulação. Será este, portanto, um dos temas do próximo capítulo...

¹⁰⁰ GERBER, Diana Mara. **Saneamento Urbano e Estratégias de Poder: Florianópolis (1890-1930)**. Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, p.93.

¹⁰¹ NECKEL, Roselane. Op. cit., p.46.

CAPÍTULO II

POLÍCIA PARA QUEM PRECISA

A nova forma de pensar e articular as cidades seguindo parâmetros advindos da idéia de moderno, civilizado, científico, exigia a criação de diferentes formas de fazer com que esses objetivos fossem alcançados. Como vimos no capítulo anterior, a intervenção se dava por meio de transformações na paisagem urbana, medidas higiênico-sanitaristas, códigos de posturas, construção de instituições. Neste capítulo destacaremos o papel da polícia como uma instituição legitimada juridicamente na tentativa de alcançar o estabelecimento de uma ordem de acordo com os preceitos que estavam sendo almejados.

A emergência do pensamento científico e da engenharia social a partir do século XIX propiciou a divisão do estado em duas partes, uma política, caracterizada pela controvérsia partidária e por todas as oscilações e alternâncias na representação do Estado, e outra administrativa, supostamente neutra e imparcial, a ser gerida de uma única maneira racional possível, ou seja, como “uma parte imutável do mecanismo racional da administração”.¹⁰² Trata-se portanto, de um aparato de controle da cidade e de sua população a ser visto como um elemento natural e imprescindível na sociedade, no qual a força policial estava incluída.

Segundo Marcos Luiz Bretas, o desenvolvimento da polícia brasileira começou no Rio de Janeiro, principalmente após 1808 com a chegada da família imperial ao país, não sofrendo grandes mudanças até 1871 quando uma nova lei eliminou os poderes judiciais da polícia. Fatores como o crescimento populacional, abolição da escravatura e

¹⁰² BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 10.

proclamação da República intensificaram a reforma do serviço policial na então capital do Brasil que aconteceu justamente num “momento em que a idéia de polícia sofria o impacto do pensamento científico positivista, e os intelectuais da capital não estavam imunes a esta influência”.¹⁰³ E essa elite intelectual não cansava de discursar sobre as inúmeras maneiras de transformar as cidades e o país em lugares que aos seus olhos fossem modernos e civilizados, embora muitas vezes essas idéias não fossem colocadas em prática ou não apresentassem os resultados almejados na realidade social. Entretanto é importante que se faça uma relação entre o que estava sendo dito e a efetividade destes discursos, já que na prática, estes acabavam sendo transformados ou não havia meios materiais de efetivá-los. Dados levantados por Bretas, por exemplo, revelam que além do um número insuficiente de praças, estes recebiam baixos salários e eram mal qualificados.

A Revolta da Vacina ocorrida no Rio de Janeiro em 1904, mostrou a ineficiência da polícia na intervenção de tumultos de maiores proporções, sendo atacada pelos populares que só foram dispersados após a atuação do exército. Este movimento teve como estopim a criação de um decreto que regulamentava a aplicação obrigatória da vacina contra a varíola. Diante disso, várias agitações foram provocadas na cidade. Para Sevcenko, a Revolta da Vacina “se constituiu numa das mais pungentes demonstrações de resistência dos grupos populares do país contra a exploração, discriminação e o tratamento espúrio a que eram submetidas pela administração pública nessa fase da nossa história”.¹⁰⁴ Os habitantes do Rio de Janeiro enfrentavam nesta época um grave problema de moradia, sofriam com o aumento da criminalidade urbana, falta de empregos.

¹⁰³ Idem, p. 44.

¹⁰⁴ SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p.10.

Este episódio acabou por mostrar a antipatia da população em relação às forças policiais, fazendo com que em 1905 fosse criada a guarda civil “tentando diminuir a hostilidade do público diante do patrulhamento uniformizado e oferecendo uma polícia de aparência melhor para o centro renovado da cidade”.¹⁰⁵ O objetivo do então Chefe do Polícia do Rio de Janeiro, Alfredo Pinto, era o de torná-la um exemplo de polícia preventiva na cidade. Embora não tenha se mostrado tão eficiente em relação às suas pretensões iniciais, vendo-se confrontada com a polícia militar e não conseguindo expandir-se de acordo com o planejado, a guarda civil continuou sendo, no período em questão, considerada a força de patrulhamento apropriada à cidade. Em Florianópolis, como veremos adiante, por várias vezes as autoridades policiais reivindicaram junto ao governo do estado a criação de uma guarda civil com características semelhantes às do Rio de Janeiro.

Outro aspecto causador de problemas na atuação policial e falta de profissionalização da polícia se dava em decorrência da forma como eram feitas as nomeações, especialmente para os cargos mais elevados, que na maioria das vezes advinham de redes clientelísticas gerando, por sua vez, uma relação baseada na troca de favores entre membros das elites. Uma consequência disso pode ser observada na repressão de delitos de ordem pública. Como ressalta Bretas, nesses casos a polícia tinha que obedecer aos desejos da elite e lidar com seus medos como no caso do jogo em que “é perceptível que a repressão não era uma política permanente, executada pelos policiais de rua, mas sim campanhas ocasionais chefiadas pelos delegados ou comissários, que prendiam alguns jogadores para constar”¹⁰⁶.

Em Santa Catarina, o governador Vidal Ramos destaca

¹⁰⁵ Idem, p. 49.

¹⁰⁶ Idem, p. 62.

“as dificuldades com que luta o governo pra encontrar pessoas idôneas que aceitem o espinhoso cargo de delegado de polícia, o qual, por não ser remunerado, é, em regra exercido por pessoas influentes nas localidades que, por solidariedade política, o aceitam ou por outras sem a precisa idoneidade, para o destempero de tão importantes e melindrosas funções”.¹⁰⁷

Apesar de algumas menções a reformas no aparato policial catarinense, não foi encontrado nos relatórios de governadores e chefes de polícia um projeto propriamente dito com esse teor. O que constam são propostas e relatos de medidas isoladas como a divisão da zona urbana em áreas, a criação de departamento de investigação, de uma guarda cívica, geralmente seguindo as tendências de outras regiões do país. Desta forma, não foi possível traçar um panorama do que realmente foi feito nesse sentido, apenas de que havia algumas propostas e poucas ações, já que são muito mais constantes as reclamações contra a ação policial do que menções aos seus feitos e estrutura.

Este quadro traz à tona uma contradição, pois, apesar de os dados apresentarem a existência de uma polícia pouco organizada e ineficiente, seus serviços são constantemente solicitados, principalmente através da imprensa.

¹⁰⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 1912, p.25.

2.1 Disciplinarização do Comportamento Urbano

Se as reformas do sistema policial foram impulsionadas pelo crescente temor da desordem urbana, o papel da polícia, embora não constasse como um de seus principais objetivos, no controle do comportamento urbano era intensamente solicitado, aparecendo nos jornais como uma das principais reclamações em relação ao seu trabalho. A tentativa de disciplinar a conduta pública das pessoas mais pobres tem como exemplo mais contundente as prisões por vadiagem, denominação dada aos ociosos encontrados nas ruas que embora, a primeira vista, não representassem um perigo eram figuras indesejadas, que por não se enquadrarem dentro do modelo de homem trabalhador deveriam ser expulsos, ao menos, dos espaços centrais, “higienizados” e “visíveis” das cidades.

Diante disso, havia discursos contra a permanência desses chamados “vadios” nas cidades. Antero de Assis, chefe de polícia de Santa Catarina em 1922, traz a ociosidade como causa geradora de todos os crimes, “fonte de todos os males, um mal em começo, que não merecia nascer”. Assim, afirma que “sendo certo que o poder social tem por fim conservar a ordem na sociedade e promover o bem estar material e moral de todos os associados, cumpre-lhe, como bem diz Fernando Puglia, remover as causas de todos aqueles fatos que possam dissolver ou perturbar a ordem da convivência civil”.¹⁰⁸

Uma das medidas tomadas em relação aos vadios em Florianópolis ocorreu em 1919, segundo a constatação de Kupka, que diz que a partir dessa data os presos por

¹⁰⁸ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Luiz M. Collaço, Secretário do Interior e Justiça pelo Desembargador Antero de Assis, Chefe de Polícia em 31 de dezembro de 1922.

vadiagem passaram a ser enviados à Fortaleza de Santa Cruz, sob o pretexto de receberem trabalho e alimentação. Assim, “as ações da polícia buscava dar conta daqueles cuja presença inoportuna aparecia como uma ameaça ao bom funcionamento do mercado de trabalho em constituição”.¹⁰⁹

Isso nos leva a pensar que além de agir na prevenção e investigação de crimes ou delitos, a força policial era responsável por controlar e contornar uma série de “problemas” urbanos. Junto a outros órgãos públicos, como as inspetorias de higiene que inspecionavam as casas para verificar se estavam salubres o suficiente para serem habitadas, a polícia deveria atuar no sentido de fiscalizar a população nas ruas, não só na transgressão dos artigos do código criminal, mas também na dos preceitos “morais” preconizados por governantes e elites. Assim, a percepção de um problema pode resultar na sua criminalização, como é o caso da vadiagem citado anteriormente, entretanto, “outras formas de controle destas práticas também são possíveis”¹¹⁰ como a presença de policiamento nas ruas para intimidar a ocorrência de certas atitudes.

Como capital do Brasil, o Rio de Janeiro constituía além do centro administrativo do país, um pólo irradiador de idéias e um exemplo para os outros estados. Embora Florianópolis não apresentasse características como grande contingente populacional e de imigrantes, operários de fábricas e outros setores da economia que representassem um “perigo” de insurgência popular, constata-se que aqui também havia uma intensa preocupação com a manutenção da ordem pública e uma constante mobilização das autoridades neste sentido.

Todos os relatórios de governantes disponíveis do período 1910-1930 são unânimes em afirmar que a ordem pública manteve-se inalterável em todo o Estado,

¹⁰⁹ Kupka, Op. cit., p.80.

¹¹⁰ Idem, p. 61-62.

salvo algumas situações específicas como a do Contestado¹¹¹ que mereceu atenção durante algum tempo. Ressalvas aparecem em alguns casos, mas sempre como algo insignificante e contornável, como no caso do governador Vidal Ramos que diz que “ocorreram apenas crimes comuns que infelizmente são freqüentes em toda a parte”¹¹².

A atuação da polícia normalmente é elogiada:

O Estado goza de tranqüilidade, não tendo havido perturbação de ordem pública que motivasse medidas extraordinárias. A prefeitura de polícia sempre zelosa e ativa no cumprimento de seus deveres tem procurado atender sem demora todos os casos que reclamam a sua intervenção.¹¹³

Entretanto, logo se percebe uma contradição nas falas dos governadores do estado e dos chefes de polícia quando estes constatam que o aparato policial em Santa Catarina e na capital era diminuto e desaparelhado, demonstrando uma discordância entre discurso e prática. Existe, por exemplo, a reivindicação pela criação de uma Delegacia de Investigação e Capturas, assim como pela instituição de uma Guarda Civil¹¹⁴, organização do serviço médico legal e reinstalação e remodelação do gabinete de identificação e estatística.¹¹⁵

¹¹¹ A questão do Contestado foi uma disputa de território travada no oeste catarinense a partir de 1900 entre Paraná e Santa Catarina, sendo então, objeto de grandes demandas judiciais entre os estados, até 1916 quando foi dado ganho de causa a Santa Catarina. Além disso, para que fosse realizada a construção de uma estrada de ferro na região foram oferecidos como parte do pagamento para a empresa construtora norte-americana 15 quilômetros de extensão de terras ao longo da ferrovia para o efeito de praticar com essas terras a venda e a colonização ou o que melhor lhe aprouvesse, sendo que foram então fundados vários núcleos nessa localidade a partir de 1906. Ocorre que a região contestada era povoada por posseiros, ao lado dos quais vão se congregar outros elementos como os operários da construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, enfim, uma população marginalizada donde se destaca a atuação de elementos religiosos chamados “monges”. O que é importante destacar deste complexo movimento, é que ele gerou uma série de conflitos com as tropas do Exército e da Força Policial de Santa Catarina e do Paraná. Ver AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

¹¹² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 1913.

¹¹³ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem do Governador, Coronel Gustavo Richard lida na 1ª sessão ordinária da 8ª Legislatura do Congresso Representativo do Estado em 1910, p.11.

¹¹⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, a 22 de julho de 1927, pelo Dr. Adolpho Konder, Governador do Estado de Santa Catarina, p.60.

¹¹⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo Cel. Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

No entanto, o que mais chama a atenção é a constatação do reduzido número de praças na capital. Em 1910 o então governador, Gustavo Richard, demonstra grande preocupação com esta questão ao dizer que era “inadiável a criação de mais uma companhia, como também seria medida acertada organizar uma guarda cívica para auxiliar o policiamento desta cidade que requer cada vez maior vigilância pelo acréscimo de população”.¹¹⁶

Muitas vezes, essa carência de policiamento aparece associada ao aumento da criminalidade como na mensagem do governador em exercício Antonio Vicente Bulcão Vianna, que ainda em 1926 discorria sobre essa questão. Ao referir-se à Chefatura de Polícia instalada na capital, diz que “essa repartição precisa ser aparelhada com os serviços necessários à polícia dos nossos dias, em que a atividade criminosa dispõe de maiores recursos na sua constante ofensiva a segurança social”.¹¹⁷

Se por um lado esses relatórios constituem uma espécie de prestação de contas do trabalho realizado no período de um ano, é natural que seus autores façam um esforço no sentido de demonstrar sua eficiência no cargo, minimizando aspectos capazes de denotar algum fracasso em sua atuação. Entretanto, esses textos também serviam como meio de justificar as falhas cometidas e reivindicar melhores condições para a superação dos problemas enfrentados na gestão posterior. Ressalta-se, mais uma vez, que as próprias falas das autoridades policiais estavam repletas de contradições, tornando possível que a partir delas se verifique o quanto os serviços por elas prestados eram precários.

¹¹⁶ Op. cit., p.11.

¹¹⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo Cel. Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, p.18.

O que inicialmente pretende-se destacar a partir da leitura destas fontes, considerando evidentemente a parcialidade de quem as escreveu, é que a questão da ordem pública era uma das preocupações centrais para governo e autoridades policiais ao mesmo tempo em que eram precárias as condições de trabalho da Força Pública na capital.

Em 1900, o então Chefe de Polícia afirma a existência do total de 267 praças no Estado¹¹⁸. Embora não especifique quantos eram responsáveis pelo policiamento da capital, é provável que seja semelhante ao número encontrado seis anos mais tarde, quando o patrulhamento da cidade era feito por apenas seis praças¹¹⁹. Apesar das reclamações a situação parece não ter se alterado em 1918, a julgar pela indignação do delegado de polícia de Florianópolis ao afirmar que “infelizmente não temos um policiamento suficiente, que possa zelar com mais afínco pelos interesses da sociedade e da família, o policiamento desta cidade é feito por 6 praças da Força Pública, número este quase insuficiente para patrulhar uma rua quanto mais uma cidade!”¹²⁰ Um dos relatórios afirma inclusive que, além do patrulhamento ser praticamente nulo, há um “insignificante número de praças à noite que se recolhem à meia-noite”.¹²¹

Isso nos leva a inferir que, apesar da cidade quando comparada a centros maiores como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, ser de fato mais pacata e tranqüila, apresentando índices de criminalidade menores, o aparato policial aqui presente era ineficiente e diminuto, abrindo espaço para que transgressões à lei fossem realizadas

¹¹⁸ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia ao secretário do Interior em oito de junho de 1900 (manuscrito).

¹¹⁹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório da Prefeitura de Polícia ao Secretário Geral em 16 de junho de 1906 – Cornélio Evangelista.

¹²⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Chefe de Polícia do Estado de Santa Catarina Dr. João da Silva Medeiros Filho pelo Delegado de Polícia da Capital Dr. Cid Campos em 30 de abril de 1918.

¹²¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Prefeito de Polícia, Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Secretário Geral dos Negócios do Estado em 1908.

sem que chegassem ao conhecimento das autoridades. Além disso, a carência de praças e de recursos para as investigações possivelmente exigiam que prioridades fossem estabelecidas. É freqüente nos jornais do período que uma nota de reclamação de um leitor num dia reivindicando a ação da polícia em alguma questão seja mencionada na edição seguinte como já tendo sido solucionada. Trata-se da atuação quando há uma maior visibilidade do caso ou um questionamento em relação ao serviço policial.

Outro aspecto constante nos relatórios é a insistência em apresentar o povo catarinense como sendo pacífico e ordeiro. Para exemplificar, cabem as palavras de Hercílio Luz:

Dos 34 municípios do estado somente dois, Cruzeiro e Chapecó, por motivos de perturbações neles ocorridas exigiram a presença da primeira autoridade policial. Isso realça assaz os já reconhecidos foros de povo ordeiro, laborioso, amigo da paz e respeitador das leis, que cabem sem favor aos catarinenses.¹²²

Essa índole pacífica e ordeira da população aparece freqüentemente como sendo responsável pela manutenção da ordem pública na cidade e que somada aos “hábitos de trabalho e moderação, são melhor garantia para a paz pública do que lhe poderia prestar o exíguo número dos agentes da autoridade”.¹²³

¹²² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentado ao Congresso Representativo, em 22 de julho de 1920, pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, Vice-governador no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, p.30-31.

¹²³ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia ao secretário do Interior em oito de junho de 1900 (manuscrito).

2.2 A desordem dos estrangeiros

Apesar de não conseguirmos saber se, ou de que forma, essa visão sobre os catarinenses chegava até a população e mais ainda, se interferiam de alguma forma em seu modo de agir, podemos constatar que muitas vezes, as “poucas” desordens relatadas eram atribuídas a estrangeiros ou pessoas de outros estados.

A nossa capital já não é a antiga cidade do Desterro. Com o seu desenvolvimento material e o seu rápido progresso prende a atenção dos que aqui aportam e muitas vezes ficam, e dentre esses não raros serão os desocupados e os criminosos vindos de outros estados e do estrangeiro. Sua população tem crescido admiravelmente e com ela as dificuldades do policiamento, não só pela falta de pessoal habilitado para essa missão, como também pelos mistérios que tem envolvido ultimamente certos crimes praticados contra a propriedade.¹²⁴

Além de cometerem crimes na cidade, como alguns roubos, que praticados com perícia não deixaram vestígios através do quais seus autores poderiam ser descobertos, o então Chefe de Polícia de 1911, afirma que tais indivíduos, “aproveitando-se da negligência e imperícia de alguns dos nossos oficiais de ronda que não raras vezes faltam ao cumprimento de seu dever, deixando a cidade entregue a pequeno número de praças, cansadas por uma enorme sobrecarga de serviços diurnos”.¹²⁵

Se esse discurso sobre o perigo representado pelos estrangeiros encontrava-se presente em vários lugares do país, em Florianópolis, uma cidade portuária, essa questão tornava-se muito presente.

No período de 28 de setembro de 1910 a 15 de maio de 1911 os dados mostram que houve um total de 3596 passageiros que deram entrada no porto de Florianópolis

¹²⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia, Silvio de Sá Gonzaga ao Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1 de junho de 1911, p.13.

¹²⁵ Idem, p.7.

somados a 7153 em trânsito.¹²⁶ Mesmo que 2454 tivessem dado saída no mesmo porto, pode-se contatar que era intensa e diária a circulação de pessoas pela cidade.

Apesar da progressiva decadência do porto em volume de mercadorias nas primeiras décadas do século XX, em 1929 foi constatado um movimento portuário ainda maior: 9451 passageiros desembarcados, sendo 8589 brasileiros e 862 estrangeiros; 12117 passageiros em trânsito e 8307 passageiros embarcados.¹²⁷

Essa movimentação cotidiana de pessoas, portanto, fez com que se tornassem constantes diversos conflitos na cidade como os que se deram no porto entre marinheiros e passageiros em 1908.¹²⁸ Em um deles, são acusados diversos marinheiros que em trânsito seguiam para o estado de Mato Grosso, que ao desembarcarem, praticaram diversas “tropelias” nas ruas da capital. Ao relatar o ocorrido, o chefe de polícia relata ter requisitado a força necessária para a restauração da ordem, o que foi conseguido “obrigando os referidos marinheiros a reembarcar sem que houvesse incidente de espécie alguma a lamentar”.¹²⁹

Por vezes parece haver uma rixa entre catarinenses e estrangeiros como ocorreu em 1905 quando se deram diversos conflitos à Praça 15 de Novembro “em virtude de terem alguns desmiolados, em trânsito, criticado aos catarinenses e até com provocações”. Como resposta “diversos jovens nossos conterrâneos, em defesa da nossa terra, procederam com o critério preciso nessas ocasiões”.¹³⁰ Assim, o tom de crítica utilizado nas notícias de jornais recaí sempre para as pessoas de fora, consideradas responsáveis por muitas das desordens ocorridas na cidade.

¹²⁶ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia, Dês, Silvio de Sá Gonzaga ao Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1 de junho de 1911.

¹²⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório da Chefatura de Polícia apresentado ao Secretário do Interior e Justiça em 1930. Luiz Liberalo Barros.

¹²⁸ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Prefeito de Polícia, Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Secretário Geral dos Negócios do Estado em 1908.

¹²⁹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Chefe de Polícia a Secretaria Geral do Negócios do Estado, 09/10/1908.

¹³⁰ Jornal **Correio do Povo**, Florianópolis, ano II, n.175, 08/08/1905.

Em 1914, por exemplo, consta que alemães do vapor “Pontos” teriam provocado num dia de domingo várias desordens, tendo sido recolhidos à chefatura de polícia. Esse acontecimento parece ter provocado grande “rebuliço” na cidade, pois um jornal noticia que o chefe de polícia “ao ver aproximar-se da chefatura grande massa popular, ordenou acertada e prudentemente, que fosse impedida a entrada dos curiosos a fim de evitar atropelos e confusões que em muito poderiam prejudicar a ação da polícia”.¹³¹ Mais uma vez essa ocorrência mostrou a falta de policiamento na cidade, pois somente uma hora e meia depois do conflito é que apareceu um delegado, apesar da polícia ter um oficial de ronda, um delegado auxiliar e 3 sub-delegados.

É importante ressaltar que não somente as pessoas de outras nacionalidades eram consideradas “estrangeiras” em Florianópolis como mostra a seguinte nota:

Gente de fora e ruim

“A ordem pública não foi alterada” (Telegrama da agência Americana, daqui para toda parte)

Coisa raríssima e surpreendente quer dizer a maliciosa e malsinada frase – não ter sido perturbada a ordem popular em Florianópolis, onde vive a pior casta de gente ruim e arruaceira.

E tem razão o esquisito e ingrato agente da Americana aqui, por certo gente de fora e ruim.

Outrora, é verdade, fomos um povo pacato e ordeiro a mais não ser. Éramos quase só catarinenses e uma grande, leal e profunda amizade a todos unia e estreitava. Bons, generosos e compassivos, éramos de todos queridos. A gente de fora, mas de bem, que aqui aportava, bendizia e estimava o nosso convívio, recordava depois com vivas saudades o nosso trato, exaltando a fina hospitalidade, tão característica do nosso povo.

Depois... Falava-se desta ilha, cômoda terra da Promissão, da Canaã dos aventureiros.

Foi então que os ambiciosos, os vagabundos, os maltrapilhos de veste e espírito, a escória, o rebotalho das outras terras, correu ligeiro Brasil abaixo, e veio contente parar aqui. Éramos bons, generosos e apiedamo-nos deles, pobrezinhos. Estendemo-los os nossos braços amigos.

Demo-los, do nosso, o melhor. Agasalharam-se os nus com nossas roupas, saciaram-se os esfaimados com o nosso pão. Quiseram empregos, tiveram-nos logo. Aspiraram a subir, subiram. Pensaram em repartir o bem que lhe fazíamos com os amigos distantes. Mandou-se virem os amigos. Tiveram tudo por que suspiraram nas outras terras e lhes fora negado.

E que fizeram depois?

Agradeceram? Foram nossos amigos? Quiseram-nos bem? Não! Homens perversos que eram, puseram-se a rir da nossa bondade. Chasquearam da nossa terra que tão bem os acolhia a eles, tão maus e tão ruins.

Quanto lhes parecia ridícula e ingênua a nossa hospitalidade e a nossa cultura.

¹³¹ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.5, 13/12/1914.

Como éramos atrasados e selvagens! Só eles nos poderiam salvar da barbárie em que vivíamos. E desde logo decidiram guiar-nos, apascentar-nos como a um dócil rebanho de inofensivas ovelhas.

E eles derrubaram os nossos, subiram, galgaram aos mais altos postos. Dominaram tudo desde então.

E é por isso, só por isso que hoje tanto estranham que não tivesse sido alterada a ordem numa simples manifestação pública.

Valha-nos Deus!¹³²

Neste caso não pessoas de outras nacionalidades, mas brasileiros foram considerados responsáveis por “tomar o lugar” dos catarinenses na ocupação de cargos e de provocar desordens na cidade.

A citação acima também nos faz pensar acerca da relação muitas vezes feita entre o progresso da sociedade e o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas pelos criminosos.

(...) e hoje não trepido em repetir, que elevada e digna da máxima atenção é o serviço imposto a polícia no corpo social, tanto mais elevada, quanto a sociedade progride e incontestavelmente o progresso social exige a mais eficaz vigilância policial, pois que, como diz um notável sociólogo, a paz do progresso moral, marcha o aperfeiçoamento das ações delituosas das infrações as leis. Daí deduz-se o que se impõe no ânimo de todos nós: que o crime devido aos seus diversos fatores, cresce, desenvolve-se e aperfeiçoa-se com o progresso e a civilização dos povos.¹³³

E assim, a associação entre progresso e aumento da criminalidade exige também melhorias no aparato social e no controle sobre a população.

¹³² Gente de fora e ruim. Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.35, 11/07/1915.

¹³³ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Luiz M. Collaço, Secretário do Interior e Justiça pelo Desembargador Antero de Assis, Chefe de Polícia em 31 de dezembro de 1922.

2.3 Vigiar para prevenir

E foi justamente o desejo de progresso almejado pelas elites, trazendo consigo uma série de conseqüências como o aumento da criminalidade e exigências de formas mais eficazes de intervenção, que motivou a reforma policial já citada no início do capítulo. Embora esta não tenha constituído em um conjunto homogêneo de ações, mas em medidas isoladas umas das outras, fez com que a polícia se tornasse parte integrante e essencial na gestão das cidades.

No entanto, sua ação não poderia ser realizada de qualquer jeito, pois “a polícia de segurança tende a conseguir o seu fim (manutenção da ordem jurídica) não com qualquer meio escolhido ao acaso, nem com qualquer atividade, mas com formas de ações determinadas, a saber: com a observação, com a presença e com a repressão”.¹³⁴

Ressalta-se aqui, não só o caráter preventivo adquirido, mas também, a idéia de que a vigilância deve-se fazer sentir em todas as partes. A desproporção entre prisões e inquéritos é, na opinião de Boris Fausto, decorrência de que “as primeiras constituíam uma atividade de controle social, ou seja, um mecanismo de intimidação e vigilância permanente da população urbana pobre e miserável, considerada, por essa razão, potencialmente criminógena”.¹³⁵

Além disso, a agilidade e eficiência da ação policial pode ser associada a não promoção de prejuízos não só sociais, mas também econômicos, já que a manutenção da

¹³⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia, Silvio de Sá Gonzaga ao Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1 de junho de 1911, p.3.

¹³⁵ FAUSTO, Boris. Op. cit., 13.

ordem na cidade exigia cada coisa no seu lugar, cada indivíduo exercendo corretamente o papel que lhe cabe.

Algumas datas específicas na cidade eram alvo de atenção e preocupação redobrada por parte das autoridades como a Procissão de Passos e o Carnaval. Nestas ocasiões um esquema especial de policiamento era organizado, constituindo motivo de comemoração e orgulho quando tudo terminava sem confusão:

Salvo dois fatos de pouca importância pelo seu resultado nulo, um devido a excessos de moços irrefletidos que, por uma mal entendida apreciação, ameaçaram linchar o médico de bordo do vapor Itapemirim e outro devido à presença de um italiano ébrio na procissão de Passos, motivando correria e duas prisões, nada mais houve que abalasse o espírito público. As festas sagradas e as diversões populares correram sem o menor incidente, sendo mesmo o motivo de admiração não haver uma só prisão, nem um só crime nas festas de Natal e durante o carnaval.¹³⁶

Constantemente nos jornais, às vésperas dos dias de carnaval, são publicados nos jornais editais assinados pelo delegado de polícia contendo uma série de regras a serem seguidas nas festas, como por exemplo:

Está sendo publicado um edital assinado pelo capm. Cantidio Regis, digno delegado de Polícia desta cidade, em que se proíbem diversos abusos a que são levados muitas vezes os devotos de Momo.

Dentre essas proibições destacamos as de maior importância para conhecimento de todos.

É terminantemente proibido:

A venda e o uso de máscaras e fantasias alusivas as pessoas conhecidas ou aquelas que ofendam a moral pública e provoquem os transeuntes.

O uso de símbolos patrióticos principalmente a Bandeira Nacional.

Cantar os hinos Nacional, da Independência e da República, canções militares, bem como os hinos estrangeiros.

O uso de máscaras pelos condutores de veículos.

O uso de máscaras ou fantasias indecentes.

Cantar versos ou modinhas obscenas, que ofendam a moral pública e bem assim desrespeito às famílias.

Correrias em perseguição de veículos, e aquelas que tragam prejuízo a boa ordem e bem assim agressões, vaías ou assuadas a grupos de máscaras ou a quaisquer pessoas.¹³⁷

¹³⁶ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia, Dês, Silvio de Sá Gonzaga ao Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1 de junho de 1911, p.6.

¹³⁷ Jornal **O Estado**, ano XII, n.3503, 10/02/1926.

Percebe-se que aparecem misturadas preocupações com a ordem pública, como as de os condutores de veículos usarem máscaras o que poderia dificultar sua identificação e as agressões e correrias pelas ruas com aspectos de ordem moral, que, aliás, são os mais citados no edital.¹³⁸

Outra festividade alvo de intervenção foi a Festa do Divino, como mostra uma pesquisa realizada pela historiadora Márcia Alves. Esta festa que ocorria em várias partes da ilha, entre elas nos arredores da Catedral, no centro de Florianópolis, durava três dias sendo que muitas pessoas que vinham dos arredores permaneciam nas imediações da igreja devido às dificuldades de locomoção para suas casas. Assim, essa festa constituía uma das poucas possibilidades de divertimento da população mais pobre, que por não poder freqüentar clubes e teatros, tinham nas festividades religiosas e novenas espaços de encontros sociais e lazer.

Ocorreu que nas primeiras décadas do século XX transformações internas na Igreja Católica somadas a nova racionalidade advinda da implantação da República, fez com que várias mudanças ocorressem na organização da festividade. O “clero passou de espectador a organizador e controlador das novas idéias apresentadas” fazendo com que a festa a cada ano mais romanizada perdesse seus momentos de diversão, de alegria e do extravazar:

Uma festa disciplinada, sem exageros, que acontecia durante o dia, com missas e comunhão. E ainda sob o olhar normatizador do vigário, encontrava-se mais ligada aos anseios da elite, na maioria moradores do centro da capital e alguns deles também membros da distinta Irmandade.¹³⁹

¹³⁸ No próximo capítulo trataremos especificamente das diversas manifestações encontradas mostrando de que forma as pessoas violavam ou transgrediam essas regras impostas, driblando, recriando ou enfrentando as determinações com as quais não concordavam.

¹³⁹ ALVES, Márcia. **Entre a Folia e a Sacristia: As (re)significações e intervenções da elite clerical e civil na Festa do Divino em Florianópolis (1896-1925)**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, p. 75.

Indo ao encontro dessas medidas o governador do estado em 1909, Gustavo Richard, baixa um decreto regulamentando os divertimentos públicos, determinando que estes só poderiam ocorrer mediante autorização e presença policial. Essa lei também previa a proibição da entrada de pessoas embriagadas, que não estivessem decentemente vestidas e de vendedores ambulantes, além de dizer que o prefeito de polícia poderia “proibir temporária ou definitivamente o funcionamento de qualquer teatro ou divertimento público a bem da manutenção da ordem e tranqüilidade pública”.¹⁴⁰

A autora salienta que apesar das intervenções realizadas, muitas pessoas continuavam a vivenciar a festividade da forma como estavam habituadas, principalmente nas comunidades do interior da ilha onde a presença do clero era diminuta.

¹⁴⁰ Idem, p.82.

2.4 As contravenções

Analisando as estatísticas criminais apresentadas nos relatórios dos chefes de polícia, pode-se ter uma noção, considerando a imprecisão e a desconfiança em relação a estes dados¹⁴¹, da natureza dos delitos investigados pela polícia e do perfil dos indivíduos. Mais do que isso, como observa Boris Fausto, através da transgressão da norma penal é possível apreender regularidades que permitem perceber valores, representações e comportamentos sociais.¹⁴²

Cabe destacar a diferença levantada pelo autor entre a criminalidade como um fenômeno social na sua dimensão mais ampla, permitindo o estabelecimento de padrões através da constatação de regularidades e cortes e o crime como um fenômeno na sua singularidade, embora sua riqueza em certos casos não se encerre em si mesma, como caso individual, mas abra caminho para muitas percepções.

O levantamento dos dados referentes aos inquéritos policiais abertos na capital revela a seguinte situação:

¹⁴¹ Os próprios chefes de polícia quase sempre iniciam seus relatórios discorrendo sobre a imprecisão e incompletude das informações prestadas.

¹⁴² FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.

TABELA 1 – INQUÉRITOS POLICIAIS ABERTOS NA CAPITAL

	Jul.1899 mai.1900	Jun.1905 mai.1906	Jun.1906 mai.1907	Mar.1917 dez. 1917	Jan.1922 dez.1922	Jan.1930 dez.1930
Ferimentos leves	10			4	8	
Defloramento	5	2	10		5	6
Estupro	3				1	
Roubo	7			1	1	
Tentativa de morte	1					
Furto	1		1	25	1	1
Moeda falsa		1	6			
Ferimentos graves					2	
Ofensas físicas		1	7			8
Homicídio		1	1	1		2
Sedição		1				
Acidente de trabalho					1	9
Apurar responsabilidade						2
Incêndio						3
Desastre de automóvel						2
Atentado ao pudor						1
Buscas e apreensões						2
Infanticídio						1
Vistoria de circo						2
TOTAL	27	6	25	31	19	39

FONTES: APESC. Relatórios de Chefes de Polícias de 1900, 1906, 1907, 1922, 1930.

Apesar de incompletos, esses números nos dão uma visão geral do número e motivos dos inquéritos abertos na capital num espaço de trinta anos. Como se vê, não houve um grande aumento de ocorrências comparando-se o período de julho de 1899 - maio de 1900 com o de janeiro a dezembro de 1930, apenas 12, considerando-se ainda a variação nas causas das investigações responsáveis por essa diferença: acidente de trabalho (9), incêndio (3) e desastre de automóvel (2), representando muito mais uma alteração em certos setores do cotidiano da cidade, como a presença de carros, anteriormente inexistentes, e uma nova categoria de investigação, os acidentes de trabalho, que teve inquéritos abertos somente a partir de 1922.

A imprecisão dos dados estatísticos faz com que seja ressaltada a diferença entre criminalidade real, “entendida na sua acepção simples de infração às normas do Código Penal”, e a atividade policial, que vai muito além da prisão de eventuais criminosos,

exercendo uma atividade de amplo controle social”,¹⁴³ dando a entender que a atuação policial vai muito além dos números apresentados nos relatórios.

Observemos agora o quadro dos presos recolhidos na Chefatura de Polícia de Florianópolis:

TABELA 2: PRESOS RECOLHIDOS À CHEFATURA DE POLÍCIA DE FLORIANÓPOLIS

	Jun.1906 mai.1907	Out. 1910 mai. 1911	1916	Mar.1917 dez.1917
Embriaguez	86	122	112	18
Desordens	118	83	219	66
Gatunagem	43	2		
Vadiagem	57	35	6	11
Deserção	6		3	
Homicídio	1			
Indagações	16	4		
Loucura	1	3		
Furto		12	34	
Jogador		9	21	2
Desobediência		2		
Desacato		1	1	
Tentativa de suicídio		1		
Roubo		1	48	
Jogar entrudo		1		
Pronunciado no Paraná		1		
Defloramento		1		
Embriaguez e desordem		1		6
Tentativa de roubo		1		
Atentado ao pudor			11	2
Ofensas físicas			10	
Contravenção regulamentos policiais			9	
Calúnia			6	
Injúria			5	
Uso de armas proibidas				2
Outros motivos				5
TOTAL	328	280	485	112

FONTES: APESC. Relatórios de Chefes de Polícias de 1907, 1911, 1916, 1917.

Mais incompletos do que os anteriores, os dados acima não nos permitem fazer qualquer inferência acerca da regularidade das ocorrências no período estudado, mesmo

¹⁴³ FAUSTO, Boris. p.41.

porque se tratam de estatísticas pertencentes a meses e períodos do ano diferentes.¹⁴⁴ O que é possível destacar é a grande diferença entre o número de inquéritos abertos e das chamadas prisões correcionais, o que denota a significação das prisões como instrumento de controle social. Para Boris Fausto, “as prisões contravencionais, bem como as efetuadas para averiguações, revelam uma estrita preocupação com a ordem pública, aparentemente ameaçada por infratores das normas do trabalho, do bem-viver ou simplesmente pela indefinida figura dos suspeitos”.¹⁴⁵ Além disso, os motivos de muitas dessas prisões, trazem à tona comportamentos apresentados pelos ditos infratores que vão contra as normas de trabalho e de vida que se tentavam impor.

Trata-se de três contravenções principais; desordens, vadiagem e embriaguez.

A vadiagem representa o receptáculo maior, onde se enquadra o ‘viveiro natural da delinqüência’. O próprio sistema repressivo constituiu esse viveiro, formado por alguns poucos grandes ‘malandros’ e a massa de pequenos marginais ou desempregados, à beira da indigência; a desordem vincula-se ao comportamento episódico das pessoas em público, sem fixar uma conduta criminoso; a embriaguez aproxima-se da desordem na medida em que reflete como esta uma preocupação com o comportamento das pessoas em público, mas é indicativa de atitudes que combinam autodestruição e agressividade.¹⁴⁶

A classificação em uma ou outra contravenção está permeada por critérios muitas vezes subjetivos e variáveis e a medida de prender, normalmente por uma noite, tinha uma intenção punitiva e de controle social. Basta constatar que nunca eram abertos inquéritos para infrações deste teor. O maior número de prisões por desordem do que por embriaguez e vadiagem parecem denotar de fato, que aquela sim, precisava ser mais reprimida por afetar diretamente a convivência social, enquanto que as outras duas, constituíam, é claro, um mal a ser combatido, mas mais difícil de ser eliminado por se

¹⁴⁴ Como os dados foram retirados dos relatórios de chefes de polícia não foi possível obter uma continuidade de todo o período sobre o qual estamos tratando. Isso pode ser decorrência das constates trocas de chefia, tendo-se períodos, inclusive em que não estão disponibilizados os relatórios referentes à gestão. Além disso, quase todos os chefes que escreveram os relatórios lidos ressaltam sobre a escassez dos dados apresentados e falta de tempo disponível para produção do referido texto. Assim, esses números estão sendo utilizados somente para uma visualização dos tipos de infrações cometidas e para se ter alguma noção do quanto ocorriam.

¹⁴⁵ Op. cit., p.44.

¹⁴⁶ Idem, p. 46.

tratarem de vícios de conseqüências sobretudo pessoais, especialmente, “um modo de ser delinqüente que investe contra a lei suprema do trabalho”.¹⁴⁷

Outras relações são interessantes de ser observadas, como entre a quantidade de presos correccionais¹⁴⁸ recolhidos ao posto policial da chefatura e a cor dos mesmos. No período de outubro de 1910 a maio de 1911 foram recolhidas 286 pessoas, sendo 151 brancas, 68 pardas e 67 pretas.¹⁴⁹ Embora não conste o tipo de delito cometido por estes indivíduos, somando o número de pardos e pretos tem-se 135, resultado próximo ao de brancos, 151. Verifica-se assim, que o contingente de pardos e pretos presos é relativamente alto em relação ao de brancos.

Tem-se ainda, a possibilidade de conhecer as profissões mais freqüentes entre os presos correccionais. Entre outubro de 1910 e maio de 1911, foram recolhidas 94 pessoas sem profissão, 31 jornaleiros, 30 marítimos, 29 domésticos (sendo 5 mulheres), 24 lavradores, 14 pedreiros, 7 cozinheiros, 7 pintores, 6 sapateiros, 4 carroceiros, além de outros em menor número como vendedores de leite, cocheiros, lavadeiras, doceiras.¹⁵⁰ Chama a atenção o grande número de pessoas que trabalhavam nas ruas, provavelmente enquadradas na condição de desordeiras por tentarem resolver seus conflitos advindos da necessidade de sobrevivência. Pode-se inferir que são a estes trabalhadores que as regras de disciplinarização estavam sendo dirigidas.

Quanto às pessoas que trabalhavam nas ruas das cidades, Sandra Pesavento, ao realizar uma pesquisa no Rio Grande do Sul, constatou a tentativas de regulamentação

¹⁴⁷ Idem, p. 50.

¹⁴⁸ Termo utilizado nos relatórios dos chefes de polícia para se referir a essas pessoas que eram recolhidas por pouco tempo à prisão e que não tinham inquéritos abertos sobre seus casos.

¹⁴⁹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia, Dês, Silvio de Sá Gonzaga ao Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1 de junho de 1911.

¹⁵⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia, Silvio de Sá Gonzaga ao Governador do Estado de Santa Catarina, Coronel Vidal José de Oliveira Ramos em 1 de junho de 1911.

de algumas ocupações como, por exemplo, o comércio ambulante em decorrência de sua característica de “atividade de biscate, marginal a um mercado de trabalho mais definido (nas lojas, nas manufaturas), possuía certa característica de independência que, contudo, era preciso controlar”.¹⁵¹

O relatório apresentado pelo chefe de polícia em 1917, traz como “desordeiros” em sua maioria, jornaleiros, carregadores, criados, carroceiros e jogadores, além de lavradores e marinheiros. Carregadores, jornaleiros, lavradores e marinheiros também aparecem na lista de presos por embriaguez, destacando-se ainda os presos por ofensas, todos criados.¹⁵²

A presença de vários empregados domésticos nesses números faz pensar acerca das relações estabelecidas entre patrões e criados. Inicialmente, trata-se do fato de que os patrões pertenciam a um grupo de pessoas com maior poder aquisitivo e que quando iam prestar uma queixa na delegacia eram ouvidos e recebiam atenção quanto a seus casos. Além disso, muitas dessas ofensas poderia surgir de maus tratos recebidos pelos empregados, que talvez revidassem, ou mesmo que não, sofriam alguma espécie de “punição” como a ida na delegacia que poderia se constituir uma forma de intimidação e amedrontamento.

Em outros casos, verifica-se a ocorrência de furtos, como a que se pode observar:

A parda Othilia do Geraldino, moradora a rua do Fogo, não satisfeita com o ordenado que percebia como criada da exma. D. Elisa Freire, deu-se ao arriscado *sport* de sorrateiramente subtrair da gaveta de uma cômoda a insignificante quantia de 60\$000.

¹⁵¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos Sublaternos**: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989, p.41.

¹⁵² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário Geral do Estado pelo Chefe de Polícia Ulysses Gerson Alves da Costa em 23 de maio de 1917.

Sabedora a polícia fez recolher ao xadrez a espertalhona com todo seu estado interessante.

Iniciadas as diligências policiais ficou provado, logo de começo, haver a querelada, após o furto, comprado um cobertor por 10\$000, uma peça de pano por 10\$000 e pago algumas continhas, tudo na importância de 29\$500.

Se o frio aperta novos cobertores serão cobiçados.¹⁵³

Mesmo sendo considerada uma quantia insignificante para alguns, para Othilia não o era, já que com o dinheiro conseguiu comprar coisas para seu uso pessoal. Sem discutir acerca da índole da nossa personagem, ou vitimizá-la por sua condição, o que é possível perceber é que em decorrência disso os empregados domésticos parecem ter formado mais uma das categorias visadas pelo aparato policial e alvo de constante vigilância.

Em 1922, um chefe de polícia chama a atenção para a necessidade de regulamentação da matrícula daqueles que são empregados em serviços domésticos, pois, “é da mais alta conveniência que a polícia envide seus esforços para manter integralmente, serviço de tanta relevância, que de perto entende com a segurança e bem estar da população desta capital, onde infelizmente campeia a vagabundagem, que precisa ser debelada, para o que não pouparei esforços”.¹⁵⁴

Neste caso há uma associação entre essas pessoas e a prática da vagabundagem, talvez pelo fato de essas pessoas, em algumas situações, andarem pelas ruas, agindo contra os padrões que se tentavam infringir. Por isso deveriam ser facilmente identificadas.

Fazendo uma relação entre profissão e motivos de prisão percebe-se que entre os presos por embriaguez haviam predominantemente jornaleiros, carregadores e

¹⁵³ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano IV, n. 972, 01/08/1918.

¹⁵⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Luiz M. Collaço, Secretário do Interior e Justiça pelo Desembargador Antero de Assis, Chefe de Polícia em 31 de dezembro de 1922.

marinheiros. Entre os “desordeiros”, também os jornaleiros aparecem com frequência, além de lavradores, carroceiros, jogadores e de, como salientamos anteriormente, empregados e criados.¹⁵⁵

Os jornaleiros¹⁵⁶ aparecem neste ano como sendo a profissão de grande parte dos presos, com 114 de um total de 517, estando atrás somente dos lavradores (143) e das pessoas sem profissão (135).¹⁵⁷ Embora não se possa afirmar que todas ou grande parte dessas pessoas trabalhassem nas ruas parece que estas estavam mais sujeitas a serem classificadas como desordeiras e mais suscetíveis à vigilância e intervenção policial.

Quanto a presença de mulheres nestas estatísticas, é interessante ressaltar que havia no período várias imagens idealizadas das mulheres como esposas e mães veiculadas pela imprensa através das quais estas eram julgadas. Entretanto, o desejo e/ou a própria necessidade de busca pela sobrevivência fez com que as mulheres das camadas populares mantivessem formas costumeiras de ganho.¹⁵⁸

Em uma pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores em Florianópolis nas duas primeiras décadas do século XX, Jaqueline Schmitt aponta que a cidade “era composta por uma gama de vendedores ambulante, conferidores de carga, professoras, lavadeiras, operários, pescadores, enfim, inúmeros trabalhadores e trabalhadoras” que cotidianamente circulavam pela cidade nessas mais diversas funções.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário Geral do Estado pelo Chefe de Polícia Ulysses Gerson Alves da Costa em 14 de maio de 1915.

¹⁵⁶ Esses trabalhadores que recebiam seus pagamentos por dia de trabalho provavelmente exerciam as mais diversas funções na cidade, seja em locais públicos ou no interior de estabelecimentos.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Ver PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

¹⁵⁹ SCHMITT, Jaqueline Aparecida M. Z. **Trabalhando em Florianópolis...** (As práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras 1900-1920). Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Sobre a cadeia pública, constata-se que desde o início do século há a reivindicação pela substituição da mesma por uma penitenciária “que satisfaça os preceitos da higiene e da nova escola penal”.¹⁶⁰ Esses novos preceitos fizeram com que surgissem críticas à ociosidade com que os condenados recolhidos às prisões viviam, com a afirmação de que dessa forma poderiam arquitetar planos de subversão social sob o sustento do estado. Uma das soluções para evitar os “males resultantes de tão pernicioso inércia” seria o estabelecimento de oficinas em que os presos, desenvolvendo a sua atividade, provessem a própria subsistência e, “no trabalho reparador, fossem buscar o mais poderoso reagente das tendências criminosas”.¹⁶¹

Assim, a intenção de imprimir aos condenados uma vida produtiva e menos onerosa ao estado tornaram constantes menções a essa causa: a construção de uma colônia correcional com a idéia de que, ao seu lado funcionasse um instituto disciplinar para os menores vadios e “moralmente abandonados”.¹⁶²

Além disso, havia o desejo de construções esteticamente mais modernas condizentes com o novo padrão que se tentava implantar na cidade, como denota Bulcão Vianna quando diz que a penitenciária “é uma das nossas mais urgentes necessidades, para libertar-nos da vergonha da cadeia que possuímos”.¹⁶³

Por fim, verifica-se a predominância de brasileiros entre os presos recolhidos nas cadeias públicas do estado, como em 1916, quando se encontravam detidos 490

¹⁶⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem do Governador, Coronel Gustavo Richard lida na 1ª sessão ordinária da 8ª Legislatura do Congresso Representativo do Estado em 1910, p.12.

¹⁶¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem do Governador Vidal José de Oliveira Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 1911, p.23.

¹⁶² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, pelo Juiz de Direito Dr. Gil Costa, Chefe de Polícia do Estado em 2 de junho de 1919.

¹⁶³ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo Cel. Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina.

brasileiros, 27 estrangeiros (8 alemães, 12 italianos, 3 gregos, 2 polacos, 2 austríacos), sendo que 49 eram mulheres e 203 pertencentes a Florianópolis.¹⁶⁴

¹⁶⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Secretário Geral do Estado pelo Chefe de Polícia Ulysses Gerson Alves da Costa em 23 de maio de 1917.

2.5 O outro lado da ordem: os policiais infratores

Um aspecto recorrente nas fontes refere-se a constante presença de policiais ou de membros do Exército como provocadores de desordens e outros delitos e como alvo de reclamação por parte da população. Se é difícil avaliar até que ponto os responsáveis pela segurança e pela manutenção da ordem na cidade abusavam de sua condição de “autoridade da força”, é fácil perceber algumas de suas movimentações.

Em ofício, o chefe de polícia afirma serem constantes as perturbações da ordem pública praticada por praças do Exército na Guarnição do Estado. Como medida necessária para a manutenção da tranqüilidade da capital, sugere ser urgente a “permanência de um destacamento no posto policial, o qual é quase sempre o alvo dos ataques por parte das praças do 3º Batalhão de Artilharia”.¹⁶⁵ Dois dias depois o mesmo chefe refere-se a um conflito entre um cabo e um praça.¹⁶⁶ E assim aconteceu em 1915 quando ocorreram vários distúrbios entre praças de polícia e do 8º batalhão de artilharia, sendo sugerido pelo jornal que noticiou o fato que esses conflitos constantemente acontecem e que, por isso, nem são mais comentados.¹⁶⁷

E assim, estes casos não são raros nas fontes pesquisadas. Em 1916, um praça do regimento de segurança fere à bala um cabo do 54º batalhão de caçadores. A vítima afirma que a questão começou por um empurrão que, propositalmente lhe dera o praça, o que acabou suscitando uma pequena discussão entre os dois, da qual já se esquivava por intervenção conciliadora de três seus companheiros do exército, quando aquele

¹⁶⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Chefe de Polícia a Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 14/10/1908.

¹⁶⁶ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Chefe de Polícia a Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 16/10/1908.

¹⁶⁷ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.19, 21/03/1915.

policial, alvejou com seu revólver, detonando-o três vezes, uma das quais o veio a ferir de lado.¹⁶⁸

Apesar de não elucidar as motivações desses conflitos, os acontecimentos revelam a existência de uma rivalidade entre as forças presentes e atuantes na capital que não se valiam da qualidade de mantenedores da ordem quando estava em questão a emergência de seus conflitos pessoais e de classe.

As reclamações em relação a conduta inadequada aparecem nas mais diversas situações. Apesar de não especificar se o mau comportamento era praticado em horário de trabalho um chefe diz ser

impossível suportar o procedimento de algumas praças do Corpo de Segurança pela sua incorreção, pois, não obstante as recomendações desta Prefeitura procedem conforme entendem. Entre eles José A. de Freitas e João de A. que quase todas as noites passeiam com meretrizes pelas ruas da cidade dando escândalos.¹⁶⁹

Tempos mais tarde notifica a prisão de músicos e praças do Corpo de Segurança por terem sido encontrados jogando na casa de um ex-cabo.¹⁷⁰

Um caso em que a falta cometida ultrapassou a simples advertência chegando aos tribunais foi o de uma agressão envolvendo praças da Força Pública, sendo que dessa vez os representantes do aparato policial estão no banco dos réus. O acontecido se passou no dia 5 de julho de 1926 por volta das 24 horas quando três praças da Força Pública agrediram dois homens nas proximidades da Ponte Hercílio Luz. Apesar dos três apresentarem depoimentos contraditórios, tentando um jogar a maior responsabilidade para cima do outro, é consenso que os três vinham embriagados do

¹⁶⁸ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano II, n.365, 25/07/1916.

¹⁶⁹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Chefe de Polícia a Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 31/03/1909.

¹⁷⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Chefe de Polícia a Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 03/06/1909.

lugar chamado “Coqueiro” para a capital e cometeram as agressões e desordens, sendo que um deles diz que promoveram uma nova desordem num café do Mercado Público por ter o proprietário exigido a importância correspondente a duas xícaras de café que os mesmos haviam tomado. Os três foram considerados responsáveis e enviados para a cadeia pública para cumprirem pena.¹⁷¹

Outros três acontecimentos relatados nos jornais mostram que durante o horário em que estavam em serviço vários abusos eram cometidos pelos policiais.

Em um deles, um policial “divertia-se, o estúpido, a atirar copos d’água ao rosto de um infeliz recolhido ao xadrez da chefatura, por embriaguez”¹⁷². Segundo consta na nota, todos que estavam presentes, inclusive uma autoridade, cujo cargo e nome não são revelados, riam da situação, sendo que o detido, enraivecido injuriava o policial com frases obscenas.

Assim, parece ser comum que, protegidos pela função que ocupavam, muitos policiais humilhassem e maltratassem cidadãos, como novamente ocorreu em 1915:

Uma praça do Regimento de Segurança anteontem, levando preso um indivíduo, logo depois de passar o Teatro, começou a esbordoá-lo e a insultá-lo.

A brutal agressão foi feita a socos. A pobre vítima reclamava contra tal procedimento rogando mesmo que não o maltratassem, porém o bravo soldado a nada atendia e continuava a distribuir socos e mais socos.

Outros soldados que passavam achavam até graça no fato delituoso.

A vítima de fúria do “marvote” foi aos trambulhões pela rua Visconde de Ouro Preto levada a prisão.

Há quem diga que o infeliz já chorava ante tanta pancada que lhe dava o valente soldado.

Chamamos atenção das autoridades competentes, para tão condenável fato.¹⁷³

Outras vezes, observa-se que havia uma total falta de critério nas ações praticadas pela polícia. Embora não possamos tomar como única versão os

¹⁷¹ Arquivo Fórum Municipal de Florianópolis. Processo-crime de Mario Raulino dos Passos, Celestino Modesto e Adão Conceição. Caixa 07, n.74, 1926.

¹⁷² Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.13, 07/02/1915.

¹⁷³ Jornal **A Tribuna**, Florianópolis, ano I, n.5, 17/07/1915.

acontecimentos noticiados pelos jornais, a regularidade de notícias tornam evidente que agressões provocadas por membros da força pública vez por outra ocorriam. Muitas delas ocorriam nas ruas da cidade, e nem sempre se davam contra pessoas apreendidas.

Em plena rua Conselheiro Mafra, sem dúvida a mais concorrida da capital, deu-se hoje uma cena que depõe muito contra os nossos foros de cidade tranqüila e pacata.

Aquela hora, próxima à casa Áurea, estava o sr. Pedro Spritz Junior, de Tubarão, que aqui se encontra tratando de interesses comerciais.

No momento em que aquele moço, de cabeça baixa, examinava uns papéis que tinha às mãos, foi inopinadamente agredido por duas praças de polícia, a chicote.

Essas praças, que estão deprimindo e envergonhando a nossa Força Pública, que é, e que sempre foi, uma corporação digna, disciplinada e fiel garantia do povo, foram vistas por uma enorme multidão, na prática daquele inominável atentado, que teria, por certo, maiores conseqüências, se não fosse a intervenção oportuna do sr. Capitão Trogílio Mello, digno comandante da Força Pública, e que os prendeu.

Não houve quem não se revoltasse contra a brutalidade do atentado, que, estamos certos, não se reproduzirá mais, recebendo os seus autores o corretivo severo que merecem.

Nesse sentido fazemos, em nome da população, um fervorosa apelo ao sr. Coronel Pereira e Oliveira, honrado governador do Estado e ao sr. Antero de Assis, íntegro Chefe de Polícia, a quem a população deposita a maior e mais tranqüila confiança.

Esperamos que sejam tomadas medidas necessárias para que a população não tenha de presenciar novas cenas, semelhantes a de hoje.¹⁷⁴

Neste caso, segundo consta no jornal, a atitude do policial foi realizada sem qualquer motivo. Embora não possamos afirmar isso com certeza, ao menos temos mais um indício da falta de critério com que muitas ações da força pública da capital eram efetuadas.

Por fim, ao que parece, as ocorrências policiais na cidade eram motivo de grande curiosidade:

Curioso é o modo por que os srs. Comissários e sub-comissários efetuam interrogatórios, acareações, etc., de delinqüentes e testemunhas, na sala térrea do edifício da chefatura, a qual nestas ocasiões tem sempre suas janelas abertas da par a par, e os seus peitoris pejados de desocupados “curiosos”, que, por vezes, são tantos, que dificultam o trânsito nas calçadas frontal e lateral da referida Repartição.

Ao dr. Chefe de Polícia cumpre, pois, por cobro a essa exibição de justiça.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Jornal **O Estado**, ano X, n.3033, 01/08/1924.

¹⁷⁵ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.26, 08/05/1915.

Nesse e em outros casos, percebe-se que a população acompanhava as prisões de muitas pessoas e que este era um acontecimento bastante visível que, se por um lado trazia consigo um aspecto “educativo”, por outro, impossibilitava, em parte, a prática de abusos por parte das autoridades policiais.

Um crime constante envolvendo membros da polícia e do exército é o de defloramento, que embora decorresse “antes da condição masculina do que da policial”¹⁷⁶, pode encontrar aí alguma relação com a atividade do deflorador, ao menos no simbolismo que este representava.

A regularidade destes processos mostra, por exemplo, que o queixoso é sempre o pai ou o homem responsável pela menor deflorada, além de que a defesa do acusado sempre gira em torno da depreciação da ofendida e da alegação de que esta não era mais virgem. Não cabe aqui a afirmação de que todas de fato eram virgens e foram defloradas, é provável que algumas não o fossem, ou até mesmo se “entregassem” sem que o consentimento fosse obtido por meio de sedução, engano ou fraude, o que constituía um dos quesitos fundamentais para a caracterização do delito. O que se pode apreender destes processos é que a virgindade e a honra eram valores recorrentes na sociedade do período, mas que também traziam consigo as suas contrapartidas como a relação sexual sem se estar na situação do casamento, embora este constituísse a única forma possível de reparação para este tipo de crime.

Segundo Boris Fausto, o código penal de 1890 dá aos crimes de estupro e defloramento o título de “crimes contra a segurança da honra e honestidade das

¹⁷⁶ BRETAS, Marcos Luiz. Op. cit., p.147.

famílias”, ou seja, não se tratava de proteger a “honra” como atributo individual feminino e sim como apanágio do marido ou da família.¹⁷⁷

Um caso terminado em casamento foi o 2º Sargento da Força Pública, Norberto José Lunardelli acusado de enganar a menor Orlandina da Costa, prometendo a este casamento. O processo diz que desta forma ele a fez sair da casa paterna e a deflorou. Em seu depoimento Norberto afirma que há mais ou menos dois meses namorava a menina e admite que a raptou e que quando foi ter relações com ela, esta já não era mais virgem, dizendo que ela foi deflorada aos 14 anos e que o deflorador foi um rapaz do Rio de Janeiro. Das testemunhas arroladas, uma delas diz ter ouvido da mãe do 2º sargento a afirmação de que seu filho iria se casar com a menor para “reparação do mal feito” e que dias mais tarde, a mesma mulher afirmou que o seu filho não iria se casar com a menina por esta ser uma “vagabunda”. Em resposta a mãe, a testemunha disse que talvez ela fosse vagabunda de seu próprio filho.¹⁷⁸

Outro caso envolvendo um sargento da Força Pública, mas que desta vez apresentou um final menos reparador socialmente para o ofendida foi o de Nelson José Gonçalves acusado de deflorar a noiva e desmanchar o noivado semanas depois. Mais um vez aparece uma testemunha que afirma que alguém que viajou para São Paulo já havia tido relações sexuais com a moça, que portanto já não era mais “donzella”. Das cinco testemunhas, apenas uma levantou dúvidas a respeito da honestidade da moça. No julgamento o réu foi absolvido, no entanto, novos recursos foram realizados pelo promotor, sendo que no final do processo há uma carta do comandante do 14º Batalhão

¹⁷⁷ FAUSTO, Boris. p.195.

¹⁷⁸ Arquivo Fórum Municipal de Florianópolis. Processo-crime de Norberto José Lunardelli, caixa 06, n.67, 1926.

informando que o acusado foi transferido para o Rio de Janeiro. Não se sabe o resultado final do processo.¹⁷⁹

O que se percebe em comum, não só nestes dois processos citados, mas em outros analisados, é, por um lado, a alegação da ofendida de que o acusado, sempre um namorado ou noivo, havia lhe prometido casamento e, de outro, a afirmação do acusado de que a ofendida já havia sido deflorada, normalmente por um homem de fora que esteve na cidade só de passagem, como por exemplo um marinheiro ou um viajante.

Assim, embora a polícia constituísse uma peça fundamental para a manutenção da ordem na cidade, vimos que sua intervenção muitas vezes era restrita contradizendo as inúmeras solicitações para que resolvesse os mais diversos “problemas urbanos”. Conheçamos então quais eram essas solicitações e quem eram, portanto, os alvos de seu trabalho...

¹⁷⁹ Arquivo Fórum Municipal de Florianópolis. Processo-crime de Nelson José Gonçalves, caixa 07, n.81, 1926.

CAPÍTULO III

MÃOS AO ALTO!

Os dias

Nos calçamentos que enquadram o “Oliveira Belo”, passeia a tarde chique de Florianópolis...

Já o crepúsculo cede lugar à noite.

Na Praça, as florianopolenses jovens, as maduras, até as velhas fazem o footing, gozando a delícia do anoitecer.

Há uma confusa promiscuidade de gente, e de toilettes, os bairros saíram a espairecer, a ver um bocado de cidade propriamente dita. Os trajos, na sua variabilidade e gosto, vão desde as rabonas negras dos funcionários públicos até o duro riscado do carroceiro.

Blusas de seda, saias de casimira, chapéu ajardinados, roçam as chitas baratas, os cazebéques sem feitio, os paletós fora da moda...

Ele observa a movimentada e ferida massa pública, de pé, a uma das portas da Confeitaria Moritz.

No céu alto há lua, mas ainda não luar... O grande astro tem assim o jeito triste de quem perdeu o seu pigmento de oiro... O poente é uma brasa mal e mal refogada em cinzas donde espiralam rolos de fumo negro...

Um auto, unóculo, passa equivocadamente flatulento, espalhando um cheiro de gasolina.

Do mar, vêm, muito frias, umas lufadas incômodas. À porta do Natal, nas pedras pretas, anunciam-se coisas não menos pretas...

Duas meninas a par, naquele andarzinho, misto de boliço e tango, cochicha não sei que intriguinhas amorosas, riem alto, gesticulam colegialmente... e seguem.

Os cinemas tintinam sem parar...

A lua vai tomando cores, vai aloirando.

Estrelinhas piscam as primeiras cintilas...¹⁸⁰

A passagem acima, assinada por Filho e retirada do jornal “A Semana”, retrata um pouco do cotidiano da cidade de Florianópolis em 1915. Ao que parece, os almejados “modos de cidade grande” foram alcançados, com as pessoas “chiques” passeando na praça ao entardecer. No entanto, com certo ar de admiração, o observador discorre sobre a “promiscuidade de gente”, que pela qualidade das roupas que vestem denotam a presença de pessoas das mais variadas condições sociais.

Como se viu nos capítulos anteriores, havia várias vertentes – imprensa, governantes, higienistas - almejando uma cidade que se encaixasse nos padrões de

¹⁸⁰ Os dias. Jornal **A Semana**, ano I, n.30, 06/06/1915.

modernidade¹⁸¹ provenientes da Europa, a exemplo do Rio de Janeiro, então capital do país. Desta forma, não só a cidade deveria adquirir determinadas feições, mas também a população deveria “modernizar-se” e possuir hábitos que estivessem de acordo com essa condição. Isso explica o tom de exaltação com que eram recebidas essas “novidades” e como havia um esforço por parte da imprensa em incentivar a prática de tais modos.

Em contrapartida ao desejo de um determinado modo de vida e de cidade desejado pelas elites, tem-se uma grande parcela da população que não tinha acesso a esse tipo de informação e, ainda mais, possuía um modo de vida peculiar, marcado por uma cultura própria onde rearranjos do cotidiano e estratégias de sobrevivência eram inventadas dia-a-dia, não só no que condiz ao aspecto econômico, mas também de lazer, entre outros.

Assim, eram vistos por elites e governantes como possuidores de um “comportamento desviante” da ordem que queriam impor. Cabe aqui a observação feita por Gilberto Velho que diz que “o comportamento desviante não é, somente, algo que ameaça a existência da sociedade, mas pode ser até a sua redenção”, pois, certos desses comportamentos desviantes “de caráter inovador podem trazer as respostas adequadas para a permanência de determinado sistema”.¹⁸² O autor ainda chama a atenção para a necessidade de utilizar a noção de desviante com muito cuidado, pois, a idéia de desvio acaba implicando a existência de um comportamento médio ou ideal, o “que expressaria uma harmonia com as exigências do funcionamento do sistema social”¹⁸³, em vez de um caráter multifacetado, dinâmico e, muitas vezes, ambíguo da vida cultural, já que, o

¹⁸¹ Ver capítulo 1.

¹⁸² VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e Divergência**: uma crítica da patologia social. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p.15.

¹⁸³ Idem, p.17.

desviante não é um indivíduo que está fora de sua cultura, mas que faz uma leitura peculiar desta.

Diante disso, muitas manifestações que iam contra essa ordem almejada pelas elites passaram a serem alvo de recriminações, perseguições e mesmo intervenções no sentido de serem extintas. Entretanto, elas continuavam ocorrendo...

Os alvos passíveis de suspeição eram variados, a começar por qualquer ajuntamento de pessoas. Um colunista do *Jornal Folha Acadêmica*¹⁸⁴, por exemplo, denota a opinião que se tinha sobre a multidão, sempre “um ser acéfalo” que age levada pela onda de entusiasmo, ódio ou alegria. Entretanto, não se trata de uma multidão que age sozinha, pois tem sempre princípio numa voz que encontra eco, “e essa voz atua e, se transmite e domina a multidão, como se cada indivíduo fosse o elo de uma grande cadeia, junto da qual houvesse passado uma centelha”. E são essas poderosas vozes capazes de arrastar a massa e fazê-la espocar em gargalhadas ou vaias, bater palmas ou atirar pedradas. O perigo é que, como que dominados por essas “falas eletrizantes”, “cada um desses homens, capaz de se tornar incendiário, capaz dos maiores absurdos é, isolado, um ser pacato que teme, as mais das vezes, um gesto desabrido, uma palavra menos polida”.

Neste caso, isoladamente, o indivíduo é visto como um ser inofensivo, mas que pode tornar-se um perigo à ordem pública quando junto a outros. Entretanto, em outros, era tido como perigoso ou apenas indesejável, enfim, embora recebesse tratamentos diferenciados, eram considerados fora dos padrões e deveriam ser, portanto, alvo de intervenção, mesmo que esta tratasse apenas de escondê-los dos olhos da cidade moderna e civilizada que se pretendia construir.

¹⁸⁴ *Jornal Folha Acadêmica*, ano I, n.3, 01/08/1929.

Cabe ressaltar que a utilização de modelos explicativos como o especificado acima em que se tem presente uma “psicologia das massas”, acabam justificando as ações em relação à população, estabelecendo relações de causa e efeito em que as atitudes praticadas encontram justificativas.

3.1 Jogos e Brincadeiras

No sentido da repressão, relacionada ao que era feito em grupos, pode-se falar nos jogos, brincadeiras e depredações do patrimônio público e privado que constantemente eram alvo de queixas e reclamações de indignados, principalmente, cobrando a intervenção da polícia.

Um exemplo disso se dava em relação aos divertimentos realizados na rua, entre eles o jogo de entrudo que constantemente era motivo de queixas sem que se saiba ao certo que tipo de medidas eram tomadas para combatê-lo. O chefe de polícia de 1907 diz ser grande o número de reclamações recebidas relativamente ao jogo do entrudo em diversos pontos da cidade, alegando que esse divertimento tem sido prejudicial tanto à saúde pública como à ordem e origina sérios atritos que redundam em conflitos e sérias conseqüências.¹⁸⁵ Normalmente esse jogo era praticado durante o carnaval, uma tradição para os moradores da cidade.

Apesar das queixas esse jogo continuava sendo realizado ano a ano. Em 1926, o jornal “O Estado” denuncia que pessoas que tem passado à noite pela rua Silva Jardim e imediações queixam-se de que ali estão revivendo as antigas peças de entrudo, embora há muito a polícia tenha posto termo a esta prática.

Vai descuidado o transeunte e é subitamente surpreendido por um limão, quando não por um balde d’água, como já tem acontecido.
Na mesma casa que estão negociando os célebres limões de cera e, à noite, travam-se renhíidíssimas batalhas, cujo calor não cede nem aos baldes d’água.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do chefe de polícia à Secretaria Geral dos Negócios do Estado, 02/02/1907.

¹⁸⁶ Jornal **O Estado**, ano XII, n.3505, 12/02/1926.

O jornal solicita então a ação da polícia, assim como o faz diante de vários outros divertimentos populares como o jogo do malhão realizado às tardes e principalmente aos domingos quando “certas turmas de desocupados” levam tarde inteiras praticando o jogo, impedindo o trânsito e tornando perigoso aos transeuntes que podem ser atingidos “pelos tais calhas de ferro, varejadas a grande distância”.¹⁸⁷ Vale ressaltar que mesmo nos dias de semanas, após o meio-dia o movimento na cidade tornava-se bem pequeno como aponta Virgílio Várzea ao dizer que a região central da cidade só apresenta movimento durante a manhã quando ocorriam as feiras, sendo que à tarde o aspecto tornava-se mais triste e que à noite reinava certa melancolia.¹⁸⁸ Tratava-se de uma brincadeira perigosa em que havia o risco de prejuízos físicos para quem dela participasse, mas que constituía uma das poucas formas de lazer dos grupos mais jovens.

Outras práticas eram alvo, inclusive, do código de posturas como no caso do brinquedo de pandorga proibido de ser praticado por editais da Superintendência Municipal, fixando multa de 10\$000 a 20\$000.¹⁸⁹ Neste caso, pode-se questionar qual o sentido dessa proibição, já que não consta nenhuma explicação acerca dessa medida.

No jornal “O Estado” havia uma coluna específica destinada às queixas e reclamações que constantemente tinham como conteúdo essas práticas populares que, muitas vezes, atingiam pessoas que passavam pela rua como no caso da brincadeira da “carga”.

Pedem-nos para chamar a atenção do sr. Chefe de Polícia para um grupo de almofadinhas que voltou agora a fazer “carga” nas pessoas que transitam pela Praça 15 de Novembro, o que, caso não se tome uma providência, poderá ter ainda funestas conseqüências.

¹⁸⁷ Jogo do malhão. Jornal **O Estado**, ano I, n.15, 30/05/1915.

¹⁸⁸ VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A Ilha**. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

¹⁸⁹ O brinquedo de pandorga. Jornal **O Estado**, ano V, n.1478, 06/04/1920.

Ainda ontem a brincadeira da “carga”, ia tendo fatal desenlace, pois um cavalheiro que não estava de bom humor, ao ser “cargueado”, procurou reagir no que felizmente foi impedido pelas pessoas que ali se achavam.¹⁹⁰

Embora muitas vezes essas brincadeiras causassem transtornos à ordem e a outras pessoas, mais uma vez, cabe ressaltar o caráter tradicional destas práticas, assim como ainda hoje ocorre com a farra do boi no interior da ilha, que embora haja várias medidas que a proibam é constantemente realizada. Desde o início do século haviam tentativas neste sentido como pode ser notado:

Há tempos, em sensacionais reportagens e candentes comentários, verberamos o velho e bárbaro costume, que perdura em vários rincões da ilha, de se pegar um boi e, antes de o abater, infringir-lhe uma série de maus tratos, os quais deliciam a “matutada” ilhoa e se prolongam por horas e horas.

Quando o desgraçado animal tomba por terra, exausto, os terríveis ilhéus, em cujas veias parece escoar o sangue dos criminosos portugueses e espanhóis que, aqui, há séculos, foram desterrados, - caem sobre ele a pedradas, cacetadas e chuçadas, tentando fazê-lo levantar-se para lhe gozarem a raiva espumante, mas impotente.¹⁹¹

Apesar de as recriminações recaírem aos maus tratos causados ao animal, havia um desejo de que antigas práticas fossem abolidas. Isso pode ser relacionado às tentativas de incutir na população novos hábitos e acabar com a imagem de cidade antiga e atrasada. Percebe-se também a referência feita a velha “Nossa Senhora do Desterro”, terra de criminosos portugueses e espanhóis que deixaram um legado que deveria ser esquecido.

Outras reclamações recaíam sobre grupos de crianças e jovens que se reuníssem nas ruas. Classificados como desordeiros e desocupados, esses grupos, na busca por atividades que os ajudassem a passar o tempo, normalmente faziam algo que ia contra a manutenção da boa ordem pública.

¹⁹⁰ Queixas e reclamações. Jornal O Estado, ano VII, n.2331, 29/03/1922.

¹⁹¹ Jornal O Estado, ano XIV, n.4253, 23/07/1928.

Parece, entretanto, que esses acontecimentos só vinham à tona e medidas eram tomadas para combatê-los, quando eram alvos de reclamações por pessoas específicas da cidade como ocorreu numa nota de um jornal de 1905, proveniente da queixa de uma “pessoa conceituada” que foi ao escritório do jornal pedir que este órgão reclamasse “contra o procedimento de vários rapazes que passam o tempo, ali por perto da Igreja do Rosário, a disparar espingardas, podendo assim ferir a qualquer pessoa transeunte ou da vizinhança”. Salientando a gravidade do fato, pede providências das autoridades.¹⁹²

Também envolvendo crianças, o mesmo jornal apresenta outra nota, mas que parece causar mais indignação por trazer uma queixa contra filhos de famílias da elite:

Mais de uma vez, para não dizermos diariamente, tem-se visto grupos de rapazes praticarem atos destruidores das flores e das árvores dos jardins, além de outros, como o de vaiarem o jardineiro, um bom velho, quando ele os aconselha a não praticarem tais atos.

Filhos de famílias da elite, parece incrível que, embora crianças de 9 a 10 anos, a educação, que presumimos ser boa, os não impeça de praticarem esses danos.

Tendo conhecimentos desses abusos, o sr. Superintendente substituto chamou ali uns tantos desses rapazes à ordem e fez-lhes sentir delicadamente, insinuantemente, o mal que faziam, terminando por concitá-los a que brinquem no jardim, mas sem cortarem flores nem quebrarem as árvores e guardando o devido respeito ao jardineiro.

É de esperar, pois, que os pais desses rapazes os admoestem de modo a não prosseguirem na prática desses atos.¹⁹³

Neste caso, o pedido de soluções não se dá para as autoridades policiais, mas para os pais das crianças, que como integrantes das elites deveriam inculcar em seus filhos os “bons modos”, assim como o fez o superintendente que “delicadamente” e “insinuantemente” chamou a atenção dos rapazes sobre o mal que faziam.

A indignação provinha do fato de que pessoas moradoras de uma cidade que se dizia “civilizada” apresentarem tais atitudes, e que, já em 1926 quando determinados

¹⁹² Jornal **Correio do Povo**, ano II, n.168, 31/07/1905.

¹⁹³ Jornal **Correio do Povo**, ano II, n.177, 10/08/1905.

modos já deveriam fazer parte do “repertório” de todos ainda eram vistos, como no caso de

Indivíduos estranhamente perversos penetraram no edifício da Maternidade, desta Capital, cujas obras estão em acabamento, e cometeram ali atos de verdadeira selvageria, partindo vidros, escrevendo palavras e esboçando figuras obscenas no interior do edifício, levando o requintado ato de perversidade à prática de outras depredações.

O fato que é triste e lamentável demonstra o grau de desfaçatez desses indivíduos cujos maus instintos os levam a semelhantes maldades.

E não é tudo ainda: pois, dado o tempo e a liberdade que tiveram os despreocupados, de levar a termo a execução de seu criminoso tento, vê-se, com pesar, que talvez fosse evitado esse fato (e outros) se o serviço de policiamento noturno da Capital estivesse em melhores condições.

A ausência ou insuficiência desse serviço de segurança pública, tem dado ensejo a que se reproduzam, em série infundável, os espatifamentos de lâmpadas da iluminação, a destruição de árvores ornamentais de avenidas e ruas, e as ruidosas farras e bebedeiras que incomodam e sobressaltam as famílias, comprometendo a ordem e o bom nome da capital.¹⁹⁴

Como já foi verificado no capítulo anterior, ressalta-se a falta ou escassez de policiamento, principalmente à noite, na capital e a denúncia de outras ocorrências como quebrar lâmpadas, destruir jardins e farras e bebedeiras que continuam “comprometendo a ordem e o bom nome da capital”.

A regulação do comportamento não se dava somente quando o que se tinha em questão era a depredação do patrimônio, mas abrangia toda uma forma de agir no espaço público e até mesmo privado, embora esse último não seja alvo do nosso trabalho. Eram constantes referências no jornal do tipo:

Em nome da compostura e discrição que cada um deve manter nos lugares públicos; em nome dos foros de cidade policiada, que é Florianópolis; em nome da nossa tradicional boa educação, e, finalmente em nome do bom senso e bom gosto – “A Semana” faz um pedido aos mocinhos que freqüentam a confeitaria Moritz, à Praça 15 de Novembro.

E esse pedido é que não queiram transformar aquela sala de café e confeitaria em pátio de algazarra, de gritaria, atordoando, e por conseqüência afugentando a freguesia do estabelecimento...¹⁹⁵

¹⁹⁴ Vandalismo de Civilizados! Jornal **O Estado**, ano XII, n.3596, 01/06/1926.

¹⁹⁵ Jornal **A Semana**, ano I, n.24, 25/04/1915.

A construção de uma cidade nesses moldes tornava questão de polícia tudo o que dissesse respeito às ações praticadas nas ruas e nos lugares públicos, como a Biblioteca Pública, que por vezes aparecia como cenário para o “comportamento de certos mocinhos” que a freqüentavam e que iam contra as disposições regulamentares da instituição.¹⁹⁶

Mas como a rua também era vista por muitos como o espaço da liberdade, era este o local onde se davam as mais diversas manifestações, sejam culturais, de lazer ou de trabalho, mesmo que não se possa afirmar que eram ações propositais e conscientes contra uma ordem imposta de cima.

Uma delas merece destaque pelo caráter livre, pela atitude tomada pela polícia e pela justificativa arranjada para classificá-la como sendo inadequada:

O comissário sr. Agapito Mafra, prendeu, hoje, várias roupas, pertencentes a diversos rapazes, que, ao meio dia, achavam-se tomando banho no cais da liberdade. Chamamos para o caso a atenção dos responsáveis, pois além de ser um fato ridículo, é ainda muito prejudicial a esses menores, que em hora tão imprópria e ao sol causticante se expõem assim com risco de sua saúde.¹⁹⁷

Neste caso, uma questão de ordem pública acaba sendo transformado em caso de saúde individual...

Embora essa preocupação com a manutenção da ordem fosse cotidiana, eram em ocasiões de festas, sejam profanas ou religiosas, que a atenção e vigilância eram redobradas. Entre elas, destaca-se o carnaval, motivo gerador de ansiedade para as autoridades que tinham nesta data a oportunidade e a obrigação de “mostrar serviço”. Assim, nesta época várias medidas e regulamentações¹⁹⁸ eram editadas e o policiamento

¹⁹⁶ Jornal **A Semana**, ano I, n.28, 23/05/1915.

¹⁹⁷ Jornal **O Estado**, ano XII, n.3483, 18/01/1926.

¹⁹⁸ Ver capítulo 2.

era reforçado, sendo que, quando eficazes, eram ampla e orgulhosamente publicados na imprensa:

Como dissemos na nossa última edição o carnaval este ano tomou um aspecto diferente dos anos anteriores em que tínhamos o desprazer de ver as nossas ruas infestadas de uma dúzia de sujões, sem espírito e que não faziam outra coisa se não aborrecer os transeuntes com o panificante Você me conhece?¹⁹⁹

Atitudes e relatórios sobre a ação policial eram então divulgados, contendo o número de prisões e motivos das prisões efetuadas.²⁰⁰

Chama a atenção uma notícia sobre o carnaval de 1930 que diz que:

Embora a apreensão do espírito público ante os boatos terroristas, o Carnaval não passou, de todo, despercebido entre nós.
É verdade que nunca tivemos um reinado do Momo tão frio, nas nossas ruas.
Não tivemos os grandes corsos de automóveis enfeitados, como nos anos passados.
Poucos, bem poucos foram os blocos que vieram à rua dando a nota da alegria ruidosa.
De um lado, se dizia, a época era de apreensões e de outro... a crise é apavorante.
Talvez a razão esteja dos dois lados...²⁰¹

Apesar de não explicar os motivos causadores de tais apreensões, o fato é que este período parece ser considerado como um momento em que vários “incidentes” podem ocorrer, levando a crer que, realmente, nesta data, havia uma certa dificuldade em “controlar” a população que via nos festejos carnavalescos uma oportunidade de extravasamento de seus desejos e de cometer atos que em outras épocas não poderiam fazê-los.

¹⁹⁹ Jornal **O Dia**, ano X, n.4454, 06/02/1910.

²⁰⁰ Em 1910, por exemplo, consta que foram recolhidos ao posto policial dois homens por embriaguez e desordens, onze homens por acharem-se dormindo nos trapiches e dois homens por faltarem com o devido respeito na Catedral. Jornal **O Dia**, ano X, n.4454, 06/02/1910.

²⁰¹ Jornal **A Semana**, ano II, n.73, 06/03/1930.

3.2 O Saneamento Moral

Se a preocupação com a ordem pública era central e necessária para a realização do desejo de uma cidade “moderna” e “civilizada”, o mesmo ocorria com o que pode ser denominado como “ordem moral”, sendo que, de certa forma, uma coisa encontra-se ligada a outra, já que estamos falando de espaço público.

Esses “crimes” contra a moral podiam se dar de diferentes formas, já que, por vezes havia de fato uma agressão ou ameaça a integridade física de outros, mas era muito mais freqüente que apenas contrariassem os parâmetros desejados pela elite.

Neste sentido torna-se muito mais incomum encontrar notícias como a que discorre sobre uma agressão sofrida por uma moça de 16 anos de idade quando se dirigia ao trabalho em uma fábrica de rendas às seis horas da manhã na rua Almirante Lamego²⁰², do que outras em que ocorriam demonstrações afetivas em público ou proferimento de palavras consideradas indecorosas ou amorais, entre outras situações que serão verificadas.

Nas queixas encontradas nos jornais, chama a atenção a solicitação da intervenção da polícia nestas questões, como é mostrado nas seguintes situações:

Chamamos a atenção do sr. Delegado de Polícia para uma turma de garotões que se reúne, diariamente, nas ruas Esteves Junior e jardim Lauro Muller, fazendo grande algazarra e pronunciando palavras imorais.²⁰³

Pedem-nos solicitar a polícia providências que ponham cobro ao procedimento incorreto de uns grupos de garotos que se reúnem todas as tarde nas proximidades do Cais Liberdade, esquina da rua Álvaro de Carvalho e que absortos nos seus divertimentos, não tomam tento na língua, pronunciando em altas vozes frases injuriosas e imorais, o que impede as famílias das vizinhanças de chegarem nas janelas de suas casas.

²⁰² Jornal **O Estado**, ano I, n.3, 16/05/1905.

²⁰³ Jornal **O Estado**, ano IV, n. 1079, 13/12/1918.

Aí fica a reclamação, na certeza de que as nossas autoridades policiais tomarão as providências necessárias.²⁰⁴

Nestes dois casos, em que o que é recriminado é o pronunciamento de palavras imorais, vê-se mais uma vez a preocupação com o ajuntamento de pessoas em que haja qualquer manifestação ou atitude conjunta. Como se sabe que o policiamento era escasso e que a polícia agia, em decorrência disso, nas causas mais urgentes e de maior visibilidade, é provável que este tipo de reclamação não gerasse na maioria das vezes uma ação efetiva. Entretanto, o fato de ganhar tanta visibilidade na imprensa denota o quanto essa preocupação incomodava e era constante na sociedade da época.

Os jornais, então, constituíam a melhor forma de propagar essas idéias e utilizar seu espaço no sentido de inculcar a prática de tais valores e modos. Vejamos uma carta endereçada ao jornal “O Estado” assinada por um leitor que se denomina “um pai de família”:

Ilmo sr. Redator d’O Estado

Respeitosas saudações.

Mil vezes bravo! Ora finalmente houve quem tivesse coragem de levantar o brado de alerta contra as demasiadas liberdades que têm minado nos últimos anos boa parte da nossa aliás tão respeitável sociedade.

Exultei de satisfação quando li a aprovação que tem merecido das pessoas sensatas a campanha encetada pelo O Estado em prol da regeneração dos costumes.

Concordo inteiramente com os autores das cartas dirigidas a O Estado.

A vigilância da polícia muito concorrerá para o bom efeito, para eficácia desta luta.

Parece-me, porém, no meu modesto modo de pensar, que não seria fora de propósito lembrar ainda outro meio que conduz ao mesmo fim.

Há tantas associações católicas em Florianópolis, quer de homens, quer de senhoras! Pois bem: não poderiam elas marchar na vanguarda nesta guerra contra a dissolução dos costumes? (...).²⁰⁵

Classificada como uma guerra contra a dissolução dos costumes, o leitor releva a importância do envolvimento de outros setores da sociedade, como as associações católicas, nesta empreitada. A “novidade” de suas colocações está no fato de não apenas

²⁰⁴ Com a polícia. Jornal **O Estado**, ano V, n.1484, 14/04/1920.

²⁰⁵ Jornal **O Estado**, ano VII, n.2360, 05/05/1922.

reivindicar a repressão policial a certas atitudes, mas a tomada de outras iniciativas, como a campanha do jornal, que visassem outras formas de resolver o “problema”.

Uma grande preocupação referia-se a manutenção da integridade e da honra das moças que corriam o risco de serem “corrompidas” quando expostas a atitudes como as de

alguns rapazes no passeio e circunvizinhança do colégio da Divina Providência, a hora da saída das alunas daquele estabelecimento de ensino, adiantando que os referidos moços dirigem graçolas e olhares insistentes às mocinhas, não respeitando sequer, às vezes, as matronas que as acompanham.²⁰⁶

As saídas das escolas, aparece assim, como outro espaço em que era freqüente a ocorrência de ajuntamentos, principalmente de rapazes, que desta vez, atentavam contra à moral das famílias.

Fomos informados de que um grupo numeroso de rapazes desocupados se reúne diariamente, ao entardecer, na entrada do Grupo Escolar Silveira de Souza, praticando ali as mais revoltantes perversidades e as mais abjetas imoralidades. Para isso os tais vagabundos abrem o portão da entrada do Grupo, o que já por isso constitui uma falta que está a merecer a atenção das autoridades policiais. Confiamos que sejam dadas sem demora as providências que o caso está a exigir.²⁰⁷

Outro local da cidade em que foram verificadas ocorrências como as que estamos destacando, era o trapiche municipal. Lugar com grande movimentação de pessoas e, conseqüentemente, de confusões, entre elas, os atritos e discussões que por vezes redundavam no pronunciamento de uma linguagem “excessiva”, faltando com o respeito às famílias que por ali transitavam.²⁰⁸

Como se viu, as opções de lazer na cidade eram escassas, mas entre elas destacam-se os cinemas e o Teatro Álvaro de Carvalho que recebiam grande número de

²⁰⁶ Jornal **O Estado**, ano II, n. 375, 05/08/1916.

²⁰⁷ Jornal **O Estado**, ano VII, n.2325, 22/03/1922.

²⁰⁸ Jornal **O Estado**, ano VII, n.2275, 21/01/1922.

expectadores com as mais variadas intenções, gerando mais uma vez atritos em opiniões de vários lados, como se constata no ano de 1926, quando foram relatadas várias notícias neste sentido.

Alguns “almofadinhas” desocupados, unidos indissolavelmente por afinidade moral, costuma, em bloco, reunir-se nos cinemas, onde, sem a menor atenção ao decoro e às famílias, que perto deles tem a infelicidade de estar, se entregam a abusos inqualificáveis, proferindo palavões e cometendo atos de capadoçagem.

Já, por vezes, chamamos a atenção da polícia para esse fato, que depõe imensamente contra os bons costumes da nossa terra. Parece, entretanto, que temos pregado no deserto...

Por que? Não atinamos com o motivo de descaso das nossas autoridades, a respeito. É verdade que os autores de tais vergonhosos fatos não são crianças, nem rapazes de inferior condição mas elementos que convivem na mais elevada esfera social... Será que, com esses, a polícia não tem jamais que ver? Será que a posição social é, para a polícia, garantia segura de excelentes qualidades morais e cívicas?

Desculpe-nos quem assim pensa. Mas temos visto, pelo menos no caso a que aludimos, um desmentido flagrante a tais suposições.

Com efeito, seria de esperar que rapazes criados e educados nos meios mais respeitáveis da nossa capital (e até de outras capitais...) soubessem portar-se como cavalheiros, pelo menos num cinema ou teatro.

Infelizmente, não se dá isso com a turma que costuma reunir-se nos nossos jardins públicos e casas de diversões familiares, em algazarra, em desrespeito ostensivo a quantos a rodeiam.

É lícito desejarmos que isso tenha termo; não só porque, do contrário, ficaremos sujeitos a não poder, em breve, levar as nossas famílias a tais divertimentos (que são, aliás, as mais atraentes e os quase únicos da nossa cidade) como porque isso, perante quem nos visita, de fora, é extremamente vergonhoso para nós, que ainda pensamos ter polícia.²⁰⁹

O relato acima traz várias questões interessantes e que denotam várias preocupações. A começar pela preocupação com os visitantes da cidade que, possivelmente, divulgarão essa imagem para os de fora – a de uma cidade incivilizada e de gente mal educada. Mais uma vez temos a preocupação com as famílias e a indignação perante os modos de rapazes que por serem provenientes de uma elite não deveriam se portar de determinadas maneiras. Tem-se ainda a falta de ação da polícia, já que uma semana antes o jornal já havia solicitado a intervenção da mesma nesta questão²¹⁰.

²⁰⁹ Jornal **O Estado**, ano XII, n.3606, 12/06/1926.

²¹⁰ A nota dizia: “O desrespeito de certos freqüentadores dos nossos cinemas pelo decoro e pela moral atingiu – vergonhosamente para a nossa terra – o seu auge. Nessas casas de diversões públicas familiares

Para exemplificar melhor o que ocorria, pode-se citar as reclamações feitas em relação aos assobios, chicotes e papéis atirados à platéia do Teatro Álvaro de Carvalho, num “visível atentado contra o respeito devido às famílias que freqüentam aquela casa de diversões”²¹¹ e a maneira com que alguns moços se portam nos cinemas “Círculo” e “Cassino” durante as projeções, “dando assobios dúbios em certas passagens dos filmes, como para acentuar nelas inexistentes imoralidades”²¹².

Também fazia parte disto que era chamado de “saneamento moral”, o pedido de ações contra a manifestação pública de certas atitudes efetuadas por casais que iam desde o beijo na boca até as carícias mais explícitas. Dois fatos ocorridos no final de semana em que se dava a Procissão de Passos, merecem ser descritos:

Na noite de sábado dos Passos para domingo, foram encontradas duas pessoas, de sexo diverso, unidas estreitamente, atrás de uma porta da Igreja São Francisco.

Vendo-os assim, em atitude indecente, um menino chamou a atenção de um cavalheiro da nossa sociedade, que expulsou os dois desavergonhados.

Na noite de sexta-feira santa, durante a procissão, numa das dependências da mesma igreja, em lugar pouco iluminado, foi encontrada uma mocinha, com os trajes da moda, sentada no colo de um moço.

Podem, e certamente o farão, as autoridades eclesiásticas tomar medidas para que tais fatos não se repitam nas Igrejas, mas de que servem tais medidas, quando não só nesses lugares é que se dão tais cenas, mas em toda parte?

(...)

Já que estes (pais) não sabem cumprir os seus deveres cabe às autoridades policiais, como medida de moralidade pública coibir severamente tais abusos, sem contemplação para os que gozam de imerecidas posições na sociedade catarinense, cujo nome vivem assim a enxovalhar.

Uma medida de caráter enérgico precisa ser tomada sem demora. E fiquem certas as nossas autoridades que não lhes faltará nessa campanha de saneamento moral, o apoio e os aplausos de toda a gente de bem da cidade.²¹³

Mais uma vez chamando as autoridades a participarem desta campanha, o leitor do jornal faz transparecer o quanto era requisitada a ação policial nas mais diversas

desta capital já se torna quase impossível a presença de famílias, tais os ditos, os palavrões, os comentários obscenos que se fazem ouvir de quantos tem ouvidos. Isso – já o lembramos várias vezes – fere imensamente a moralidade e o respeito devido a nossas famílias e é de urgência uma medida enérgica para por termo ao mal.”Com a policia talvez se consiga isso... Jornal **O Estado**, ano XII, n.3599, 04/06/1926.

²¹¹ Jornal **República**, ano IV, n.1026, 01/03/1930.

²¹² Jornal **A Semana**, ano I, n.7, 27/12/1914.

²¹³ Jornal **O Estado**, ano VII, n.2348, 19/04/1922.

questões. Entretanto, novamente se ressalta a falta de atenção desta em relação a determinados assuntos. Outra questão a ser levantada refere-se ao fato de esse saneamento moral, assim como o urbano, ser direcionado para algumas categorias sociais específicas. Vê-se que quando as críticas são direcionadas à população pobre, parece que suas atitudes são consideradas de certa forma até esperadas e que o objetivo é apenas fazer com que controlem seus impulsos, já quando são as chamadas pessoas da sociedade que agem contra o que se almeja o tom é de indignação, pois, estes estão agindo contra uma ordem que eles próprios almejam.

Em 1915, por exemplo, o jornal “A Semana” solicita mais severidade por parte da polícia contra os que andam “por aí na vagabundagem, e sem outra distração mais séria, riscam e desenharam imoralidades nas paredes”. A nota ainda complementa que até mesmo no Jardim Oliveira Belo, fronteiro à Prefeitura de Polícia, “em cuja porta amontoam-se policiais em animadas palestras, lê-se nos bancos imoralidades cortadas a canivete”.²¹⁴

Interessante também é o seguinte comentário, também encontrado no jornal “A Semana”:

Um dos nossos companheiros de redação teve a felicidade de encontrar – num papelinho, dobrado a capricho, a voar nas asas do vento – o seguinte pensamento malicioso:

“Os gatunos de Paris, Londres e Viena, e cidade que tais, aproveitam-se do apagar das luzes, para pilhagem de dinheiro, jóia, objetos de valor, afinal.

Aqui em Florianópolis há gatunos nos clubes, nos cines, e até nas ruas do jardim... Há-os!

Vi-os eu, já a meu lado operarem com presteza, dando-se a uma desavergonhada gatunagem, que justifica à Ilha, o apelido de casos raros.

Em parte alguma se gatunou tão originalmente... pois, a uma falta de luz, a um cochilo da iluminação pública, os gatunos florianopolenses pilham, não jóias, não dinheiro, não carteiras, mas beijos, abraços, aconchegos açucarados, mais de alcova do que de lugar público.”

Pensamento, observação, fatos?

²¹⁴ Jornal **A Semana**, ano I, n.15, 21/02/1915.

As roubadas que falem!²¹⁵

O comportamento feminino era então, vigiado e controlado, não só pelos pais, mas também pela sociedade e qualquer ocorrido acerca da vida privada destas gerava curiosidade e falatórios, transformando-se muitas vezes em grandes escândalos. Um exemplo disso ocorreu em 1924 quando aos arredores da rua João Pinto, pelas imediações de uma casa de víspera, o movimento de pessoas começou a aumentar sensivelmente. Tratavam-se de duas meninas que se achavam no interior de tal casa, fazendo com que o movimento de populares aumentasse cada vez mais. O trânsito na rua já estava interrompido quando a polícia foi informada do fato e ao comparecer no local encontrou as duas moças. Consta que “entre chacotas e ditos, acompanhadas da polícia e de grande massa popular, seguiram as duas raparigas para a chefatura”. Na averiguação das primeiras informações constatou-se que uma tinha 21 anos e outra 19 e que não se tratavam de casos de defloramentos recentes e que as duas tinham sido expulsas de casa e que em decorrência disso andavam perambulando pelas ruas quando, por estar fazendo algum frio, foram pernoitar na casa em companhia de dois homens. Como o fato fosse conhecido por algumas pessoas, pela manhã, diversas delas procuraram saber quem elas eram e assim se fez o ajuntamento. Como desfecho, uma delas, a menor foi entregue a casa de sua família e a outra declarou que iria procurar vida nova.²¹⁶

O ocorrido relatado demonstra o quanto era valorizada a preservação da “honra” feminina e o quanto isso gerava preocupação em toda a sociedade da época. Enquanto uma acusação de defloramento gerava uma série de críticas ao autor de tal prática, sempre havia uma desconfiança em relação à conduta da moça que se estivesse agido com sedução ou se entregado espontaneamente à relação sexual sua conduta já era

²¹⁵ Jornal **A Semana**, ano I, n.30, 06/06/1915.

²¹⁶ Um escândalo. Jornal **O Estado**, ano X, n.3081, 26/09/1924.

considerada completamente inadequada, sendo por isso recriminada. Assim, embora a reparação de um defloramento somente se desse com o casamento, casar com a uma mulher que havia se deixado deflorar, também aparecia como algum motivo de vergonha para os homens.

Uma de Ferreira Vianna

Refere Ernesto Senna:

“Um belo dia foi o Conselheiro Ferreira Vianna visitar a Casa de Correção.

Entre os presos com quem conversou, achava-se um rapaz ainda bem moço, de maneiras delicadas, cheio de vivacidade, porém franzido de uma tristeza que impressionava.

- Então, qual é seu crime? Perguntou-lhe o conselheiro.

- Senhor, eu abusei da honestidade de uma menor.

- Por quanto tempo foi condenado?

- Por quatro anos de prisão; já estou aqui há dois e faltam-me ainda outros dois; se, porém, V. ex. quiser proteger-me, obtendo o meu indulto, eu comprometo-me a casar com a ofendida.

Olhe, acode-lhe o conselheiro, quer um bom conselho, um conselho de amigo? Cumpra o resto da pena...²¹⁷

Segundo a opinião do conselheiro, mais vale o cumprimento total da pena a casar com uma moça que já havia sido deflorada...

Outro fato curioso, que gerou uma certa movimentação pelas ruas do centro da cidade, foi o descrito pelo jornal “Folha Acadêmica” em 1929:

Uma senhorita vestida de homem é presa na rua Trajano

A mulher quando veio ao mundo, trouxe a curiosidade consigo; a menor coisa sem a mínima importância, logo que seja proibida ver ou saber, é suficiente para que não sossegue, sem primeiro orientar-se.

Mlle. Margarida é uma jovem de 17 anos, muito insinuante, e como sua maior curiosidade neste mundo era vestir-se um dia de homem, no rigor da moda, apoderou-se de um bonito terno, que seu irmão advogado comprou na Casa Pereira, Felipe Schmidt, vinte, e vestiu-o.

Uma vez transformada em rapaz, saiu de sua residência, percorrendo as nossas mais movimentadas ruas, porém, quando cruzava Trajano com Conselheiro Mafra, foi vista pelo irmão, que a prendeu, metendo-a num automóvel, em seguida, para evitar escândalo maior, por isso que a esse tempo já era grande a multidão que lhe admirava a elegância...²¹⁸

²¹⁷ Jornal **Correio do Povo**, ano II, n.160, 21/07/1905.

²¹⁸ Jornal **Folha Acadêmica**, ano I, n.2, 01/07/1929.

A nota chamada pelo jornalista de “Audácia de Mulher!”, possivelmente tenha escandalizado por ir contra as normas de comportamento e de etiqueta direcionada às mulheres, especialmente às moças das famílias mais abastadas. Segundo Margareth Rago, “frágil e soberana, abnegada e vigilante”, um novo modelo normativo de mulher foi elaborado desde meados do século XIX, “exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual”, sendo delegado às mais ricas as exigências de um bom preparo e educação para o casamento e para o cuidado com o lar.²¹⁹

²¹⁹ RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.62-63.

3.3 A Prostituição

Outra questão que reivindicava constantemente uma ação mais eficaz da polícia era a da prostituição. A cobrança tinha por trás muito mais um aspecto moral do que legal, já que não havia nenhuma lei que proibisse a prática do meretrício.

Mesmo que a crítica não fosse direta ao modo de ganhar a vida utilizado por essas mulheres, qualquer coisa que pudesse chamar a atenção para os hábitos delas eram evidenciadas. Em 1915 solicita-se que a Superintendência Municipal, “a bem da decência e da higiene”, volte os seus olhares para a rua Victor Meirelles, que segundo o jornal é um verdadeiro depósito de lixo, pois, nas casas do meretrício o esgoto é todo feito pelas janelas da frente, sendo que, além disso, “parece que o encarregado da limpeza diária despreza aquela via pública, deixando o lixo amontoar-se ali durante muitos dias”.²²⁰

Neste caso foi feita uma relação entre prostituição e falta de higiene sem que fosse considerada a precariedade do serviço de coleta de lixo e de saneamento que atingia grande parte da cidade.

Se a prostituição não tinha como ser extinta, poder-se-ia pelo menos serem criados mecanismos para controlá-la. Uma das idéias sugeridas em relação a isso era o estabelecimento de uma determinada rua “para nela morarem as decaídas”. Segundo consta, com a demolição das casas onde as meretrizes se estabeleciam, estas foram fixar residência em outras ruas, junto às casas de família. Assim, “não raro, os ‘habitues’

²²⁰ Jornal **O Estado**, ano I, n.9, 23/05/1915.

dessas casas enganam-se e batem em casas de famílias respeitáveis, que passam assim pela decepção, de serem confundidas com aquela gente”.²²¹

Fala-se então, que junto ao saneamento que está sendo realizado na capital, torna-se urgente que se trate também do seu “saneamento moral”, a ser empreendido sob a coordenação, mais uma vez, da chefatura de polícia.

Também a prostituição aparece relacionada como sinal de atraso que precisa ser rapidamente “demolido”:

A nossa Capital incontestavelmente vai em franco progresso; entretanto, entre as coisas velhas que ainda merecem demolições, está o costume de certas meretrizes à noite, mesmo nas horas de mais movimento destas noites quentes, se postarem às esquinas das nossas ruas, a espera de algum amor efêmero...

A demolição dessa coisa velha que enfeia tanto a nossa Capital cabe, porém, não a Superintendência Municipal, mas a Polícia.

Mão à obra, pois!²²²

Mais uma vez, cabe à polícia a responsabilidade de resolução de uma questão urbana considerada símbolo de atraso e de falta de progresso.

Se quando se concentrava em uma região específica da cidade a prostituição já causava indignação e revolta, quando esta atingia alguma rua “nobre” havia uma mobilização muito maior de algumas pessoas que se utilizavam dos jornais para reivindicarem uma medida. Em 1924, a instalação de uma casa de prostituição na rua Almirante Lamego fez com que as famílias residentes naquela rua, extremamente ofendidas, alegando atentado contra a moral pública afirmando não se tratar “somente da existência da referida pensão num bairro como aquele, o que é um verdadeiro

²²¹ Jornal **O Estado**, ano V, n.1454, 08/03/1920.

²²² Jornal **A Capital**, ano I, n.9, 08/02/1921.

escândalo, mais ainda da balburdia e da gritaria ensurdecidora que todas as noites se faz na referida casa”.²²³

Apesar de todas as queixas e reivindicações, a prática da prostituição progredia em vários cantos da cidade sem que muita coisa fosse feita.

A polícia parece não ter nada com isso...

Apesar do apelo que fizemos à polícia, no sentido de evitar que certa “pensão” de mulheres fáceis, situada bem no coração da cidade, fosse ampliada, esse fato se está consumado, sem que para ele se houvesse voltado as vistas das nossas autoridades.

Trata-se de uma casa de meretrizes, situada à esquina das ruas Anita Garibaldi e Pedro Soares, - onde, aliás, houve, há pouco, uma cena escandalosa de pugilato entre duas mulheres.

Como os moradores da casa contígua houvessem mudado de residência, a esperta proprietária da “pensão” apressou-se em alugá-la, no propósito de, abrindo portas de comunicação entre uma casa e outra, estender e desenvolver o seu “viveiro alegre”.

Quando tivemos conhecimento desse projeto, protestamos e chamamos a atenção da polícia, a quem cumpre garantir a moralidade pública e o respeito às famílias que residem nas imediações.

Não fomos ouvidos e houve, até quem se insurgisse contra nós, arvorado, pela imprensa, em advogado das meretrizes.

Pois bem; a “pensão” progride, cresce e, se já escancarava as suas portas e janelas em alvar gargalhada de escárnio à moral das famílias circunvizinhas, maior será agora a afronta.

E, se vierem a registrar-se coisas lamentáveis passadas ali, com escândalo público, só teremos que culpar a polícia e os advogados gratuitos das descaídas.²²⁴

A prostituição aparece então, no decorrer das três primeiras décadas do século XX, como um dos alvos de intervenção, principalmente por parte da imprensa, sendo que nada foi encontrado de prático que tenha sido feito contra elas pelo poder público. De modo geral o que se desejava era muito mais a possibilidade de controlar essas “mulheres indesejáveis” do que extinguir sua atuação. Apesar de idéias como a regulamentação do meretrício, que segundo o chefe de polícia de 1930, não constituía “um remédio moral ao grande flagelo social”, mas uma medida de notável alcance preventivo,²²⁵ essas mulheres continuavam a circular pelas ruas de Florianópolis.

²²³ Jornal **O Estado**, ano X, n.3083, 29/09/1924.

²²⁴ Jornal **O Estado**, ano XIV, n.4258, 28/07/1928.

²²⁵ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório da Chefatura de Polícia apresentado ao Secretário do Interior e Justiça em 1930. Luiz Liberalo Barros.

Além disso, é importante destacar, a existência por parte das autoridades públicas e médicas de um discurso que defendia a “higienização” das prostitutas que estavam associadas a difusão da sífilis. Assim, tentavam “difundir a idéia do quanto tal doença estava disseminada pela cidade e o perigo que ela representava para as pessoas que aproximavam-se da prostituição”.²²⁶

²²⁶ PEREIRA, Ivonete. “**As Decaídas**”: Mulheres do cotidiano de Florianópolis (1900-1940). Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

3.4 Os recolhidos ao xadrez

Como vimos no capítulo anterior, apesar do crescimento da cidade, eram poucos os inquéritos abertos sobre os crimes, sendo mais comum a prisão por questões como embriaguez, desordens e pequenos furtos. E são justamente estes tipos de contravenções que possibilitam conhecermos um pouco do cotidiano da cidade.

Apesar de não podermos ter acesso, na maior parte dos casos, como se davam essas práticas, é possível perceber que haviam algumas pessoas já conhecidas na cidade, mas que mesmo sendo pegas não ficavam presas por muito tempo.

Uma delas é Francisco Caparelli Junior que no dia 4 de maio de 1915 foi preso e indiciado pelo roubo de fazendas da Casa Pernambucanas²²⁷. Passadas duas semanas, tomamos contato com pelo mais um dos feitos de nosso personagem:

O conhecido Francisco Caparelli Junior
Nem o sagrado escapa
Os vasos da catedral
Francisco Caparelli Junior, há muito tempo vive dando entradas no xadrez da chefatura e cadeia pública por crime de furto, roubos e espertezas.
Ontem, às 14 horas, sem cerimônia alguma, penetrou na Catedral e furtou 4 pares de vasos de um dos altares.
O sr. Cura da Catedral Francisco Topp levou o fato ao conhecimento do sr. Fernando Machado, Delegado de Polícia.
Essa autoridade providenciou, de modo que às 16 horas, Caparelli foi preso, tendo porém já vendido os vasos a... 5\$000 cada par a diversos moradores do morro do cemitério. Os vasos foram restituídos à Catedral.
Hoje, Caparelli deve ser julgado perante o Tribunal Correccional da Capital por crime de furto de fazendas na Casa Pernambucana, em princípios deste mês.²²⁸

Como se vê, Francisco constantemente “dava entrada” na chefatura, o que deixa um questionamento acerca dos motivos pelos quais não era preso e julgado. Além disso, vemos que não se tratavam de furtos sofisticados, mas de crimes relacionados a questão

²²⁷ Jornal **O Estado**, ano I, n.2, 15/05/1905.

²²⁸ Jornal **O Estado**, ano I, n.13, 28/05/1915.

da sobrevivência. Assim, o crime de gatunagem era um dos mais comuns e, normalmente, é noticiado nos jornais quando realizado contra alguma autoridade ou pessoa considerada importante na cidade que ia cobrar alguma medida por parte da polícia.

Nestes últimos dias, os gatunos têm-se aproveitado da falta de policiamento nos Coqueiros e feito inúmeras proezas. Nos quintais não param nem galinhas nem hortaliças etc.

Os gatunos chegam ao ponto de roubarem até o próprio Comissário de Polícia do Estreito, que se viu há poucos dias privado de muitas galinhas!!!

O mal lhe caiu em casa!

Há necessidade de enérgicas providências para o sossego dos moradores dos Coqueiros.²²⁹

O roubo de galinhas e roupas, por sua vez, parecem ser os mais constantes, podendo-se dizer que, talvez, a maior parte deles nem fosse notificado devido a sua ocorrência rotineira. Como já foi dito, somente ganhavam notoriedade quando atingiam determinadas pessoas.²³⁰

Também eram comuns os furtos ocorridos no Mercado Público, local de grande circulação de pessoas e onde eram comercializados a maioria dos gêneros alimentícios na cidade. No dia 8 de junho de 1915, por exemplo, Fausto Pereira de Barros penetrou em um dos armazéns da cidade e furtou uma lata de banha tendo sido em seguida recolhido à cadeia pública.²³¹

Apesar de a maioria dos crimes de gatunagem serem de objetos com pouco valor material, a partir do período em questão, como temos salientado, passou a haver uma maior preocupação com a questão da criminalidade buscando-se mecanismos mais

²²⁹ Jornal **Folha do Comércio**, ano VI, n.1306, 16/01/1915.

²³⁰ Um exemplo de pessoas “notáveis” atingidos por estes tipos de furtos podem ser constatados na seguinte nota: “Os amigos do alheio visitaram a casa do sr. Major reformado Alexandre Francisco Costa, à rua da Tronqueira roubando algumas galinhas que se achavam no quintal, deixando-lhe apenas um galo. Também anteontem os gatunos visitaram a casa do sr. Spetiba, à rua Carlos Gomes, carregando algumas camisas e ceroulas que estava no quintal. Jornal **A Tribuna**, ano I, n.?, 27/08/1915.

²³¹ Jornal **O Estado**, ano I, n.23, 09/06/1915.

eficazes para contê-la. Assim, quando se percebia alguma ocorrência que tinha ou poderia adquirir maiores proporções, nota-se uma maior atenção a essa questão como denota a nota do jornal “O Estado” de 1918:

O sr. Dr. Cid Campos, ativo Delegado de Polícia está agindo a fim de punir severamente os larápios que infestam esta cidade. Há dias essa autoridade fez retirar-se deste Estado, o indivíduo Victor Palma, indiciado em vários furtos de somenos importância, mas que já estava se tornando um refinado larápio.

João da Paraguaia, também conhecido como gatuno, a polícia apurou a sua criminalidade, fazendo remove-lo do xadrez da Chefatura para a Cadeia Pública.

Anteontem o dr. Cid Campos mandou prender Argemiro de Tal, vulgo Transação por ter furtado uma escada de pintor e um lindo peru. Argemiro acha-se recolhido ao xadrez da chefatura, aguardando o resultado do inquérito.

É digno de louvores o procedimento do dr. Delegado auxiliar, tomando medidas enérgicas para a repressão da gatunagem.²³²

A preocupação não era com acontecimentos que vez por outra aconteciam e que já haviam se tornado constantes e toleráveis, mas com a possibilidade de que houvesse uma alteração na quantidade e qualidade do fenômeno. Assim, a presença de uma quadrilha de gatunos em Florianópolis em 1922 deixou transparecer a preocupação com uma espécie de “profissionalização” do crime que estava acontecendo.

Trata-se da quadrilha chefiada por Alcides A. da Silva que, segundo consta em uma notícia de jornal, “tão rápida e habilmente conseguiu roubar só em pequenas casas comerciais, em pleno dia, cerca de quatro contos de réis”, constituindo assim “o tipo perfeito do ladrão das grandes cidades”, um criminoso que, além disso, “trajando boas roupas e de porte elegante, tam feito ‘andar as voltas’, a cabeça dos comissários de polícia”. Tendo sido ouvido por um jornalista quando ainda se achava na chefatura, Alcides disse que não gostava de Florianópolis, “porque aqui o tinham como um

²³² Jornal **O Estado**, ano IV, n. 941, 14/06/1918.

fenômeno pois, sendo um ladrão vulgar outra coisa não faz do que exercer a sua profissão, o que não é de causar pasmo”.²³³

O que chama a atenção neste caso é que agora não é mais possível identificar um possível criminoso que ao “profissionalizar-se” possui mecanismos de ação os quais as técnicas utilizadas pelo aparato policial não são capazes de reconhecer e prevenir-se delas.

O segundo tipo de delito que mais aparece nos jornais é o da embriaguez. Cabe ressaltar que a questão do álcool era uma grande preocupação e se uma pessoa não poderia ser presa por possuir um vício, o poderia ao ser encontrada embriagada na rua. Assim algumas edições dos jornais trazem os nomes das pessoas presas no dia anterior. Isso ocorreu, por exemplo, com José Malaquias que no dia 12 de março de 1910 foi recolhido ao xadrez da delegacia de polícia por ter sido encontrado em estado de embriaguez em uma das ruas da cidade.²³⁴

A maior preocupação em relação à embriaguez se dava quando esta vinha associada à vadiagem porque, isto sim, seria causa de desordens e problemas para a manutenção da ordem na cidade. Assim, os chamados “vagabundos” constituíam um dos alvos preferenciais da ação policial causando grande temor acerca de suas possíveis atitudes. Quando encontrados, mesmo que naquele momento não apresentassem nenhum “perigo”, eram recolhidos como aconteceu com quatro homens que “embarcados a contra gosto em uma esplêndida ‘canao’”, foram conduzidos a delegacia

²³³ Jornal **O Estado**, ano VII, n.2365, 11/05/1922.

²³⁴ Jornal **O Estado**, ano V, n.1459, 13/03/1920.

de polícia porque se achavam reunidos a uma hora da madrugada em determinado ponto da cidade.²³⁵

Nota-se que havia uma grande preocupação com a imagem da cidade, principalmente em relação às pessoas de fora que vinham visitar a cidade:

Aqueles botequins do Mercado, que ficam defronte a casa Hoepcke, e a Pharmacia Elyseu – fazem um pouco das vergonhas desta terra insular e capitalesca...

O pior elemento da cidade, a vagabundagem e a bebedeira (irmãs gêmeas...) vão para ali fazer das suas. Ora, todos sabemos de que belezas são capazes o vagabundo e o bêbado.

O espetáculo do homem cambaleante ou capoeira é, confesse-se, pouco estético – sem alusão a deputado nenhum.

O palavrão, a palavrada, a cambronada, o vocábulo bordelengo, o cabeludo, o apimentado – o léxico da indecência e inconveniência, da licenciosidade em suma, constitui “causerie” dos “habitues” daquele trecho de rua, uma das mais transitadas de Florianópolis.

Ouvimos de passageiros que passavam, visitando de carro descoberto, a cidade, comentários dolorosos para nós, tão dolorosos quão verdadeiros e indiscutíveis.

A autoridade há de concordar conosco na inconveniência de se manterem abertos os tais botequins onde muito “tempo se tem fechado” sob a inspiração da “caninha”, que a vadiagem beberica sem cessar, para aquecer – se faz frio! – para refrescar – se o ambiente abafa.

Feche-se, feche-se aquele correr de casinhas aos domingos, pelo amor de Deus e da Estética ou da simples Limpeza!²³⁶

Segundo Sidney Chalhoub, o botequim constituía no Rio de Janeiro, a principal opção de lazer dos pobres urbanos do sexo masculino, que, por sua vez, sofria com a estigmatização da imprensa da época através da associação entre esse espaço com o rótulo dado aos homens que o freqüentavam de “desordeiros” e “vadios”.²³⁷ Também no contexto catarinense é possível observar a presença deste tipo de associação que está ligada à tentativa de imposição de hábitos de trabalho condizentes com os valores que se estavam tentando construir.

²³⁵ Jornal **O Estado**, ano V, n.1475, 01/04/1920.

²³⁶ Jornal **A Semana**, ano I, n.23, 18/04/1915.

²³⁷ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p.156-157.

3.5 Alcoólatras

Assim, mais um dos alvos de discurso e intervenção era o alcoolismo. Em 1910, o presidente da Associação anti-alcoólica do Brasil, José Francisco da Cunha Cruz, coloca a questão do álcool como causador de mais devastações do que o que considera os três flagelos históricos: a fome, a peste e as guerras, pois, “mais que a fome e a peste, ‘dizima’, mais que a guerra ‘mata’ e faz mais que matar ‘desonra’”.²³⁸ Mais do que causar um dano à saúde do indivíduo, o álcool constituiu fator desorganizador do trabalho, acarretando na falta de mão de obra nas lavouras, desfalecimento e indisciplina nas corporações armadas e fazendo aumentar o crime, o número de menores abandonados, a vadiagem e a loucura. Diante disso propõe que,

Sendo o principal fator do desenvolvimento do alcoolismo, a ignorância dos efeitos das bebidas alcoólicas no indivíduo e na prole, em que se encontram as populações, lógico é que se impõe, a inclusão do ensino anti-alcoólico no programa das escolas *maximè* nos das primárias, medida esta cujo assento se não mais contesta, tais os resultados que se vão dela colhendo nos países, e são muitos, que desse problema se ocupam com carinho.

Nem só o ensino, mas outras medidas correlatas vão concorrendo, por toda a parte, principalmente nos países de civilização ocidental, para o surto da grandiosa e humanitária campanha.

A regulamentação do fabrico e comércio das bebidas alcoólicas, com aumento equitativo de taxas, são outras tantas medidas indispensáveis e que serão bem acolhidas desde que o legislador aplique as verbas resultantes ao desenvolvimento da instrução e a múltiplos estabelecimentos de Assistência, tais como hospitais para alienados, asilos para menores desamparados, asilos para bebedores, etc, etc.²³⁹

Assim, Cruz conclama o governador do Estado de Santa Catarina a adotar essas medidas, a exemplo do que diz ter sido feito com sucesso em outros países, como a Noruega, que sendo há 45 anos um dos mais alcoolizados, seria naquela época o mais sóbrio do Ocidente.

²³⁸ Associação anti-alcoólica. Jornal **O Dia**, ano X, n.4450, 02/02/1910.

²³⁹ Idem.

Nos jornais eram constantes discursos sobre os males causados pelo álcool para a pessoa e para a sociedade. Interessante destacar uma história contada, provavelmente uma metáfora, utilizada nessa direção:

Discurso de um bêbado

Entrou um vagabundo em uma taberna e pediu de beber. Servido, e no ato de beber um moço dos que ali estavam, lhe disse: Alto! Pronuncie um discurso: é muito pobre o licor que não solta a língua de um homem.

O bêbado sorveu apressadamente a bebida, e quando o licor lhe esquentou o sangue se dirigiu aos circunstantes.

Ergueu-se com certa graça e dignidade que não puderam ocultar seu desasseio nem seus farrapos.

... Senhores, lhes disse, ao contemplá-los esta noite, parece-me contemplar um sombrio quadro da minha juventude.

Este rosto escaveirado que vedes, foi em algum tempo tão limpo e tão são como os vossos, porque cheguei a contar-me entre os homens.

Também tive amigos, um emprego e uma posição. Tive uma esposa tão bela como o sonho de um artista mas lancei a inapreciável pérola do seu respeito e da sua honra a um copo de vinho, e... como Cleópatra ao vê-las dissolveram-se, as traguei com o líquido transbordante. Tive filhos tão belos e tão puros como as flores da primavera, e os vi murchar e morrer sob a candente maldição de um pai beberrão. Tive um solar onde o amor acendia a chama sobre o altar e perante ele oficiava, mas aquela chama sagrada eu a apaguei e em seu lugar deixei trevas e desolação.

Tive ambições e aspiração que se ergueram tão alto como a estrela da manhã: mas eu matei e afoguei para não mais recordá-las.

Agora apenas sou um esposo sem esposa, um pai sem filhos, um vagabundo sem lar e um homem que tem mortas todas as suas aspirações e todos os seus entusiasmos.

Tudo o vórtice do vício tragou.

O vagabundo cessou de falar.

De suas mãos o copo caiu e contra o solo se desfêz em mil pedaços; as janelas da pocilga se abriram e violentamente se cerraram. Quando os circunstantes ergueram a vista o vagabundo havia desaparecido.²⁴⁰

A história acima mostra de forma metafórica os males provocados pelo álcool, mostrando a degradação física e moral que este pode acarretar. Acima de tudo, o alcoolismo produz um homem que não se encaixa no perfil de trabalhador e voltado para a família.

Todavia, os discursos e campanhas²⁴¹ realizadas com o intuito de extinguir o alcoolismo da sociedade não eram suficientes. São constantes também os anúncios

²⁴⁰ Jornal **A Tribuna**, ano I, n.11, 24/07/1915.

sobre tratamentos para o alcoolismo e de bebidas sem álcool. Apesar de não podermos avaliar a abrangência e a eficácia das mesmas, é possível perceber que o consumo de bebidas era freqüente.

Nos jornais encontram-se notícias sobre a forma como o álcool estava presente no cotidiano da cidade, trazendo à tona personagens e conseqüentemente como estes eram tratados pela população e pela polícia. Maior do que a preocupação com o bem-estar individual encontrava-se a de que a ordem na cidade encontraria-se em risco.

Nas estatísticas de prisões correcionais e até mesmo nos jornais, aparecem constantemente as detenções por embriaguez. Como foi visto no capítulo anterior, o número de policiais circulando pela cidade era baixo, o que leva a crer que havia grande margem para que muitos “bêbados” passassem despercebidos. Por outro lado havia também uma tolerância nos casos em que o sujeito era considerado inofensivo à ordem como mostra a história de Alexandre:

Um pau d'água correto

Alexandre Antonio Gonçalves é um tipo de aparência nipônica: alto, magro, olhos oblíquos, nariz de “Bull-Dog” e cujas bebedeiras contumazes não conseguem macilar a pele bronzeada do seu rosto, esburacado pela varíola e muito semelhante a um mapa da guerra ou a um alfabeto de surdos-mudos.

O tal “chuva”, que é “freguês” assíduo da hospedaria que os pau d'água improvisaram no posto central, tem porém uma qualidade que é muito elogiada pelos “policimen”.

É que, enquanto os outros dão escândalo com a sua “carraspana” e se quedam na grama dos jardins ou nas sarjetas das ruas a espera do providencial “meganha” que os conduza ao albergue de grade, o Alexandre, em chegando a noite, vai se arrastando nas bambas pernas até a porta do posto, onde antes de unir-se ao cimento, recebe sistemático pontapé do sentinela, amável saudação do costume reservada aos “habitues” do albergue.

Tanto é conhecida a normalidade do Alexandre que, ontem, subindo-lhe à “cachola” mais uns 100 grãos de “branquinha”, obrigando-o a deitar-se mesmo no jardim, o cabo Sant'Anna, passando por ele e vendo-o acomodado na relva, não se impressionou, seguindo o seu caminho para o teatro, certo de que o Alexandre não ia desmentir o seu programa de normal freqüência ao posto.

²⁴¹ Em 1928, por exemplo, foi noticiada a Semana anti-alcoólica, organizada pela Liga Brasileira de Higiene Mental e realizada em várias partes do país. Segundo consta, a semana consistiria em conferências e práticas sobre os males do alcoolismo em todos os quartéis, escolas, lojas maçônicas e igrejas. Jornal **A Semana**, ano I, n.1, 18/10/1928.

E o Alexandre, logo que melhorou um pouco, rumou para o seu “albergue” predileto. De calças e paletó de riscado, cobertor debaixo do braço, babando a sua sempre apagada “bagana” e com uma outra ainda atrás da orelha, o Alexandre seguia como os barcos sem governo, mas sem dar o mínimo incômodo aos comodistas milicianos. Isso é que é um pau d’água correto, diziam ontem os “meganhas” quando o Alexandre deu o seu “ponto” no posto.²⁴²

Como se vê, o disciplinado “pau d’água”, figura já conhecida pelos policiais, apesar de não abrir mão dos prazeres, ou do vício, da bebida, foi disciplinada o suficiente para não causar escândalos e com isso poupar o trabalho dos policiais, encaminhando-se por conta própria todas as noites à chefatura. Esta caso demonstra que o que incomodava realmente era a desordem provocada pelos alcoólatras e não a sua condição individual de viciado. Fica ainda a dúvida se essas noites na cadeia eram registradas e supõe-se que outros como ele existiam. Pode-se fazer ainda uma relação entre o alcoolismo e a mendicância, já que, ao que parece, Alexandre não tinha onde morar.

Um dos pontos da cidade que provavelmente constituía um alvo de cotidiana vigilância era os arredores do Mercado Público, “lugar infestado pelos cafés de baixa frequência e onde se reúnem os desocupados andrajosos e os bêbados contumazes, diariamente se registram cenas escandalosas, contra os quais a polícia deve se voltar seriamente, evitando que elas tenham curso funesto.”²⁴³

E foi lá que ocorreu um “pequeno conflito de ébrios”. Trata-se do carroceiro Manoel Barreiros e do “malandro” Amaral, conhecido por viver diariamente “a bebericas nas tascas e provocar pequenas questões que, contudo, perturbam a ordem pública”. Segundo consta na notícia os dois envolvidos beberam e brigaram atraindo vários curiosos, inclusive o repórter do jornal que relatou o caso e que conta que tendo

²⁴² Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 407, 14/09/1916.

²⁴³ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 409, 16/09/1916.

chegado os mantenedores da ordem, estes efetuaram a prisão de Barreiros, deixando o “malandro” Amaral em liberdade. Ao serem os soldados indagados sobre este procedimento, não responderam, mas os “maledicentes” o fizeram dizendo que Amaral era pai do cabo Juvenal, “ordenança do major delegado”.²⁴⁴

Mais uma vez nota-se a parcialidade da polícia no tratamento e na resolução de questões urbanas. Se neste caso, houve de fato uma perturbação na ordem pública, a polícia atuou no sentido de contê-la, mas fazendo “vista grossa” para um conhecido “malandro” da cidade que, porventura, poderia estar habituado a arrumar este tipo de confusão por sentir-se protegido pela polícia.

²⁴⁴ Idem.

3.6 Os Jogadores

Outro dos alvos mais recorrentes de reclamações e pedidos de intervenções era o jogo. O tratamento em relação a esta prática muitas vezes não especificava claramente quais as implicações sociais advindas da mesma e porque gerava tanto incômodo.

Alguns indícios apontam para o caráter viciante provocado pela “jogatina” que desviava o sujeito do curso de uma vida voltada para o trabalho. Além disso, normalmente o ato de jogar vinha associado a outros vícios como o da bebida e a possibilidade de geração de desordens.

Ao que parece, não havia uma perseguição constante e sistematizada contra o jogo, mas campanhas esporádicas quando essa questão ganhava maior visibilidade na imprensa ou atingia algum cidadão mais ilustre que reivindicasse intervenções das autoridades.

Um exemplo de denúncias contra as casas de jogo e exigências para que algo fosse feito ocorreu em 1915 no jornal “A Semana” que trazia em quase todas as suas edições alguma nota nesse sentido. Primeiramente, discorrendo sobre os males causados pela jogatina desenfreada:

Veze sem conta a Semana se referiu a desenfreada jogatina que grassa em nossa capital. Não há rua quase das mais escusas, em que não se ache aberta para os freqüentadores habituais, filhos anônimos do vício, uma casinhola, vinte cadeiras toscas em redor. Sobre essa mesa se curvam, às dez horas, muitas caras que levaram o dia inteiro a suar em ásperos trabalhos e que, abandonando a esposa, negando aos filhos um bocado de pão, para ali vão, d’olho vesgo e mão em garra, arriscar os magros níqueis e a saúde do corpo e do espírito.

Às vezes, a essas mesas se chegam figuras de alguma importância, mas que ombreiam, no Vício, com o mais ensebado farroupilhas, que, de grenha seca e dura, revolve entre os dedos, meio indeciso na parada, a derradeira moedinha.

A luz cor de sangue, daquela lâmpada fumacenta, se digladiam a ambição, o ódio, o receio, a inveja, a esperança... mas tudo vai bem, a polícia, cá fora, vela e coca a festiva

iluminação da Praça 15... Que importa que o vício se alastre, se o dr. Chefe de Polícia não joga, nem tampouco os srs. Delegados. Que importa que amanhã haja corações a estalar de ódio e crianças a chorar com fome, se nós temos o nosso espírito tranqüilo e a nossa família solidamente alimentada!

Mas a Polícia é o único responsável pelas explosões dessa raiva e pelas lamentações dessas boquinhos famintas!

Se, inteirados dum próximo crime, consentimos que ele se perpetre, somos em parte e logicamente cúmplices do mesmo crime. Ora, a Polícia, descurando do cerceamento do jogo, é quem deve responder pela fome e pela miséria que aquele vício, inexoravelmente espalha!²⁴⁵

Terminando a nota reivindicando uma ação eficaz da polícia que, como já foi salientado, por diversas razões, não tomava medidas contra tal situação. E assim, o jogo grassava na capital, assumindo segundo o jornal um “caráter epidêmico”. Numa noite de domingo em uma das casas de jogo, “por futricas de jogadores, rebentou um formidável sarilho de que o oficial de ronda só teve ciência depois de estarem a roda no eixos, porque, quando foram procurá-lo não o encontraram no devido posto”.²⁴⁶ Desta forma o que causa grande indignação é a falta de ação da polícia que parece não dar maior atenção à causa, mesmo com a grande insistência da imprensa, fazendo com que o jornal assumia uma “perseguição” à chefia de polícia como pode ser demonstrado:

Diante da jogatina que grassa em nossa capital, que faz o dr. Chefe de Polícia? Escreve artigos de fundo para O Estado.

Até hoje, que saibamos, a Polícia nenhuma importância deu às clamorosas queixas por nossas colunas contra a jogatina, que, na sombra, vai dia-a-dia distendendo os seus tentáculos em Florianópolis e colhendo nas compressoras, estranguladoras espirais, pessoas que em nosso meio gozam de maior destaque.

(...)

Dizemos nós que o dr. Ulisses se acha impossibilitado de levar a efeito uma campanha contra as casas de talovagem, porque, tornado agora jornalista, nem por milagre se julgaria apto a dividir equitativamente a noite entre o artigo de três colunas e uma visita às numerosas bancas de jogo desta capital.

De fato, assim é. E é ainda por causa destas e outras que o serviço público anda sempre atacado de alifates, e coxeante.²⁴⁷

Já em 1916 parece ter sido iniciada uma campanha contra a “jogatina” que recebe atenção e aplausos de alguns jornais.²⁴⁸ Consta que o delegado Fernando

²⁴⁵ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.24, 25/04/1915.

²⁴⁶ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.8, 03/01/1915.

²⁴⁷ Jornal **A Semana**, Florianópolis, ano I, n.30, 06/06/1915.

Machado por ordem do chefe de polícia iniciou uma campanha contra os jogos de azar que se praticavam em várias casas na capital, “intimando os proprietários das mesmas e os jogadores contumazes a não persistirem nesse abuso, sob pena de multa e prisão”.²⁴⁹ Essa medida foi extensiva também aos banqueiros e jogadores do bicho. Entretanto, o jornal encerra a notícia solicitando que a ação policial não se detenha somente nas “casas de baixa frequência” e obrigue os proprietários de conhecidas casas de jogo do centro urbano a acabarem com a “jogatina perniciosa nas quais se entretém inúmeros jovens de famílias até o alvorecer do dia”.²⁵⁰ Isso denota, mais uma vez, que essas práticas não eram realizadas somente pela população mais pobre, mas também por uma parcela das elites que, por sua vez, não recebiam o mesmo tratamento.

Apesar de nesta época terem sido realizadas várias ações surpresa em casas de jogo com a detenção de pessoas jogadoras, notícias e reclamações sobre o jogo continuaram a ocupar as páginas dos jornais, sendo que a população mantinha esta prática inclusive nas ruas da cidade como mostra uma nota, que, mais uma vez, solicitando a ação da polícia, diz ser constante a jogatina de “menores vagabundos” em plena rua, mais especificamente nas ruas Saldanha Marinho e João Pinto.²⁵¹

As duas ruas citadas também aparecem no ano de 1928 como uma região da cidade onde casas de jogo funcionavam no início do século XX na capital, já que neste ano há a denúncia de uma casa de jogatina para menores nesta rua:

Durante o jogo, a dona da casa cobra “barato” e fornece café, pão e ovos estrelados. Se, como cremos, a polícia tem empenho em evitar que menores se viciem ao jogo, é oportuno narrar-lhe o seguinte:

²⁴⁸ O jornal Folha do comércio, por exemplo, apresenta a seguinte nota: “Ouvimos que a polícia vai iniciar uma campanha severa contra a jogatina existente nesta capital, agindo de modo a extingui-la. Só pode merecer aplausos a atitude da polícia”. A jogatina. Jornal **Folha do Comércio**, Florianópolis, ano VI, n.1308, 19/01/1915.

²⁴⁹ **O jogo e a polícia.** Jornal O Estado, Florianópolis, ano II, n. 420, 29/09/1916.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ Com a polícia. Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano V, n.1479, 07/04/1920.

Há nesta capital, à rua João Pinto, uma casa particular, onde, à noite, e aos domingos durante o dia se reúnem numerosos garotos para o jogar o “víspera”. É uma escola de vício, preparando os criminosos de amanhã.²⁵²

E assim, apesar de considerado por alguns como “o vício mais hediondo, o maior inimigo de uma sociedade, um vício que macula a sociedade”²⁵³, o jogo parece ter sido uma prática constante e rotineira na capital catarinense apesar das críticas e das poucas intervenções efetuadas no sentido de extingui-la.

A preocupação maior mesmo ocorria quando o jogo encontrava-se envolvido com uma ameaça à ordem urbana.

O Saco dos Limões já reclama uma campanha contra o jogo.

Não tanto pelo jogo, mas já pelas contínuas desordens que o jogo provoca ali, o Saco dos Limões está reclamando enérgicas providências da polícia.

Há ali, segundo estamos informados, uma casa de jogatina franca, onde, durante a noite, se reúne gente viciada e disposta a tudo e onde, em consequência disso, se formam, quase que todas as noites, grandes brigas, provocando gritos, correrias, tiros, facas à mostra e grande pânico entre os pacíficos moradores das imediações, que começam a maldizer o “progresso” inicialmente que vai assim invadindo aquele lugarejo, onde, há bem pouco, só se brigava nos festejos da Cruz e em outros parecidos.

A polícia faria bem em ir até lá investigar e por cobro à jogatina. Extinta esta, cessariam as brigas e a população ficaria satisfeita.²⁵⁴

²⁵² Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano XIV, n.4250, 19/07/1928.

²⁵³ Jornal **A Capital**, Florianópolis, ano I, n.9, 08/02/1921.

²⁵⁴ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano XIV, n.4284, 28/08/1928.

3.7 O Caos na Ordem

Como se viu, inúmeros eram os discursos acerca da necessidade de ações visando impor uma ordem na cidade em um controle ao seus habitantes. Entretanto, poucas são as menções ao risco de um movimento social conjunto e organizado.

Entretanto, apesar de poucas, algumas manifestações coletivas foram constatadas. Uma delas, ocorrida no ano de 1918, apesar de não ter sido levada à cabo, denota, ao menos, a possibilidade de sua ocorrência:

As pequenas casas que fornecem comida, no Mercado Público, de há dias já que aumentaram enormemente o preço dos pratos.

Diante da carestia de gêneros talvez pareça justo e razoável esse aumento.

Mas não o é, tanto assim que fomos informados de que os proprietários desses “freges”, não contentes com o terem elevado o preço de cada prato de comida, tiveram a especulação de dividir em dois alguns desses pratos.

A idéia não é de tolos, não!

Mas os pobres homens do trabalho, tão aflitos e assoberbados já com as dificuldades da vida que os atormenta andam ruminando surdamente a sua raiva e a sua revolta, diante de tamanha e tão indecorosa exploração.

E têm, em parte muita razão.

Pois, sabem o que os “homenzinhos” lá do Mercado inventaram?

Quem come um prato de mocotó paga tanto. Se é com farinha paga outro.

Quem come um prato de cozido paga tanto. Se quer o caldo para o pirão paga muito mais.

E assim é com tudo!

Mas como não se come mocotó sem farinha, nem cozido sem caldo, os fregueses são obrigados a pagar tudo e “malvadesicamente”.

O clamor de protesto vai entretanto, crescendo dia a dia.

E se não houver uma providência enérgica que ponha cobro a semelhante abuso não tardará o dia em que, os pobres homens do trabalho cumpram a risca a ameaça de comerem de tudo e de... graça.

Ontem, em vista dos boatos que os “freges” iam ser invadidos, o sr. Dr. Cid Campos, delegado de polícia, permaneceu no Mercado Público durante a feira.²⁵⁵

Apesar de não sabermos o que aconteceu depois, esse episódio nos mostra que muitas pessoas, quando seus interesses ou direitos eram desconsiderados não ficavam

²⁵⁵ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano IV, n. 977, 07/08/1918.

passivos a esta situação. Além disso, parece, ao menos neste caso, que a possibilidade de uma insurgência popular existia e era considerada pelas autoridades policiais.

Outra manifestação encontrada foi proveniente dos choferes da cidade. Só que dessa vez a revolta parece ter sido, mesmo que indiretamente, contra os próprios administradores da cidade. Foi encontrada uma nota de 1922 no jornal “O Estado” que reivindicava uma providência enérgica das autoridades policiais no sentido de regularizar convenientemente o serviço de veículos na capital nos dias de chuva. Segundo consta, era sabido por todos que muitos “chuffeurs têm o péssimo hábito de não atenderem as pessoas que os procuram no ponto de espera sempre que essa pessoa tem a má sorte de residir um pouquinho afastado das ruas que ficam ao centro da cidade”.²⁵⁶ Mesmo que não saibamos exatamente quais os motivos que levaram esses profissionais a tomarem esta atitude, podemos inferir que isso talvez fosse decorrência do péssimo estado em que se encontravam as ruas mais distantes do centro não beneficiadas com as reformas que visavam os melhoramentos e embelezamento da capital do estado catarinense.

Um mês depois, aparece a notícia de uma greve pacífica dos choferes da cidade programada para durar um dia, mas que teve seu término na mesma manhã que começou devido à intervenção de algumas autoridades.²⁵⁷ Mesmo que mais uma vez não saibamos os motivos de tal manifestação, pode-se constatar que ela existiu, interferindo no cotidiano da cidade.

Uma data que parece ter sido anualmente comemorada na cidade era o dia do trabalho:

²⁵⁶ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano VII, n.2277, 24/01/1922.

²⁵⁷ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano VII, n.2299, 20/02/1922.

O operariado de Florianópolis comemorou condignamente a data dedicada ao trabalho. Pela manhã de 1º de Maio, os trabalhistas, em grande número percorreram as ruas da cidade, precedidos de uma banda musical, com demonstrações de entusiasmo e alegria pela passagem da gloriosa data, que recorda o início, com o sangue de alguns mártires, das reivindicações dos direitos do operariado.²⁵⁸

Assim, era praxe que todos os operários não trabalhassem nesse dia para poderem participar das comemorações. Mas parece que nem todos os patrões concordavam com esta prática como denota a carta de um deles publicada no jornal:

Florianópolis, 1º de maio de 1922.

Ilmo Sr. Redator d' "O Estado".

Atenciosas saudações,

Tendo se dado comigo, hoje um incidente e querendo afastar comentários que não exprimam a verdade, vos dirijo estas simples linhas narrando o assunto. Sendo o dia de hoje o da Festa do Trabalho e por conseguinte o dia do operário, veio de manhã a minha oficina a rua Tiradentes, uma comissão pedir que meus operários abandonassem o trabalho e a acompanhasse no que foi prontamente atendida, tendo eu concordado satisfatoriamente com a resolução de meus operários. Mais tarde, estando eu e mais três amigos na oficina, constatei que uma das máquinas necessitava de um ajuste de peças, e como estava desobrigado e a ocasião se apresentava propícia, pois o conserto carecia de calma e atenção, imediatamente comecei a reparar a referida máquina, pondo-a em movimento.

Estava eu nesse mister, quando um grupo de operários em atitude pouco correta, invadiu a minha oficina, obrigando-me sob ameaças, cerrar as portas e parar o motor. Calmamente, os inteirei da situação, narrando a anormalidade notada e explicando que como proprietário da oficina competia-me fazer o que quisesse, não tomando parte na classe operária e que concordassem com os motivos que acima expus. Não satisfeitos insistiram nas ameaças e como a atitude era pouco pacífica e o momento requeria prudência, tive que satisfazê-los a fim de evitar conseqüências desagradáveis. É esta sr. Redator a verdade e muito grato ficarei pela publicação destas linhas.

Do vosso Crdo. Atto e Obrdo.

Paulo Schlemper.²⁵⁹

Apesar de não podermos saber se a história contada pelo proprietário dessa fábrica é verdadeira ou não, ao menos, ela deixa clara que os operários iriam trabalhar naquele dia, mesmo sendo o dia do trabalho, e que havia um mínimo de organização no sentido de lutar e garantir os direitos dos trabalhadores.

²⁵⁸ Jornal **O Elegante**, Florianópolis, ano I, n.7, 06/05/1923.

²⁵⁹ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano VII, n.2358, 03/05/1922.

3.8 Reações contra policiais

Além de todas essas ações e reações praticadas pela população de Florianópolis, há uma que merece destaque por se dar diretamente contra os maiores responsáveis pela manutenção da ordem urbana: os policiais.

Muitas vezes a agressão acontecia no momento em que a autoridade policial tentava efetuar a prisão do sujeito. Em 1910 o Capitão Henrique Eulálio Mafra, comissário de polícia da capital, ao tentar prender Silvino Pereira acusado de praticar desordens no bairro da Figueira sofreu uma perfuração com faca no ventre.²⁶⁰

Esse acontecimento ganhou destaque no jornal “O Dia” desde o ocorrido até a recuperação do capitão. Consta em uma de suas edições que na noite de 30 para 31 de dezembro, entre 9 e 10 horas da noite, Silvino, armado de uma faca, fazia distúrbios na rua Altino Corrêa, alarmando as famílias e procurando entrar em diversas casas e que retirando-se para a praça 15 de Novembro, dirigiu-se para o Café Natal onde teve ordem de prisão. Não obedecendo, sentou-se no passeio do mesmo café e quando o comissário novamente lhe deu a ordem e pediu-lhe que entregasse a faca que trazia, ele preparou-se para a luta pondo-se de pé e procurando resistir á prisão.

À medida que o comissário se afastava procurando defender-se dos golpes que lhe eram atirados pelo réu, este, o acompanhava, procurando sempre atingi-lo, até, que, aquele tropeçando nos trilhos, defronte ao mesmo café, conseguiu o réu realizar os seus maus instintos, fazendo no comissário de polícia os ferimentos constantes do auto de corpo de delito.²⁶¹

O que é interessante ressaltar em toda essa história é que algumas pessoas não se intimidavam perante a autoridade policial. Aliás, o capitão Henrique Mafra mais de uma

²⁶⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício do Chefe de Polícia a Secretaria Geral dos Negócios do Estado, 31/12/1909.

²⁶¹ Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4445, 26/01/1910.

vez foi alvo de agressões, já que no dia 9 de abril de 1924 em frente à porta principal do edifício da municipalidade localizado na praça 15 de Novembro foi atacado com Propicio Seara Junior com uma bengala produzindo-lhe alguns ferimentos.²⁶²

Em 1926, outro inquérito foi aberto tratando de uma agressão contra um sargento da força pública. Consta que pelas vinte e três horas do dia vinte do mês de março de 1926, no aceso de um conflito que se desenrolava no interior da ‘Confeitaria Chiquinho’, à rua Felipe Schmidt, entre vários de seus freqüentadores, Edmundo D. Farias, sacou de um revolver, que trazia à cinta, no intento manifesto de alvejar o sargento da Força Publica do Estado, Adolpho Francisco da Silveira, que lhe havia dado voz de prisão”.²⁶³

A versão oficial apresentada nos autos do processo é a de que vários indivíduos se empenhavam em luta corporal no interior da confeitaria, destacando-se entre todos Edmundo Farias, quando o sargento Adolpho Francisco da Silveira, intervindo no conflito, deu voz de prisão a este, que sacando de um revólver, desobedeceu à ordem daquele agente da autoridade pública. Já o acusado alegou que atirou em legítima defesa por ter sido agredido por um cabo que tentava apartar a briga.

Apesar das tentativas de imposição de uma ordem ocorrida de cima para baixo, vê-se que havia uma grande quantidade de pessoas que continuavam levando suas vidas ao seu modo ou que agiam driblando as ações realizadas no sentido de restringir suas movimentações pela cidade.

²⁶² Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis. Processo-Crime de Propicio Octaviano Seara Junior, caixa 6, apelação crime 2731, 16/05/1924. No auto de corpo delicto os peritos constataram um ferimento contuso linear de seis centímetros de extensão, abrangendo os tecidos do couro cabeludo da região parietal direita, ficando visível certa porção do osso parietal.

²⁶³ Arquivo do Fórum Municipal de Florianópolis. Processo-Crime de Edmundo D. Farias, n. 3148, caixa 06, 1926.

CAPÍTULO IV

OS ASILOS DA EXCLUSÃO

Além de alcoólatras, jogadores, prostitutas, várias outras categorias sofriam com a perseguição e intervenção direta da polícia em relação às suas ações. Embora, muitas vezes, não fossem responsabilizadas diretamente por seu estado, também constituíam alvo de perseguição e de intervenções que visavam sua exclusão social. Tratam-se de mendigos, alienados e alguns menores que eram encontrados vagando pelas ruas da cidade.

As intervenções realizadas, embora se revestissem com características assistencialistas, como veremos, na maioria das vezes tinham como principal objetivo a retirada desses indivíduos do contexto social, não só devido às desordens que provocavam, mas também pelo aspecto de “decadência” que imprimiam à cidade.

Embora houvesse o desejo de limitar e excluir algumas pessoas, principalmente do centro da cidade, cabe uma breve reflexão sobre a utilização do termo exclusão para designar uma das formas de intervenção sobre a população. Segundo José de Souza Martins,

rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva.²⁶⁴

Assim, pode-se pensar a exclusão como o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal, já que, “a sociedade

²⁶⁴ MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997. – (Coleção Temas da Atualidade)

capitalista desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”, sendo que o problema, portanto, está justamente nessa inclusão.²⁶⁵

²⁶⁵ Idem, p.32.

4.1 O caso da mendicância

Sobre a mendicância, o jornal “A Fé”²⁶⁶, editado pela Associação Irmão Joaquim, já em 1903 falava sobre o grande número de pobres que mendigavam diariamente de porta em porta pelas ruas da capital. A questão central, primeiramente, era descobrir quais realmente teriam o “direito” de praticar tal ato, já que acreditavam que muitos agiam de má fé não tendo necessidade de mendigar. Faz-se assim, uma relação entre mendicância e ociosidade:

A mendicidade, que, em outras partes, tem sido alvo de acurados cuidados que visam o aniquilamento do exercício de uma profissão que tanto depõe contra os foros de adiantamento de uma cidade, é, entre nós, livremente exercida por muitos, que lançam mão desse meio por não poderem realmente entregar-se a qualquer trabalho, e, talvez, por alguns, que não querem dedicar-se a trabalho algum.

E como os que mendigam pela força da preguiça não trazem sinal que os distinga, o público a todos socorre, pensando exercer um ato de caridade, quando, talvez, muitas vezes, exerça um ato de acoroçoamento à malandrice.²⁶⁷

Tem-se então um tratamento diferenciado para o mendigo que está nesta situação por sua condição de inválido para o trabalho ou para aquele que “optou” por esta prática por preguiça e malandragem, segundo a visão mais recorrente que se tinha. Diante disso, a associação propõe que seja efetuada a matrícula de todos os que esmolam pelas ruas e em seguida proceda-se uma sindicância da veracidade de indigência dos mesmos. Os que fossem constatados como sendo de fato indigentes teriam direito ao socorro que a sociedade realizaria e teriam uma cópia de suas matrículas enviada à Superintendência Municipal e à Prefeitura de Polícia para que estes órgãos realizassem as seguintes incumbências:

1^a) Vigilância dos matriculados pelos fiscais;

²⁶⁶ Órgão oficial de divulgação da Associação Irmão Joaquim.

²⁶⁷ Jornal **A Fé**, Florianópolis, ano I, n.3, 07/09/1903.

2ª) Distribuição de patrulhas em diversos pontos da capital, a fim de não deixarem exercer a mendicância à portas os já socorridos do público pela “Irmão Joaquim”.

Além disso, cada pobre receberia um distintivo ideado pela sociedade para dar-lhe direito às demais distribuições e ser reconhecido pelo comércio e pelo público como sendo socorrido pela Associação Irmão Joaquim.²⁶⁸

A intenção dessas medidas denota que o objetivo era muito mais identificar e controlar a movimentação dessas pessoas do que agir no sentido de proporcionar condições para que pessoas que talvez não trabalhassem, não por opção, mas por não encontrarem uma ocupação.

Um exemplo de como havia uma certa tolerância quando o motivo de a pessoa mendigar era o de uma doença incurável, por exemplo, é a história de José Ignácio da Silva:

José Ignacio da Silva, é um mendigo, que vive aí pelas ruas a exhibir seu infortúnio proveniente de uma moléstia terrível e contagiosa.

Do clarear do dia ao anoitecer Zeca Ignacio estende á mão a caridade publica que nunca lhe nega o óbulo consolador.

A feria do Zeca parece ser sempre boa, pois das seis horas em diante o pobre diabo se esquece da sua desgraça para favonear as carícias da Dulcinéa que encontrou na estrada da vida, mocetona forte e vadia, que o ajuda a consumir os nikes dados pelas almas caridosas.

Mas não há rosas sem espinhos.

De uns tempos a esta parte o Zeca vem sendo atormentado pelo ciúme, convencido de que o seu puro amor estava sendo traído.

E assim é que ontem, de manhã, encontrando a companheira dos seus dias, em colóquio com uns pescadores em pleno mercado público não pode conter os ímpetos do seu coração.

Agarra do cajado que lhe serve de arrimo e desanca a valer a desditosa mulher.

A surra foi de arromba.

Acudiu o povo indagando do que havia o Zeca em altas vozes como a justificar-se de seu ato, gritava:

“Amo-a, amo-a, e a diabo está a me trair!”

Em fim um formidável sarilho em pleno publico, n’uma ocasião de grande movimento e... com o frio que reinava nem um policial compareceu para prender o Zeca e nem o Sr. Administrador do Mercado deu acordo de si.

²⁶⁸ Jornal **A Fé**, Florianópolis, ano I, n.3, 07/09/1903.

Uma hora depois o agressor foi preso.
Eis aí em que deram os amores de mendigo!²⁶⁹

O personagem dessa história é apresentado como uma vítima que está sujeita à sua condição de doente, que por sua vez, o condenou à mendicância. Por isso, ele teria direito a mendigar pelas ruas. Quanto à ação policial neste caso ressalta-se a demora com que ela foi realizada, mostrando, como se viu no capítulo anterior, a precariedade do policiamento na capital.

A questão da mendicância tornou-se no período um assunto recorrente na imprensa sendo tratada como uma causa na qual toda a sociedade deveria se envolver. Ao contrário de como vimos no capítulo anterior sobre a solicitação da polícia para a resolução das mais diversas questões urbanas, todos estavam convocados a agirem em relação a esse “problema urbano”.

O jornal “A Fé” discorre sobre a importância de se dar esmolas:

A esmola é a maior alegria para quem a recebe e a maior glória para quem a dá. É a maior alegria para quem a recebe, porque o prazer ocasionado pelo pão do esmolar está na razão direta da fome: quanto maior é a fome, tanto maior é o prazer do faminto que toma alimento. Diz um provérbio árabe: - O melhor molho é a fome. E conta-se que um dia um milionário dissera a um mendigo: “Tenho-te inveja, porque tens fome: eu sou tão desgraçado, porque nunca tive fome!”

A esmola é a maior glória para quem a dá, porque dar ao pobre é emprestar a Deus a juro, não de um por cento, mas de cem por um. E que glória pode ser maior do que a glória de ser credor de Deus? (...) ²⁷⁰

Assim, a prática de dar esmolas era estimulada e as pessoas que o faziam eram elogiadas inclusive pelos jornais que, constantemente, publicavam notas informando sobre doações feitas por pessoas da sociedade.

Tomando como exemplo iniciativas realizadas em outros pontos do país, foi criada em 1902 a Associação Irmão Joaquim, que estabeleceu como objetivo socorrer a

²⁶⁹ Amores de um mendigo. Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 358, 16/07/1916.

²⁷⁰ A esmola. Jornal **A Fé**, Florianópolis, ano I, n.1, 24/08/1903.

pobreza desvalida e tratar de construção de um asilo para recolher e suprir os indigentes, sem família, de todo o necessário à conservação da existência.

Contando com a participação de várias pessoas influentes²⁷¹ em sua diretoria, a associação recebeu o apoio de vários jornais como “O Estado”, “A Verdade”, “Folha do Comércio” e “O Dia” que abraçaram a idéia e a destacavam em suas edições.

No entanto, a concretização da construção de um asilo para o recolhimento de pessoas indigentes só veio a se concretizar no ano de 1910²⁷². Sua inauguração recebeu grande notoriedade por parte da imprensa, sendo colocada pelo jornal “O Dia” como “um acontecimento de alta importância social e humanitária”, onde os mendigos “encontrarão um oásis no deserto de sua vida peregrina, e aflitiva, onde, cercados de um conforto relativo, passarão calmamente os seus últimos dias”.²⁷³ Esse jornal passou a divulgar em suas edições as condições necessárias para que se fosse recolhido ao asilo, além dos horários de distribuição de esmolas aos indigentes que não puderem ser recolhidos, sendo que os que as recebessem não teriam direito de esmolar pelo comércio nem pelas casas de família que concorriam para o asilo.²⁷⁴

Além do aspecto caritativo, não eram negados os outros objetivos que se pretendiam alcançar com a implantação do asilo. Tratam-se das “vantagens morais, indispensáveis à civilização, pois ninguém ignorará que, da mendicidade socorre sua

²⁷¹ Nereu do Vale Pereira destaca como fundadores da associação: “Luiz Pacífico das Neves, um tipógrafo e editor, junto com Pompílio Vespaziano Duarte da Luz e João Augusto do Carmo, ilhéus e líderes católicos e descendentes de açorianos, ao final do século XIX e limiar do século XX e vivendo na Vila Nossa Senhora do Desterro, muito se preocuparam com toda essa problemática na agora cidade de Florianópolis”. PEREIRA, Nereu do Vale. **Associação Irmão Joaquim, 100 anos de amor ao próximo: histórico da Associação Irmão Joaquim por ocasião do seu centenário 1902-2002**. Florianópolis: Associação Irmão Joaquim, 2002, p.26.

²⁷² O terreno do asilo foi concedido pela Irmandade do Divino Espírito Santo. Procurou obter autorização da irmandade que construía o Asilo de Órfãs para, aos fundos da sua propriedade que confrontava para a rua José Veiga, levantar o asilo, reunindo assim numa mesma área de localização urbana as duas instituições caritativas. PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit., p.77.

²⁷³ Asilo de Mendicidade. Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4491, 27/03/1910.

²⁷⁴ Asilo de Mendicidade. Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4502, 09/04/1910.

ociosidade para explorar a caridade pública, com prejuízo do trabalho, que urge sempre prosperar e nunca decrescer”.²⁷⁵

Uma das primeiras pessoas recolhidas ao asilo foi um indigente inválido chamado Jesuíno, 21 anos de idade e de cor branca. Consta que esta era um

pobre rapaz andrajoso que habitava o trapiche municipal da Praia de Fora e que devido a sua simplicidade ou enfermidade mental, deixava-se constantemente embriagar pelo rapazio vagabundo, que não o deixava em paz arrastar os pesados ferros de sua vida indigente.²⁷⁶

Como Jesuíno todos que eram recolhidos, eram apresentados como um “infeliz” que vivia sem um teto que o abrigasse, “sofrendo as torturas da fome”, assim como Valentim Olympio de Souza Freitas, que, excitado pelo “desequilíbrio de suas faculdades mentais esse infeliz andrajoso que a todos contristava, em trânsito pelas nossas ruas, continuamente, encontrou felizmente na Associação Irmão Joaquim um braço forte e caridoso que o amparasse”.²⁷⁷

Nos anos de 1910 e 1911, o asilo albergava 20 homens, sendo que após a inauguração da ala feminina, foram admitidas em 1920 as primeiras mulheres que preencheram as dez novas vagas criadas. Já em 1917 estavam residindo no asilo 22 homens e 20 mulheres, sendo que a partir de 1916 a instituição veio a ser administrada pelas Irmãs da Divina Providência.

Assim, após a inauguração desta instituição, tornaram-se constantes os pedidos de mais ajuda financeira ao governo, além da participação da comunidade em todas as atividades beneficentes organizadas como os bazares e festivais de caridade. Em contrapartida, pedidos de autoridades são prontamente atendidos como o recolhimento

²⁷⁵ Asilo de Mendicidade. Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4503, 10/04/1910.

²⁷⁶ Asilo de Mendicidade. Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4512, 21/04/1910.

²⁷⁷ Asilo de Mendicidade. Jornal **O Dia**, Florianópolis, ano X, n.4516, 26/04/1910.

dos indigentes Flora Maria de Paula e João Polydoro Pires a pedido da “caritativa e digníssima esposa” do governador do estado Hercílio Luz.²⁷⁸ Além das doações o asilo recebia alguns auxílios que ajudavam na sua manutenção como o feito pelo Estado, pelo município e pelas Loterias Nacionais.²⁷⁹

Um estatuto da associação homologado em 1907 mais uma vez ressalta que esta unicamente socorrerá “pobres desvalidos”, dependendo a admissão de indispensável sindicância. Após a realização desta, os pensionistas eram pagos mensalmente, sendo que o presidente estava autorizado a distribuir esmolas extraordinárias em domicílio em vez de o fazer à porta da sede social, “evitando assim o constrangimento de quem recebe”.²⁸⁰

Após a inauguração do asilo houve uma reforma do estatuto da associação em 1911, sendo determinado que o asilo daria abrigo e sustento às pessoas de ambos os sexos que, por decrepitude, cegueira ou aleijão não poderiam dar-se a qualquer trabalho ou não tenham quem os abrigue ou sustente.²⁸¹

As pessoas aceitas no asilo também estariam sujeitas a uma série de normas:

- Os asilados receberiam ocupação compatível com seu estado físico;
- Aos asilados será permitido passearem pela cidade, porém depois das refeições e com autorização do administrador do asilo e isso sem prejuízo do serviço determinado por este àqueles para ser feito durante o dia;
- O asilado que, aproveitando da faculdade concedida, mendigar pelas ruas ou casas particulares, ficará privado de sair do asilo durante noventa dias consecutivos;
- Às cinco horas da tarde todos os asilados deverão recolher-se ao asilo;
- A nenhum asilado será permitido ausentar-se da capital, nem pernoitar fora do asilo.²⁸²

Diante deste rígido estatuto constata-se que muitos dos asilados eram eliminados do asilo por insubmissão ou por não cumprirem as regras estabelecidas. No período

²⁷⁸ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício da associação e Asylo de Mendicidade Irmão Joaquim ao Governador do Estado, Hercílio Luz em 28/01/1919.

²⁷⁹ PEREIRA, Nereu do Vale. Op. cit., p.77-78.

²⁸⁰ PEREIRA, Nereu do Vale. Op. Cit., p.60.

²⁸¹ Idem, p.62.

²⁸² Idem, p.70.

1917-1918, por exemplo, 6 homens e 1 mulher foram eliminados do asilo por insubmissão.²⁸³

Ainda assim, a construção de um asilo de mendicidade não foi suficiente para abolir a prática da mendicância pelas ruas da cidade. Em 1919 o chefe de polícia do estado ressalta que apesar da contribuição do Asilo Irmão Joaquim e do Dispensário São Francisco (dirigido pelas Damas de Caridade), “incessante tem sido a ação da polícia na capital do estado em relação aos mendigos e vadios”.²⁸⁴

Apesar de não encontrarmos nas estatísticas prisões pelo motivo mendicância, é possível que muitos tenham sido presos como “vadios”. Boris Fausto aponta que a mendicância era considerada pelas autoridades policiais e por alguns juristas como modalidade de vadiagem.²⁸⁵

Diante disso, algumas propostas surgiram como a apresentada pelo jornal “O Estado”:

As ruas e os cafés vivem cheios de mendigos e entre eles muitos não o são e pedem somente para explorar.

No Estado do Rio as autoridades preocupadas com o crescido número de mendigos que perambulam pelas ruas, acaba de executar um plano de combate que, certamente, acabará de vez com semelhante espetáculo.

Num feliz acordo com os negociantes – que terão a prestigiar-lhe o gesto da própria Associação Comercial de Niterói – ficou instituída uma caixa de socorros aos mendigos da cidade.

Estes, por sua vez, são identificados pela polícia, que rigorosamente sindicará do seu verdadeiro estado de miserabilidade ou incompetência física socorrendo-os então, em dias, horas e locais determinados, com os recursos que o comércio deixará a sua disposição.

Os que a sindicância apontar como falsos mendigos serão castigados, dando-se-lhes o destino conveniente.

É uma solução.²⁸⁶

No sentido dessa proposta foi realizada a criação de uma Caixa de Esmolas aos indigentes de Florianópolis, instituição criada aos auspícios da Chefia de Polícia e da Associação Comercial. Essa caixa a ser mantida pela contribuição de todas as classes

²⁸³ Dado retirado do relatório da Diretoria, sobre as atividades desenvolvidas no exercício 1918/19 por Nereu do Vale Pereira em obra já citada, p.122.

²⁸⁴ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, pelo Juiz de Direito Dr. Gil Costa, Chefe de Polícia do Estado em 2 de junho de 1919.

²⁸⁵ FAUSTO, Boris. p.46.

²⁸⁶ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano XII, n.3497, 03/02/1926.

sociais, teria por fim exclusivo socorrer os indigentes residentes na ilha e incapazes de prover as suas necessidades.²⁸⁷

Assim, várias tentativas eram realizadas no sentido de evitar que as pessoas dessem esmolas nas ruas, mas contribuíssem com as iniciativas realizadas que se encarregariam de distribuir as doações para quem estivesse devidamente cadastrado. Nereu do Vale Pereira afirma, por exemplo, que a diretoria da Associação Irmão Joaquim “desenvolvia intensa campanha para que não se desse esmolas nas ruas e sim fortalecesse os trabalhos da associação que procedia séria triagem para amparar os mendigos com pensões semanais, sem que passassem pelo desconforto de implorarem pela complacência dos transeuntes”.²⁸⁸

²⁸⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, a 29 de julho de 1928, pelo Dr. Adolpho Konder, Presidente do Estado de Santa Catarina, p.46.

²⁸⁸ Op. cit., p.74.

4.2 Os Alienados

Um ofício da Associação e Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim dirigido ao Secretário Geral do Negócios do Estado apresenta a situação da indigente Maria Isabel Martha, preta, com 56 anos de idade, que tendo enlouquecido no asilo, deveria ser transferida para outra instituição, já que o asilo não tinha como fim agasalhar loucos e, sim, “indigentes em perfeito estado de razão”.²⁸⁹

Este caso nos faz pensar que, não tivesse sido Maria recolhida ao asilo, talvez esta fosse encontrada vagando pelas ruas da cidade, assim como outras pessoas, os alienados, como mais comumente eram chamados na época os doentes mentais, que, por sua vez, recebiam a condição de vítimas de uma doença. Apesar dessa condição, também eram consideradas figuras indesejáveis e que, portanto, precisavam ser excluídos de uma cidade que se pretendia moderna e civilizada.

Entretanto, mesmo com uma política assistencialista, diante da inexistência de lugares apropriados para o recolhimento dessas pessoas, estas eram encaminhadas às prisões comuns. Tratava-se de um mal necessário, pois não se podia consentir que estas pessoas vagassem pelas ruas da cidade “com verdadeiro perigo para a segurança individual”.²⁹⁰ Assim, nos relatórios dos chefes de polícias elaborados na primeira década do século XX, todos discorrem freqüentemente sobre a dura contingência atribuída aos polícias de recolher às cadeias públicas “muitos desses pobres infelizes

²⁸⁹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Ofício da associação e Asylo de Mendicidade Irmão Joaquim ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, 19/03/1914.

²⁹⁰ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Chefe de Polícia ao secretário do Interior em oito de junho de 1900 (manuscrito).

que aparecem constantemente vagando pelas ruas e praças públicas²⁹¹, gerando inclusive “grande perigo para os transeuntes”.²⁹²

A preocupação não era somente com a segurança individual desses sujeitos, mas da população que corria perigo mediante a imprevisibilidade do comportamento.

Observemos a relação dos alienados encontrados na capital que foram recolhidos às cadeias públicas:

TABELA 3: ALIENADOS RECOLHIDOS ÀS CADEIAS PÚBLICAS NA CAPITAL

Sexo	Idade	Cor	Estado Civil	Profissão
feminino	39 anos	branca	solteira	doméstica
feminino	34 anos	branca	casada	doméstica
feminino	51 anos	branca	solteira	doméstica
feminino	36 anos	branca (polaca)	solteira	doméstica
masculino	35 anos	preto	solteiro	lavrador
masculino	32 anos	pardo	solteiro	lavrador
masculino	25 anos	branco	solteiro	lavrador

FONTE: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório do Prefeito de Polícia, Manoel da Silva Corrêa de Oliveira ao Secretário Geral dos Negócios do Estado em 1908.

Infelizmente não podemos apreender muito dos dados encontrados neste quadro. Chama a atenção que entre as quatro mulheres, estas encaminhadas para o Hospício de Azambuja na cidade de Brusque, todas eram domésticas e que entre os homens todos eram lavradores. O que se pode dizer é que durante todo o período em questão constituiu-se uma prática comum o recolhimento de doentes mentais à cadeia.

Apesar das reivindicações pela construção de um hospital psiquiátrico na capital, que só veio a ser inaugurado em 1941, de qualquer forma o que estaria reservado a essas

²⁹¹ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório da Prefeitura de Polícia ao Secretário Geral em 16 de junho de 1906 – Cornélio Evangelista.

²⁹² Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório da Prefeitura de Polícia ao Secretário Geral em 8 de junho de 1907 – Manoel da Silva Corrêa Oliveira.

peças seria a exclusão social e a reclusão em uma instituição e um atendimento precário no que dizia respeito à cura da doença.

E assim como os ditos alienados, que apesar da pena que geravam, outros, como os leprosos, eram submetidos às mesmas condições:

O estado não tem serviço oficial de assistência dos alienados (...). Daí resulta que em todas as cadeias do estado existem míseras condições, sem tratamento médico, encarcerados, como nos tempos primitivos. É lastimável também o que se passa com os leprosos. De uma recente estatística verifica-se que o número de leprosos em Santa Catarina anda por mais de seis centenas. Onde se acham esses desgraçados? Em toda a parte, sem assistência, vivendo a vida triste dos parias, em algumas partes constituindo família na assustadora proliferação do mal.²⁹³

Assim, a preocupação era mais com o fato de essas pessoas andarem vagando pelas ruas da cidade, constituindo um risco à saúde coletiva, mostrando que prevalecia, portanto, o desejo de “limpar” o espaço público através da retirada e reclusão desses sujeitos.

²⁹³ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo, em 21 de agosto de 1926, pelo Cel. Dr. Antonio Vicente Bulcão Vianna, Presidente do mesmo Congresso, no exercício do cargo de Governador do Estado de Santa Catarina, p.19-20.

4.3 Os menores

Também os menores, apesar de não serem considerados criminosos, eram vistos como delinquentes em potencial. Um deles, João Serapião dos Santos, ao ter sido encontrado ébrio foi preso. Ao ser informado dessa situação, o capitão Henrique Mafra mandou conduzi-lo a sua presença, enviando-o depois para a Escola de Aprendizes Marinheiros, “a fim de ver se a educação e a disciplina daquela escola patriótica aproveita ao menor viciado, que apenas conta 12 anos de idade”.²⁹⁴

A Escola de Aprendizes Marinheiros, fundada em 1857, representava, também na opinião de Joana Maria Pedro “um local para a exclusão dos menores inconvenientes das ruas de uma cidade que se pretendia ordeira e civilizada”.²⁹⁵ Essa prática foi comum em várias partes do país, como no Rio Grande do Sul, onde os menores abandonados eram entregues a escola de aprendizes onde encontrariam “abrigo, instrução e trabalho”.²⁹⁶

Essa preocupação também parece ter perdurado no decorrer das primeiras décadas do século passado, já que, em 1930, o então chefe de polícia, Luiz L. Barros, ressalta que “apesar dos esforços empregados a ação da polícia é muito restrita no combate a vagabundagem e na proteção aos menores abandonados, pois que não possuindo o estado um estabelecimento para seu recolhimento, ficam os mesmos as

²⁹⁴ Jornal **O Estado**, Florianópolis, ano II, n. 380, 11/08/1916.

²⁹⁵ PEDRO, Joana Maria. Op. cit., p.140.

²⁹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos Subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989, p.55.

mais das vezes em situação em que foram encontrados, tendo em vista que nem sempre existem vagas nos patronatos e escolas federais”.²⁹⁷

Vê-se então, que havia nesse período uma constante reivindicação para a criação de diversas instituições destinadas ao recolhimento de pessoas consideradas indesejáveis. Embora não se possa dizer que não havia uma intenção caritativa nessas reivindicações, o que é importante ressaltar é que estas estavam revestidas por uma intenção de excluir qualquer pessoa considerada indesejável do contexto urbano.

O Asilo de Órfãos São Vicente de Paulo criado em 1910 para o recolhimento de meninas constitui uma outra instituição de caráter assistencialista da época. Numa edição do jornal “O Estado” de 1915 fala-se acerca da atividade lá realizada e de seus objetivos afirmando que esta “recebe crianças facilmente amoldáveis às regras da submissão e da boa educação”.²⁹⁸

Entretanto, durante todo o período estudado o serviço de assistência pública em Florianópolis era realizado basicamente pelo Hospital de Caridade, estabelecimento dirigido e administrado pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e pelo Asilo Irmão Joaquim.

É importante ressaltar que havia sim por parte das pessoas envolvidas nessas inúmeras iniciativas uma intenção caritativa. No entanto, esta se dava seguindo uma tendência da época que atuava provida de um caráter assistencialista e que visava a exclusão dessas “pessoas indesejáveis” do espaço urbano. Assim, a construção das instituições normalmente se dava em regiões afastadas do centro da cidade e eram várias as propostas e ações que visavam a identificação e um posterior controle sobre algumas parcelas da população.

²⁹⁷ Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Relatório da Chefatura de Polícia apresentado ao Secretário do Interior e Justiça em 1930. Luiz Liberalo Barros.

²⁹⁸ Reportagem citada por PEREIRA, Nereu do Vale. Op. cit., p.126.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho significa abandoná-lo. Embora se possa continuar pesquisando um mesmo tema posteriormente, será sempre uma outra produção, já que este terá sempre intocada sua forma final. Assim, a sensação de alívio ao concluir um texto vem sempre permeada pelo questionamento acerca do que se fez e deixou de fazer, enfim, sobre as escolhas realizadas e o que se pode apreender delas.

A historiadora Sandra Pesavento em um artigo em que discorre sobre como escrever a história das cidades e resgatar uma paisagem urbana sugere que estas se apresentam como um palimpsesto que, segundo sua definição, constitui uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Trata-se de uma “palavra grega surgida no século V a.C., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita” quando o palimpsesto “veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto”, sendo que estes apresentavam, por vezes, a “escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação”.²⁹⁹

Assim se apresentam as cidades e é como os historiadores devem olhar para elas, buscando

Ver, no cotidiano, um elemento de novidade e encontrar, no banal, a possibilidade do extraordinário, eis a chave para poder chegar às camadas mais profundas do palimpsesto. Postos em relação com elementos de outras camadas – ou de outras cidades em palimpsesto –, cada caco do passado pode revelar-se, ele também, em fonte de entendimento para uma época.³⁰⁰

²⁹⁹ PESAVENTO, Sandra Jathy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004, p. 26.

³⁰⁰ Idem, p.29.

E foi dessa forma, observando a cidade como ela se apresenta na atualidade e desejando conhecer como era no passado que me deparei com diversas pesquisas realizadas em âmbito nacional e local sobre as inúmeras transformações ocorridas a partir do final do século XIX, quando houve várias iniciativas de reformulação do espaço urbano.

Embora este já seja um período bastante pesquisado na historiografia local e nacional, ainda faltam trabalhos que abordem as formas como a população foi afetada por essas mudanças, assim como quem eram os habitantes da cidade e como eram as suas vidas. Apesar das dificuldades decorrentes da carência de fontes capazes de nos fazer chegar a essas pessoas, é de grande importância que continuemos buscando maneiras de conhecê-las, dando visibilidade as mesmas e mostrando o quanto todos somos construtores da história.

Casas sendo demolidas para darem lugar à abertura de avenidas largas e arborizadas, instituições sendo construídas, regulamentos sendo baixados, discursos sobre os benefícios de se levar uma vida pautada no trabalho e na família, enfim, uma série de ocorrências interferindo na vida da população que de alguma forma lidou com essas medidas, seja se adaptando, resistindo, mantendo seus modos de vida, recriando seu cotidiano, agindo como sujeitos da história que são.

Sem poder falar em resistências diretas a esta ordem que se tentava se impor, a presente pesquisa buscou dar visibilidade às pessoas e categorias que de alguma forma destoavam ou se desviavam do desejo de construção de uma cidade que se enquadrasse nos padrões de “modernidade” e “civilização” em voga na época e almejados por elites e poder público.

Buscando referências a essas pessoas nos documentos oficiais e, principalmente, nos jornais, foi possível perceber que estas apareciam freqüentemente através de queixas denunciando suas movimentações e solicitação de intervenção, quase sempre por parte da polícia.

Foi assim que surgiu um aspecto da pesquisa que inicialmente não se pretendia abordar que é a questão da repressão policial. O que se pôde apreender de sua atuação é que ao mesmo tempo em que esta era constantemente solicitada na resolução das mais diversas questões urbanas, sua capacidade de atuação era limitada em decorrência do pouco contingente de policiais e do despreparo dos mesmos. Além de atuarem como mantenedores da ordem, esses profissionais também por vezes apareciam como provocadores da desordem, utilizando-se ou não de suas condições de policiais.

Eis os personagens dessa história: vadios, desordeiros, prostitutas, presos, alcoólatras ou bebedores eventuais, jogadores, mendigos, alienados, menores, estrangeiros, pessoas que praticavam jogos e brincadeiras pelas ruas, proferidores de “palavras indecorosas”, casais enamorados, enfim, indivíduos que habitaram a Florianópolis do início do século XX e que embora constituíssem “figuras indesejadas” para alguns, teimavam em aparecer, mesmo que num pequeno espaço do jornal denominado “queixas e reclamações”.

Cada conjunto dessas pessoas recebia tratamentos diferenciados por parte do poder público e das elites. Desordeiros, vadios, pessoas bêbadas constantemente eram presas, sendo que sua reclusão durava normalmente um dia, apresentando um caráter punitivo, mas ao mesmo tempo correcional, ou seja, uma forma de tentar fazer com que a situação não se repetisse. As prostitutas se enquadravam numa categoria que por não infringir a nenhum artigo do código penal e que por esse motivo, portanto, não

poderiam ser presas, eram alvos de uma série de discursos quanto a sua prática, embora alguns indícios levem a crer que algumas fossem presas como desordeiras. Já os mendigos, somente aqueles incapacitados para o trabalho, e os chamados “alienados”, considerados como não responsáveis pela situação em que se encontravam, recebiam um tratamento de caráter assistencialista, mas que almejava retirá-los da convivência social.

Enfim, cada qual com sua peculiaridade, todos trazem à tona a existência de diversos discursos, que por sua vez, apresentavam uma dissonância em relação às práticas decorrentes, em alguns casos esparsas, em outros quase inexistentes ou que não passavam de tentativas que esbarravam na falta de meios para que fossem levadas a cabo.

Voltando um pouco o olhar para o hoje, concluímos que muitos ainda são os considerados “indesejáveis” que continuam a povoar nossas cidades. Ao visitar o Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim a procura de documentos para serem pesquisados me deparei com duas situações que merecem ser descritas.

Enquanto aguardava para ser atendida pela responsável da instituição, um dos idosos que lá mora me chamou para conversar. Ele me pediu para que ali voltasse mais vezes para que o ensinasse a ler e escrever. Meio sem saber o que responder, continuei ouvindo o que ele tinha a dizer: a história de sua vida, abandonado pela filha que somente o ia visitar no dia em que ele ia receber o pagamento. Sonhos ele tinha: comprar um Fusca para poder passear pela cidade.

A outra situação vivenciada diz respeito ao trabalho do historiador, pois descobri que grande parte dos documentos mais antigos do Asilo havia se perdido ou estragado em decorrência de uma enchente que atingiu o almoxarifado onde estavam guardados.

Duas lições num só dia: um idoso que ainda sonha e uma história a ser construída antes que seja tarde...

FONTES

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mensagens de governadores do estado: 1910, 1911, 1912, 1913, 1920, 1926, 1927, 1928.

Relatórios da Inspetoria de Higiene: 1913, 1914, 1915, 1916.

Relatórios de Chefes de Polícia: 1900, 1906, 1907, 1908, 1909, 1911, 1915, 1917, 1918, 1919, 1922, 1930.

Ofícios Chefes de Polícia: 1908.

Ofícios da Associação e Asilo de Mendicidade Irmão Joaquim: 1914, 1919.

- ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Jornal “A Capital”: 1921.

Jornal “Correio do Povo”: 1905.

Jornal “O Dia”: 1910.

Jornal “O Elegante”: 1923.

Jornal “O Estado”: 1905, 1915, 1916, 1918, 1920, 1922, 1924, 1926, 1928.

Jornal “A Fé”: 1903.

Jornal “Folha Acadêmica”: 1929.

Jornal “Folha do Comércio”: 1915.

Jornal “República”: 1920, 1930.

Jornal “A Semana”: 1914, 1915, 1928, 1930.

Jornal “A Tribuna”: 1915.

- **ARQUIVO DO FÓRUM MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Processo-crime de Propicio Octaviano Seara Junior, caixa 06, apelação crime 2731, 1924.

Processo-crime de Edmundo D. Farias, n.3148, caixa 06, 1926.

Processo-crime de Norberto José Lunardelli, Caixa 06, n.67, 1926.

Processo-crime de Mario Raulino dos Passos, Celestino Modesto e Adão Conceição, caixa 07, n.74, 1926.

Processo-crime de Nelson José Gonçalves, caixa 07, n.81, 1926.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMANN, Silvia Regina. **Um espaço e muitas vidas:** Abrigo de Menores do Estado de Santa Catarina em Florianópolis na década de 1940. Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- ALVES, Márcia. **Entre a Folia e a Sacristia:** As (re)significações e intervenções da elite clerical e civil na Festa do Divino em Florianópolis (1896-1925). Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. **A Invenção do Litoral:** Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- AURAS, Marli. **Guerra do Contestado:** a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BERTOLLI FILHO, Cláudio. **A Gripe Espanhola em São Paulo, 1918:** epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BRESCIANI, Stella (org.). **Imagens da Cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1993.
- BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade:** o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BRIGNOL, Juliani Moreira. **Bordados do Destino:** Saberes das mulheres afro-descendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- CABRAL, Oswaldo Rodriguez. **História de Santa Catarina.** 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- _____. **Nossa Senhora do Desterro:** Notícias. V. I. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- _____. **Nossa Senhora do Desterro:** Memória. V. II. 2 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados:** O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- CERTEAU, Michel de et al. **A Invenção do Cotidiano: Morar, cozinhar.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. **A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer.** 7ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- CHEREM, Rosângela Miranda. **Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império.** São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar.** 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- COSTA, Sandro da Silveira. **Ponte Hercílio Luz: mutações urbanas em uma cidade insular (1890-1960).** Florianópolis, 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- CUNHA, Maria Clementina. **O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DIAS, Maria Odila Silva. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. **Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea. Projeto História,** São Paulo, v. 17, nov. 1998.
- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924).** 2 ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.
- GERBER, Diana Mara. **Saneamento Urbano e Estratégias de Poder: Florianópolis (1890-1930).** Florianópolis, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- GUIMARÃES, Alberto Passos. **As Classes Perigosas:** banditismo urbano e rural. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.
- HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (org.). **A Invenção do Brasil Moderno:** Medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre História:** Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KUPKA, Roselane Neckel. **Tensões e Imagens do viver urbano em Florianópolis – 1910/1930.** São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LUZ, Madel. **Medicina e Ordem Política Brasileira:** políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982.
- MACHADO, Roberto et. al. **Danação da Norma:** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. – (Coleção Temas da Atualidade)
- MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis:** de um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal de Santa Catarina.
- MORTARI, Cláudia & CARDOSO, Paulino de Jesus. Territórios Negros em Florianópolis no século XX. In: BRANCHER, Ana (org.). **História de Santa Catarina:** estudos contemporâneos. 2 ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.
- NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina:** modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.
- OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os Filhos da Falha:** assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1887). São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado em História). – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas:** uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- PEREIRA, Ivonete. **“As Decaídas”:** Mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940). Florianópolis, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- PEREIRA, Nereu do Vale. **Associação Irmão Joaquim, 100 anos de amor ao próximo:** histórico da Associação Irmão Joaquim por ocasião do seu centenário 1902-2002. Florianópolis: Associação Irmão Joaquim, 2002.

- PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História:** operários, mulheres, prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Emergência dos Subalternos:** trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1989.
- _____. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. 25-30, 2004, p. 26.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar:** A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890-1930. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- SCHMITT, Jaqueline Aparecida M. Z. **Trabalhando em Florianópolis...** (As práticas de trabalho e as memórias de trabalhadores e trabalhadoras 1900-1920). Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCLIAR, Moacyr et al. **Saúde Pública:** histórias, políticas e revolta. São Paulo: Scipione, 2002. – (Coleção Mosaico: ensaios e documentos)
- SEVCENKO, Nicolau. **A Revolta da Vacina:** mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina:** A Ilha. 3 ed. Florianópolis: Lunardelli, 1985.
- VEIGA, Eliane Veras da. **Processo Histórico de Mutação da Paisagem Urbana da Área Central de Florianópolis: 1850-1930.** Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.
- VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e Divergência:** uma crítica da patologia social. 5 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical:** História Cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

ANEXO